

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CÁTÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 – 13100 – Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XX – Nº 132 ISSN-0101-4919 OUTUBRO/DEZEMBRO/1988

SUMÁRIO

Artigos

- Relatos estrangeiros em publicações periódicas. I. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo" 267
Odilon Nogueira de Matos
- O centenário do Professor Spencer Vampré 278
J. Nascimento Franco
- A deliciosa sátira aos políticos do Império 286
Fernando da Cruz Gouvêa
- Livros e leitores no Brasil monárquico 292
Nanci Leonzo
- Os Beguinos, os Begardos e os Apóstolos de Cristo. 306
João Ribeiro Júnior
- Breve nota sobre a influência positivista na Educação Brasileira 309
Norma Felicidade L. da Silva
- "As Queixas do Povo": você sabe de quando vêm? 311
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Registro Bibliográfico	313
Periódicos	320
Noticiário	
Preserve.	321
Arquivo guarda a história de São Carlos.	321
João de Souza Ferraz.	322
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	322
Cluny faz noventa anos	323
III Jornada Internacional sobre as Missões Jesuíticas	324
Triunfo preserva a casa de Bento Gonçalves	324
Presença italiana no Brasil.	325
Quinta Semana de Estudos da História de Campinas.	325
Marcos Carneiro de Mendonça	326
Centenário de Luiz Corrêa de Mello	326
Um pouco de Música	
Compositor barroco na América (ONM).	327
Roteiro discográfico de Carl Philipp Emanuel Bach	328
Memória Campineira	
Santos Dumont em Campinas em 1903	331
Textos	
A catequese dos indígenas brasileiros (Joaquim Floriano de Godoy)	334
Temístocles e a marinha ateniense (R. Flacelière)	335
Vultos da Historiografia Brasileira: Felix Guisar Filho	337
Seleta	
A Trapa de Maristela	340
Félix Guisard Filho	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Precioso relato holandês sobre o Brasil.	345
Rastreando o passado de Ouro Fino	346
General Osório, 1864	347
Pedro Sanches e Poços de Caldas	348
Recente livro de Onório de Sylos	349
Odilon Nogueira de Matos	
Índices do ano de 1988.	351

RELATOS ESTRANGEIROS EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

I. A "REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO"*

Odilon Nogueira de Matos

Em nossas longas pesquisas sobre a literatura dos viajantes ou dos estrangeiros em geral que escreveram sobre o Brasil, tivemos nossa atenção voltada para uma grande quantidade de relatos, integrais ou parciais, publicados não em livros, mas em publicações periódicas da mais variada natureza. Se é verdade que muitos desses relatos vieram, com o tempo, a ser tirados em livros, facilitando, portanto, a consulta, não é menos verdade que a grande maioria permanece "escondida" nas páginas das publicações periódicas que os abrigaram. Usamos de propósito o termo "escondida", pois dada a raridade da maior parte dessas publicações, poucos são os que têm acesso a elas, uma vez que mesmo as bibliotecas mais bem dotadas não as possuem completas.

Dentre as publicações utilizadas em nossa pesquisa, destacamos a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", as revistas dos diversos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, os "Anais da Biblioteca Nacional", o "Anuário do Museu Imperial", a "Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", a "Revista do Arquivo Municipal" (São Paulo), os "Anais do Museu Paulista", a "Revista do Museu Paulista", "Blumenau em Cadernos", os "Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa" (Curitiba), o "Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos", a "Revista de História", e ainda algumas outras não especificamente dedicadas aos estudos históricos, como "Anhembí", "Brasil Açucareiro", a "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", a "Revista Brasileira", a "Revista do Instituto de Estudos Brasileiros", a "Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes" (Campinas), os anais dos diversos "Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros" e até uma publicação de divulgação cultural como a velha revista "Eu Sei Tudo", que contribuiu para a nossa pesquisa com um importantíssimo título.

(*) Comunicação apresentada à 6ª Semana da História, Franca, 1984.

Do vasto material existente nessas publicações, convém, de início, considerar os relatos integrais e os parciais. Os primeiros, publicados muitas vezes ao longo de diversos volumes (quando suas dimensões o exigem) estão entre os que apresentam maiores probabilidades de virem, com o tempo, a ser tirados em volumes avulsos, em edições oficiais ou particulares. Mas a grande maioria consta de relatos parciais, às vezes apenas os capítulos relativos ao Estado onde as revistas se editam ou aqueles que, por qualquer motivo, mereceram a atenção dos tradutores. Da mesma forma, distinguiremos aqueles que acabaram se transformando em livros e os que permanecem nas páginas das revistas em que foram publicados.

Julgamos oportuno citar alguns exemplos das diversas modalidades indicadas.

1. Relatos integrais, publicados de uma só vez: a **Viagem ao Interior do Brasil**, de Freireyss, e o relato da viagem a São Paulo, do viajante sueco Gustavo Beyer, publicados ambos na Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vols. 11 e 12, respectivamente; o relato da expedição francesa contra o Rio de Janeiro, em 1711, por Du Plessis-Parseau, publicado no vol. 176 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasil.; as **Impressões de um jovem diplomata no Brasil**, de Henri Allizé, publicado na "Revista Brasileira", vol. 3 (4ª fase); ou, ainda, **Imagens e Notas do Brasil**, de Rugendas, publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 13.

2. Relatos integrais, publicados em capítulos: a grande obra de João de Laet sobre o Brasil holandês, estampada ao longo de cinco volumes dos "Anais da Biblioteca Nacional"; a narrativa da viagem do inglês Bigg-Wither ao Paraná, publicada ao longo de vinte e três números da revista "Eu Sei Tudo"; as grandes obras de Karl von den Steinen e Fritz Krause sobre etnografia brasileira, traduzidas por Egon Schaden e publicadas também ao longo de mais de vinte volumes da "Revista do Arquivo Municipal".

3. Relatos parciais: os seis capítulos relativos a Pernambuco, da conhecida obra do Rev. Daniel P. Kidder, publicados pela Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano; as **Cartas sobre a Bahia**, da viajante inglesa Mrs. Kindersley, publicadas em o tomo primeiro dos "Anais do Museu Paulista"; um excerto da obra de Eschwege, contendo o diário da viagem do Rio de Janeiro a Ouro Preto, publicado na "Revista do Museu Paulista"; dois capítulos da obra de João Emanuel Pohl (sobre o rio Paraíba e sobre Pelotas), publicados na "Revista de História"; e as cartas sobre Pernambuco do livro ainda não traduzido para a nossa língua, de Charles Mansfield, publicadas, também na Rev. do Instituto Arqueológico Pernambucano.

4. Relatos tirados posteriormente em livros: a já citada narrativa de viagem de Freireyss, publicada setenta e cinco anos mais tarde pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em sua preciosa coleção "Reconquista

do Brasil”; nesta mesma coleção, encontra-se outro exemplo: a **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**, de Charles James Bunbury, que havia sido publicado quase quarenta anos antes nos “Anais da Biblioteca Nacional”; ainda outro exemplo: a **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**, do Conde d’Eu, publicado pela primeira vez na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quinze anos depois editada em volume na coleção “Brasiliana” e quarenta e cinco anos mais tarde reeditada pela Itatiaia, na já citada coleção “Reconquista do Brasil”.

5. Relatos nunca tirados em livros: as já citadas obras de João de Laet, Karl von den Steinen e Fritz Krause. Quem tiver necessidade de consultá-las não terá outro recurso senão manusear os numerosos volumes das revistas em que foram publicadas. No caso de João de Laet, são apenas quatro ou cinco volumes; mas no caso de von den Steinen e de Fritz Krause, a publicação estendeu-se por mais de vinte volumes, o que, em termos de tempo, significa mais de dois anos para que a publicação fosse levada a efeito, o que é pouco prático. Mas, há na bibliografia brasileira um caso ainda mais estranho, diríamos mesmo absurdo: a primeira tradução brasileira da importante obra de Henry Koster sobre o Nordeste foi publicada em capítulos, pela Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano; mas como a publicação não se fez em seqüência imediata, a publicação integral do livro demandou mais de trinta anos! Iniciada em 1898, só veio a concluir-se em 1931... É fácil avaliar as inconveniências de tal empreendimento. A sorte, para os leitores, é que poucos anos depois de terminada a publicação na revista pernambucana, foi a obra de Koster editada em livro, e numa tradução bem superior, pois que direta do original inglês, enquanto que a da revista consistiu numa tradução de uma tradução francesa. Desta maneira — e por sorte! — ninguém precisará ir às páginas da Revista do Instituto Arqueológico para ler Koster.

6. Finalmente, uma referência a autores, cujos textos não estão propriamente publicados, mas resenhados, especialmente por Afonso de Taunay. É sabido o quanto o grande historiador se compezeu nesta atividade. Mais de quinze livros publicou ele apenas com resenhas do que viajantes estrangeiros escreveram sobre o Brasil. Uma relação de todos eles poderá ser encontrada em nosso livro sobre Afonso de Taunay (edição do Museu Paulista) e em nossa comunicação à Primeira Semana da História, de Franca, publicada na respectiva **Memória**, sobre **A literatura dos viajantes estrangeiros como fonte para a nossa História**. No caso concreto da presente comunicação, faremos referência a Lommonaco, Ida Pfeiffer, Leclerc e Samuel Arnold e a mais três, resenhados por Escagnole Dória (Pontois), Vinício Stein Campos (Hércules Florence) e Gentil de Assis Moura (Ulrich Schmidel).

Iniciamos nosso “levantamento” pela **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, a qual, diga-se de passagem, não é a publicação mais rica para a nossa pesquisa. Muito mais o seriam a *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* e a *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*. Mas, duas razões levaram-nos a iniciar nosso trabalho pela revista do sodalício paulistano: uma, de ordem afetiva: nossa vinculação, de mais de quarenta anos, com o Instituto de São Paulo; outra, de ordem prática: ser a única revista da qual, até o momento, pudemos dispor de uma coleção completa, pois todas as outras, em quaisquer bibliotecas de São Paulo, estão incompletas; a pesquisa nessas revistas demandaria uma visita ao Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional e Instituto Histórico Brasileiro), o que, infelizmente, não tivemos condições de fazer. Mas oportunamente o faremos, para que nossa pesquisa possa ter prosseguimento.

É sabido que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na época da Regência (1838) estimulou a criação de instituições similares em quase todo o País, a ponto de se poder afirmar não existir atualmente nenhuma capital estadual ou mesmo cidade de certa importância que não tenha seu “Instituto Histórico e Geográfico”, no mais das vezes mais “históricos” que “geográficos” e muitos deles apenas “históricos”. Os primeiros foram criados ainda ao tempo do Império: Pernambuco (1862), Rio Grande do Sul (1863), Alagoas (1869), Ceará (1887)... O de São Paulo, bem como o da Bahia, datam de 1894, e logo em seguida, publicavam ambos suas revistas, seguindo a tradição dos institutos similares. O primeiro volume do Instituto paulista foi publicado em 1895, devendo, conforme exemplo de outras entidades, ser anual. Dificuldades várias tornaram inviável a publicação da revista em alguns anos, o que explica que, tendo o Instituto noventa anos, sua revista esteja com 82 volumes publicados.

Não nos parece devamos incluir entre os estrangeiros que escreveram sobre o Brasil o nome de Orville Derby, aliás um dos fundadores do Instituto de São Paulo. Embora natural dos Estados Unidos, Derby radicou-se no Brasil. Veio para o nosso País com a Expedição Morgan, chefiada por Hartt, e aqui viveu até o seu falecimento, em 1915. Contratado pelo governo imperial para a Comissão Geológica do Império, à qual prestou assinalados serviços, transferiu-se depois para o Museu Nacional. Realizou importantes trabalhos de reconhecimento geológico no vale do São Francisco e em São Paulo, de cuja Comissão Geográfica e Geológica (atual Instituto Geológico) foi o fundador. Interessou-se igualmente pela história de São Paulo, escrevendo numerosos e variados trabalhos, que se encontram publicados em os volumes 2 a 8 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Ao cientista norte-americano interessou, particularmente, a reconstituição, aliás quase impossível, do roteiro das bandeiras paulistas. Seus trabalhos a respeito são magistras, como o são as cento e cinquenta

monografias geológicas que deixou, merecendo, por isto, o cognome de “pai da geologia brasileira”. É pois como vulto da geologia e da historiografia brasileira que ele deve ser visto e não como viajante ou estrangeiro que ocasionalmente houvesse escrito sobre o Brasil. Excluído, pois, pelas razões que julgamos ponderáveis, o nome de Orville Derby, nossa “respiga” na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo mostra-nos vinte e cinco relatos, que, a seguir, levantamos, pela ordem cronológica de publicação.

*

1. Volume V, correspondente aos anos de 1889/1900, mas efetivamente publicado em 1901. As pp. 135 a 140, inserem-se as **Reflexões sobre o Brasil**, do capitão Van Vliervelt, comandante da galeota “Tromp”, traduzidas de um manuscrito holandês por E. Hollender, e datadas de Mildeburg, 1745. Infelizmente, o tradutor e possuidor do manuscrito (que o ofereceu ao Instituto), não nos dá nenhuma informação sobre o autor, a não ser a sua qualidade de comandante de uma galeota. Como o título indica, encerram as **Reflexões** diversas generalidades sobre nosso País, com indicações criteriosas demonstrando, por parte de seu autor, um razoável conhecimento do país. O fato de ter sido redigido em meados do século XVIII permitiu ao autor tecer considerações sobre a mineração e sua decadência. Nada encontramos que nos informasse sobre este autor, cujo nome não figura em nenhum catálogo bibliográfico, nem mesmo na preciosa bibliografia sobre holandeses, elaborada por José Honório Rodrigues.

2. Volume VI, correspondente aos anos de 1900/1901, mas efetivamente publicado em 1902, pp. 232 a 235: **Breve descrição do Rio São Francisco e itinerário de Guilherme Glimmerio pelos sertões do Brasil**. Trata-se de um excerto (capítulo segundo do livro oitavo) da grande obra de Jorge Marcgrave, **História Natural do Brasil**, publicada em Amsterdam, em 1648. Deve-se a tradução do excerto ao Professor João Vieira de Almeida, que o traduziu do original latino. A obra completa de Marcgrave só seria traduzida em 1942, por Mons. José Procópio de Magalhães, numa edição, em grande formato, do Museu Paulista. Nesta edição, o excerto em causa figura às páginas 263 e 264. O texto de Glimmerio (ou Glimmer), de fins do século XVI, é um dos mais antigos roteiros do interior do Brasil.

3. Volume VI, correspondente a 1900/1901, publicado em 1902: **Viagem a várias tribos de selvagens na capitania de Minas Gerais; permanência entre elas, descrição de seus usos e costumes**, pelo naturalista alemão G. W. Freyreys, em tradução de Alberto Loeffgren, pp. 236 a 252. Trata-se de um capítulo do relato que será publicado integralmente em o volume XI. Ver, adiante, sob número 8.

4. Volume X, correspondente a 1905, publicado em 1906, p. 529 a 553: **Relación de la guerra y victoria alcanzada contra los portu-**

gueses del Brasil año 1641 en 6 de Abril, pelo Padre Claudio Ruyer, manuscrito da coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional; nota explicativa de Capistrano de Abreu esclarece sobre a origem do texto e algumas de suas dificuldades. Peça importante para o conhecimento da luta contra os espanhóis na área das Missões.

5. Volume XI, de 1906, publicado de 1907, pp. 268 a 279: contém **Descobrimento do Brasil: notícia sobre o livro impresso mais antigo que existe, descrevendo este acontecimento**, por José Carlos Rodrigues. Trata-se de um estudo crítico, com excerto da parte relativa ao Brasil, do **Paesi novamente ritrovati**, coletânea de relatos de viagens marítimas publicada por Francanzano Montalbodo, em Vicenza, no ano de 1507. Interessam ao Brasil os capítulos 63 a 66 e início do 67, que assim se intitulam: 63: "Onde em pessoa o rei Manoel consignou o estandarte real ao Capitão"; 64: "Como scorrevano le nave per fortuna" (título deixado no original italiano); 65: "Raiz de que fazem pão, com seus outros costumes"; 66: "Papagaios na terra novamente descoberta". A primeira frase do capítulo 67 relata a partida da armada de Cabral para a Índia: "No outro dia, que foi o 2 de maio do dito ano, a armada fez-se vela em seu caminho para fazer a volta do Cabo da Boa Esperança". Segundo José Carlos Rodrigues o compilador desta primeira descrição impressa do descobrimento do Brasil foi Lorenzo Cretico, embaixador veneziano em Lisboa, cujo verdadeiro nome era Giovanni Matteu Cretico. Vê-se bem, diz ainda o erudito bibliógrafo, "que ainda que não nos tivesse ficado a incomparável carta de Caminha, graças ao Almirante Malipiero, a Angelo Trevigiano e a Giovanni M. Cretico, teríamos esta narração fiel do descobrimento de nossa terra, impressa mais de três séculos antes de ser conhecida a narrativa de Caminha". Pode-se afirmar, sem medo de erro, que, após as duas cartas de Americo Vepucci divulgadas em Paris em 1502, o texto do **Paesi** é a mais antiga notícia publicada sobre o Brasil.

6. Idem, pp. 280 a 305: **A Etnografia da América do Sul ao começar o século XIX**, de Paul Ehrenreich. Etnógrafo alemão (1855-1914) que acompanhou a Karl von den Steinen em sua segunda expedição ao Xingu e depois explorou o Araguaia, Ehrenreich deixou volumosa obra sobre o Brasil, da qual, contudo, a maior parte permanece inédita em português. *O presente estudo foi publicado originalmente no **Archiv für Anthropologie**, nova série, vol. II, Braunschweig, 1904 e, embora não conste nenhuma indicação a respeito, sabe-se que a tradução aqui publicada foi feita por Capistrano de Abreu. Segundo Baldus, esta publicação está ligeiramente abreviada, tendo sido a integral publicada, antes, no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro.*

7. Idem, pp. 20 a 82: **O Estado do Direito entre os autóctones do Brasil**. Tradução de **Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern von Brasilien** (München, 1832) por Alberto Loefgren, revista por A.C. de

gueses del Brasil año 1641 en 6 de Abril, pelo Padre Claudio Ruyer, manuscrito da coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional; nota explicativa de Capistrano de Abreu esclarece sobre a origem do texto e algumas de suas dificuldades. Peça importante para o conhecimento da luta contra os espanhóis na área das Missões.

5. Volume XI, de 1906, publicado de 1907, pp. 268 a 279: contém **Descobrimento do Brasil: notícia sobre o livro impresso mais antigo que existe, descrevendo este acontecimento**, por José Carlos Rodrigues. Trata-se de um estudo crítico, com excerto da parte relativa ao Brasil, do **Paesi novamente ritrovati**, coletânea de relatos de viagens marítimas publicada por Francanzano Montalbodo, em Vicenza, no ano de 1507. Interessam ao Brasil os capítulos 63 a 66 e início do 67, que assim se intitulam: 63: "Onde em pessoa o rei Manoel consignou o estandarte real ao Capitão"; 64: "Como scorrevano le nave per fortuna" (título deixado no original italiano); 65: "Raiz de que fazem pão, com seus outros costumes"; 66: "Papagaios na terra novamente descoberta". A primeira frase do capítulo 67 relata a partida da armada de Cabral para a Índia: "No outro dia, que foi o 2 de maio do dito ano, a armada fez-se vela em seu caminho para fazer a volta do Cabo da Boa Esperança". Segundo José Carlos Rodrigues o compilador desta primeira descrição impressa do descobrimento do Brasil foi Lorenzo Cretico, embaixador veneziano em Lisboa, cujo verdadeiro nome era Giovanni Matteu Cretico. Vê-se bem, diz ainda o erudito bibliógrafo, "que ainda que não nos tivesse ficado a incomparável carta de Caminha, graças ao Almirante Malipiero, a Angelo Trevigiano e a Giovanni M. Cretico, teríamos esta narração fiel do descobrimento de nossa terra, impressa mais de três séculos antes de ser conhecida a narrativa de Caminha". Pode-se afirmar, sem medo de erro, que, após as duas cartas de Americo Vepucci divulgadas em Paris em 1502, o texto do **Paesi** é a mais antiga notícia publicada sobre o Brasil.

6. Idem, pp. 280 a 305: **A Etnografia da América do Sul ao começar o século XIX**, de Paul Ehrenreich. Etnógrafo alemão (1855-1914) que acompanhou a Karl von den Steinen em sua segunda expedição ao Xingu e depois explorou o Araguaia, Ehrenreich deixou volumosa obra sobre o Brasil, da qual, contudo, a maior parte permanece inédita em português. *O presente estudo foi publicado originalmente no **Archiv für Anthropologie**, nova série, vol. II, Braunschweig, 1904 e, embora não conste nenhuma indicação a respeito, sabe-se que a tradução aqui publicada foi feita por Capistrano de Abreu. Segundo Baldus, esta publicação está ligeiramente abreviada, tendo sido a integral publicada, antes, no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro.*

7. Idem, pp. 20 a 82: **O Estado do Direito entre os autóctones do Brasil**. Tradução de **Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern von Brasilien** (München, 1832) por Alberto Loefgren, revista por A.C. de

Miranda Azevedo. Esta importante monografia de Martius foi duas vezes tirada em volume: em 1938, pelas Edições e Publicações Brasil, volume primeiro (e parece que único) de uma "Coleção Nacionalista", tendo como tradutor Amaral Gurgel e com prefácio de Spencer Vampré; na realidade, trata-se da mesma tradução de Loeffgren, aqui indicada, apenas com o título modificado para **O Direito entre os Índigenas do Brasil**; e pela segunda vez, foi a obra tirada em volume pela Editora Itatiaia, na coleção "Reconquista do Brasil", vol. 58 (1958), utilizando-se a mesma tradução da Rev. do Inst. Hist. de São Paulo. Esta edição Itatiaia reproduz, à guisa de prefácio, artigo de Max Fleiuss publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 16 de julho de 1917, dia do centenário da chegada de Martius ao Brasil; e em apêndice, insere a importantíssima dissertação do sábio alemão oferecida ao Instituto Histórico Brasileiro sobre "Como se deve escrever a História do Brasil", publicada pela primeira vez na própria revista do Instituto, em 1845.

8. Idem, pp. 158 a 228: **Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815**, de G. W. Freireyss (1789-1825). Tradução integral, por Alberto Loeffgren do precioso relato do naturalista alemão, do qual um excerto já foi registrado sob número 3 deste elenco. O manuscrito original encontra-se na Biblioteca da Academia Real das Ciências, da Suécia. Desta obra ocupou-se demoradamente Stig Rydén, no prefácio à edição alemã de 1968. Em 1982, pela Editora Itatiaia (Coleção "Reconquista do Brasil", v. 57) foi a obra de Freireyss, pela primeira vez no Brasil, publicada em livro, utilizando-se a mesma tradução de Loeffgren aqui indicada.

9. Volume XII, de 1907, publicado em 1908, pp. 275 a 311: **Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a Ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada**, por Gustavo Beyer, em tradução direta do original sueco por Alberto Loeffgren. Trata-se de texto integral. Este mesmo volume publica, ainda, alguns estudos sobre Gustavo Beyer, de autoria de Vieira Fazenda e Oliveira Lima; e nos vols. 13 e 14, novos estudos sobre o mesmo viajante, de autoria de Göran Björkmann e do próprio Loeffgren.

10. Volume XIII, de 1908, mas só publicado em 1911, pp. 341 a 357: contém a tradução, por Afonso de Taunay, dos capítulos 25 a 27 do relato de viagens de François Pyrad, de Laval, que em 1610 passou pelo Brasil. Convém assinalar ser esta a primeira colaboração de Taunay para a Revista do Instituto, da qual se tornaria, com o tempo, um dos colaboradores mais assíduos.

11. Idem, pp. 165 a 180: **O caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo**, por Gentil de Assis Moura. Trata-se de um ensaio de reconstituição do itinerário de Ulrich Schmidel, em sua famosa viagem do Paraguai ao litoral atlântico, em 1553. É a mais antiga jornada

realizada nos sertões do Brasil, na área relativa ao planalto paulista. Diversos autores analisaram o texto de Schmidel, especialmente Kloster e Sommer, em volume publicado em 1942 pela Sociedade Hans Staden, de São Paulo, e, na Bolívia, Hernando Sanabria, em erudito livro editado em La Paz, em 1974.

12. Volume XIV, de 1909, mas só publicado em 1912, pp. 85 a 102: **História da fábrica de ferro de São João de Ipanema, na Província de São Paulo**, de Eschwege. Trata-se de um capítulo, traduzido por João Wetter, de **Pluto Brasiliensis**, do grande naturalista alemão. Vem precedido de um estudo sobre Gustavo Beyer a propósito de sua visita a Ipanema. Vale notar que o texto de Eschwege insere longa e importante carta do Tenente-coronel Varnhagen, diretor da Fábrica de Ipanema, sobre a situação do estabelecimento. O **Pluto Brasiliensis** encontra-se em duas edições integrais, em tradução de Domicio de Figueiredo Murta: a primeira, na coleção "Brasiliana", da Editora Nacional, vol. 257 (1944) e a segunda na coleção "Reconquista do Brasil", v. 58, da Editora Itatiaia, (1957).

13. Volume XV, de 1910, mas só publicado em 1912, pp. 337 a 360: **Viagem ao Rio de Janeiro à cidade de São Paulo**. Trata-se de um excerto da grande **Reise in Brasilien**, de Spix e Martius, traduzido por João Wetter. Contém o final do capítulo 2 do livro 2, todo o capítulo primeiro do livro 3 da obra original. A primeira tradução integral do valioso livro dos naturalistas bávaros só apareceria em 1938.

14. Volume XVI, de 1911, mas só publicado em 1914, pp. 235 a 242: sob o título **Um depoimento sobre o 7 de Abril**, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo traduziu e publicou a carta do ministro austríaco no Rio de Janeiro, Barão de Daiser, ao Barão de Neumann, em Londres, e que o tradutor encontrou no Ministério dos Estrangeiros, de Viena. É datada de 26 de abril de 1831 e "dá-nos novas impressões, muito inéditas, curiosas e, francamente, muito deprimentes, sobre o estado de espírito do imperador abdicante".

15. Idem, pp. 347 a 356: Luiz Gastão de Escragnolle Dória, em extenso trabalho intitulado **Homens e Épocas**, que ocupa 115 páginas do mesmo vol. XVI da Revista do Instituto paulista, trata de alguns estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, o primeiro dos quais Vincent Leblanc, traduzindo a parte relativa ao nosso País de seu livro de viagens, publicado em Paris em 1658. Informa o tradutor ter-se conservado fiel ao original, modificando apenas a divisão dos períodos, para "maior comodidade da leitura e do leitor".

16. Idem, pp. 416 a 424: Sob o título "**Uma testemunha diplomática do 7 de Abril**", Escragnolle Dória, no trabalho acima indicado, dá-nos uma excelente recensão do que o ministro francês Edouard Pontois escreveu sobre uma dos acontecimentos marcantes de nossa história.

17. Volume 23, de 1925, publicado em 1927, pp. 255 a 278: **Fazenda de Ibicaba**, de George Nash Morton, missionário presbiteriano que viveu em Campinas, tendo sido um dos fundadores do “Colégio Internacional”, o primeiro estabelecimento de ensino criado na América do Sul pelas missões protestantes norte-americanas. Este relato, traduzido por João Augusto Pereira Júnior, narra uma visita à Fazenda de Ibicaba, em Limeira, em junho de 1882. Esta importante propriedade agrícola — sabem-no todos — está vinculada à história do trabalho livre em São Paulo, pois nela o Senador Vergueiro empreendeu sua grande experiência com colonos suíços.

18. Volume XXVIII, de 1930, publicado em 1931, pp. 219 a 267: Em monografia intitulada **As “entradas” de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot**, Plínio Ayrosa publica e comenta importante roteiro de exploração geográfica no oeste do Paraná e sul de Mato Grosso, elaborado por John Henry Elliot, por iniciativa do Barão de Antonina. Aliás, são muitos os roteiros deixados por este norte-americano que se radicou no Paraná onde se pôs a serviço do Barão de Antonina. Todos estão publicados na Rev. do Inst. Hist. Brasileiro e um deles no Boletim do Inst. Hist. Paranaense, mas o texto publicado por Plínio Ayrosa apresenta algumas discordâncias do seu similar do Instituto Brasileiro, além de mais completo. Intitula-se **Itinerário de uma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exmo. Sr. Barão de Antonina**.

19. Volume XL, de 1942, pp. 275 a 294: **A catequese dos índios bororos nos sertões de Mato Grosso**. Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no dia 12 de fevereiro de 1940, pelo missionário salesiano italiano, Pe. Antonio Colbacchini, que durante muitos anos exerceu seu apostolado entre os bororos de Mato Grosso.

Em seu extenso trabalho **Antiquilhas de São Paulo**, publicado nos volumes 46, 47, 48 e 50 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e nunca tirado em volume (sequer uma separata), resenhou Afonso de Taunay quatro viajantes que visitaram a Província de São Paulo no século passado: o italiano Alfonso Lommonaco, o francês Max Leclerc, a austríaca Ida Pfeiffer e o norte-americano Samuel Greene Arnold. A não ser a obra de Max Leclerc (**Cartas do Brasil**), nenhum dos outros tem suas obras traduzidas em nossa língua. O que deles conhecemos deriva apenas das magníficas resenhas de Taunay.

20. Volume 47, de 1952, pp. 67 a 112. A obra de Alfonso Lommonaco **Al Brasile**, foi publicada em Milão, em 1889. O médico italiano visitou o Brasil de 1885 a 1887. Dez capítulos de suas **Antiquilhas** dedica Taunay à recensão do livro do viajante, um dos poucos italianos que nos visitaram. Esteve demoradamente em Campinas e em algumas fazendas do interior de São Paulo. Conjectura Taunay que Lommonaco teria vindo ao Brasil tentar a clínica, não obtendo êxito. “As expressões de malevolência, por vezes exageradas, dão a entender que as reminiscências que

lhe ficaram da passagem pelo Brasil não lhe eram saudosas”. Contudo, pondera o grande historiador, há em seu livro “copiosas informações úteis de nossa vida de antanho e depoimentos por vezes interessantes.

21. Volume 48, de 1952, pp. 24 a 32: De **Lettres du Brésil** (Paris, Plon, Nourrit et Cie., 1890), de Max Leclerc, destacou Taunay o capítulo relativo à Fazenda Santa Veridiana, do Conselheiro Antônio Prado (correspondente a parte do cap. VI da edição original). Convém indicar que a obra de Max Leclerc, importante para os primeiros tempos após a proclamação da República, encontra-se traduzida por Sérgio Milliet, vol. 215 da coleção “Brasiliiana”, da Cia. Editora Nacional, 1942. Infelizmente, nunca foi reeditada.

22. Volume 50, de 1953, pp. 219 a 225: A obra de Ida Pfeiffer — **Eine Frauenfahrt um die Welt** — publicada em Viena, em 1850, foi logo traduzida para o inglês e para o francês (com várias edições). Despertou enorme interesse por ser a primeira viagem de circunavegação empreendida por uma mulher. Todavia, permanece inédita em português, apesar de muitas de suas páginas referirem-se ao Brasil, onde esteve em 1846. Graças aos livros de Taunay, tomamos conhecimento, embora indiretamente das impressões da curiosa viajante sobre o Rio de Janeiro e sobre São Paulo. A parte relativa ao Rio de Janeiro foi resenhada por Taunay em **No Brasil de 1840** (1936), livro este, incorporado, para uma segunda edição, ao volume **Rio de Janeiro de Antanho**, volume 222 da coleção “Brasiliiana”, Editora Nacional, 1942.

23. Idem, pp. 225 a 233: As páginas finais de suas **Antiquilhas de São Paulo** dedicou-as Taunay à recensão dos escritos sobre a capital paulista do historiador norte-americano Samuel Green Arnold, cujo relato de viagem nunca chegou a ser publicado na língua original. Dele existe apenas uma tradução espanhola editada em Buenos Aires, em 1951, ou seja mais de cem anos após a viagem do autor. Em Santos e em São Paulo esteve em 1847. Na capital permaneceu apenas quatro dias, enquanto que em Santos demorou-se quase um mês. Mas a resenha de Taunay refere-se apenas à capital.

24. Volume 68, de 1970, pp. 357 a 389: O raro relato do circunavegador austríaco Karl von Scherzer, foi publicado em Viena, em 1864. Intitula-se **Circunavegação da terra pela Fragata Austríaca NOVARA nos anos de 1857, 1858, 1859, sob o comando do Comodoro B. von Wullerstorf-Ubrair**, e mereceu traduções para o inglês e o italiano. O que se insere neste volume é apenas a parte relativa ao Brasil, em tradução de Rudolf Robert Hinner, com apresentação de Aureliano Leite.

25. Volume 73, de 1978, pp. 1 a 8: **Há 150 anos partia de Porto Feliz a Expedição Langsdorff**, por Vinício Stein Campos. Embora o presente trabalho não contenha nenhum texto do relato da viagem,

merece, contudo, nossa consideração por recordar o sesquicentenário da famosa Expedição Langsdorff, conhecida hoje graças à narrativa que dela nos deixou Hércules Florence em livro diversas vezes editado. Mais ainda: tem o estudo do Professor Vinício Stein Campos o empenho de desmascarar as deturpações que vem sendo feitas por autores soviéticos das verdadeiras finalidades da malograda expedição. Sua crítica visa particularmente à publicação, em português, da obra de Manizer (que no Brasil esteve em 1914/15), não tanto por ela em si, mas pelo prefácio tendencioso que lhe antepôs o escritor russo B.G. Xprintsin, “que não pode passar sem o devido reparo e a contestação esclarecedora que desmascare as inverdades que ao meticuloso trabalho do pesquisador russo (Manizer) arditosamente se agregaram”.

*

Eis, por ordem alfabética, os autores estrangeiros constantes da
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:

Arnold, Samuel Green — vol. 50	Lommonaco, A. — vol. 47
Beyer, Gustavo — vol. 12	Martius — Vols. 11 e 15
Colbacchini, A. — vol. 40	Morton, G. Nasch — vol. 23
Daiser, Barão de — vol. 16	“Paesi novamente ritrovati” — vol. 11
Ehrenreich, Paul — vol. 11	Pfeiffer, Ida — vol. 50
Elliot, J. H. — vol. 28	Pontois, E. — vol. 16
Eschwege, W. — vol. 15	Pyrard de Laval — vol. 13
Freireyss vols. 6 e 11	Ruyer, Claudio — vol. 10
Glimmer — vol. 6	Scherzer — vol. 68
Langsdorff — vol. 73	Schmidel — vol. 13
Leblanc, V. — vol. 16	Spix — vol. 15
Leclerc, M. — vol. 48	van Vliervelt — vol. 5

O CENTENÁRIO DO PROFESSOR SPENCER VAMPRÉ

J. Nascimento Franco

Entre as recordações de minha vida acadêmica nenhuma permanece mais nítida no meu espírito que a das primeiras aulas de Introdução à Ciência do Direito, dadas pelo prof. Spencer Vampré. Deslumbrados com o novo "status" de calouros da São Francisco, mas atudidos com as ameaças do trote, pouco tempo nos sobrava para apanhar uma ou outra anotação das preleções que nos ministravam os professores. À medida que os minutos rolavam, nossa preocupação era escapar à multidão dos segundoanistas postados à porta da sala. Alguns professores percebiam nossos temores e nos liberavam uns cinco minutos antes. Mas o professor Spencer Vampré era o mais protetor. Não raro, chegava a nos acompanhar na saída, pois sua presença, respeitada e querida por todos, neutralizava a "fúria" dos veteranos. Outras vezes, ele continuava na sala dialogando com os alunos e esclarecendo pontos que não havíamos entendido em qualquer matéria do curso. Dominando todas elas, chegou a ser considerado, pela extensão de sua cultura e pela vivacidade de sua inteligência, como uma congregação inteira.

Francisco Pati retratou-o literalmente nestes termos: "Fez anos o prof. Spencer Vampré. Quantos? Não importa. Spencer Vampré tem sempre vinte anos. Cabelos brancos não são argumentos. Sob os cabelos brancos, a expressão dos olhos trai a perpétua juventude de seu espírito. É uma das inteligências mais arejadas do Brasil. Um dos melhores corações do mundo. A bondade e a inteligência fazem dele um dos mais simpáticos exemplares da nossa espécie em São Paulo. Hesito em compará-lo quase a São Francisco de Sales ou a São Francisco de Assis. Se lembra o segundo pela ternura infinita que lhe inspira o gênero humano, lembra o primeiro pela sabedoria sem ostentação."¹

O apuro no vestir tornou-o personagem preferido das brincadeiras afetuosas de Juó Bananére, que não perdia oportunidade de celebrar nos seus versos italianados a cartola do professor: "Na migna terra

(1) Francisco Pati, *O Espírito das Arcadas*, apud Lauro Malheiros, *Rosas no Inverso*, 1987. São Paulo, pág. 141.

tê parmeras / Dove ganta la galligna dangola; / Na migna terra tê o Vap'relli, / Chi só anda di gartola / Quano Gristo fiz u mondo, / Uguali come una bolla / O Spensero Vap'relli / Andava già di gartolla"²

Sua presença dominava pela simpatia envolvente e pela simplicidade, que, todavia, não conseguiam ocultar a imensidão de sua inteligência. Orador nato, suas preleções encantavam pela beleza da frase e pela segurança com que versava indiferentemente qualquer área do direito. Salientando esse aspecto, o professor Miguel Reale conta que, diante de alguns problemas de saúde que impediram o professor Spencer Vampré de ministrar curso regular de Direito Romano, os alunos pediram-lhe que o substitufsse por debates sobre Filosofia, Sociologia e História. Empolgado pela sugestão, prossegue Miguel Reale, o velho professor passou a emprestar aos discípulos livros para o preparo dos debates, dos quais participava com alegria e entusiasmo.³

No discurso com que recebeu o professor Alfredo Buzaid na Academia Paulista de Letras, como sucessor de Spencer Vampré na cadeira nº 31, o acadêmico Cândido Mota Filho pôs em relevo o temperamento dócil do velho professor nesta carinhosa passagem: "Meu mestre de latim, que corrigia as minhas silabadas pedindo desculpas, contava, em meio às declinações, anedotas sobre Quintiliano e Sêneca, para ver se conseguia interessar-nos por uma língua que, para nós, naquele tempo, não oferecia qualquer interesse. Se se referia a Cícero, como um jurista que sentiu os valores da língua latina, ia às minúcias para encontrar São Cipriano, que defendia a equidade com a misericórdia e a poesia. No seu falar tranqüilo que, às vezes, se tornava quase sussurrante, mostrava que os sobressaltos da vida dependiam da boa linguagem, como as águas dos rios, que soam alto quando despencam das cachoeiras e acabam límpidas, para espelhar a paisagem".⁴

Estes depoimentos salientam a perene disposição do professor Spencer Vampré para incentivar os alunos, motivando-os para iniciativas mais arrojadas, tal como ocorreu com o movimento destinado a reativar o teatro nacional, na ocasião atravessando uma fase difícil. Vampré encampou a campanha e escreveu artigos tão entusiásticos e vibrantes que dir-se-ia subscritos por um jovem. Num desses editoriais conclamava os moços: "Meus caros amigos estudantes, vamos criar o Teatro Acadêmico! Vamos sacudir o torpor em que jaz o teatro nacional, fonte inesgotável de vibração cívica, de estesia espiritual, de crítica mundana, de riso demolidor de futilidades, de idéias construtoras ou reformadoras de uma época, ou de

(2) Juó Bananêre (pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado), *La Divina Incredença*, ed. Folco Masucci, 1966, pág. 14 e 16.

(3) Miguel Reale, *Memórias*, I, p. 45. São Paulo, Saraiva, 1986.

(4) Discurso inserido em separata que gentilmente me ofereceu o prof. Alfredo Buzaid.

uma civilização”.⁵ E continuava, despreocupado com as dificuldades: “Que falta para o Teatro Acadêmico? O palco? Aí o temos nos salões da Academia de Direito, renovada, agora, ao sopro de uma renovação mental que vai enchendo de fulgor o Brasil contemporâneo”. E não parava aí, pois aduzia: “Que falta para o Teatro Acadêmico? Faltam-lhe os atores? Mas, onde se encontrará matéria plástica mais maleável, mais rica e do melhor quilate, do que entre esses moços talentosos e belos, que compõem as fileiras acadêmicas? Onde encontrar quem vista papéis femininos melhor que essas senhoritas formosíssimas que freqüentam a Faculdade de Direito, Medicina, o Instituto de Educação, a Escola de Filosofia, a Escola de Comércio Álvares Penteado?” E terminava contagiando os moços com o seu entusiasmo: “Julgais, meus caros amigos estudantes, que estou devaneando como um poeta fantasioso? Refleti que tudo isso é apenas organização e trabalho a serviço da cultura e da educação popular”.

Entendendo os moços e sendo entendido por eles, o prof. Vampré teria mesmo de dedicar-se ao magistério universitário, na Faculdade de Direito, em cuja congregação ingressou em 1917, como professor substituto, com apenas 28 anos, mediante concurso para as cadeiras de Filosofia do Direito e Direito Romano, das quais se tornou catedrático em 1925, por outro concurso memorável.

Aliás, sua esplêndida cultura revelou-se bem cedo, pois já em 1908, ano em que se bacharelou em Direito, ele publicava uma classificação dos direitos que mereceu de Clóvis Bevilacqua calorosos elogios, pela argúcia revelada na análise e na associação das idéias: “Não lhe dei minha adesão plena — diz nosso maior civilista — mas aplaudi-lhe a ousadia da concepção, com franqueza tanto maior quanto o ensaio era de um estudante, no verdor da mocidade, cujo nome, até então, ainda não me chegara aos ouvidos. E disse comigo mesmo: ‘Eis aí uma belíssima inteligência, que vai, em breve, despertar a atenção de nosso mundo jurídico’”⁶.

Cumpriu-se o vaticínio de Clóvis Bevilacqua, porque ao ensaio escrito ainda nos bancos acadêmicos seguiu-se, ano a ano, uma avalanche de livros jurídicos, discursos, conferências, pareceres, razões perante os Tribunais, colaboração em revistas e jornais, totalizando cerca de duzentos trabalhos, nos quais é difícil dizer o que mais admirar, se o conteúdo doutrinário ou a forma literária.

A precocidade de sua cultura impressionava todos quantos observaram sua luminosa trajetória intelectual. Um colega de turma recordou que já nos primeiros dias do curso de Direito, o acadêmico Spencer Vampré fez-se notado pela inteligência e vivacidade incomuns: “Para nós — relata Octávio Moreira Guimarães —, seus companheiros de classe,

(5) Revista “Arcádia”, janeiro 1938.

(6) cf. Spencer Vampré, *Interpretação do Código Civil*. Livraria e Oficinas Magalhães, São Paulo, 1919, prólogo subscrito por Clóvis Bevilacqua.

foi assombro e espanto, uma coisa nunca dantes vista nem imaginada, ver o menino que ele era então levantar-se e retorquir ao mestre, contradizê-lo abertamente, inextinguivelmente, nesse tom suave e quase sussurrante que ele conserva até hoje, como quem era dono do mundo e fazia questão de revelá-lo. Formulavam-se as objeções; as réplicas se cruzavam; a palavra lampejava ardente e inquieta e, terminada a aula, Spencer Vampré ainda estava dizendo, queria dizer ainda, com a boca cheia do que dizer”.⁷

Essa criatividade continuaria pela vida afora. Sem vaidade, Spencer Vampré conhecia bem o fôlego de que dispunha. Prova-o o texto firme e seguro da dedicatória inserta na obra **Do nome civil**, com a qual conquistou a cátedra da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro: “À douta Congregação da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, à qual quero orgulhar-me de pertencer, esperando poder receber em breve uma suprema consagração — “dignus es””.⁸

O noviciado de Spencer Vampré com a cátedra universitária coincidiu com as derradeiras etapas da elaboração do Código Civil, que viria a ser sancionado pelo presidente Wenceslau Brás em 1.º de janeiro de 1916, para entrar em vigor no mesmo dia de 1917. Entusiasmado como sempre pelas criações inovadoras, proferiu ele, sobre o novo texto legal, diversas conferências depois reunidas em volume sob o título **O que é o Código Civil**. Mas não ficou só nisso. Em 1917, publicou outro livro contendo o texto anotado do Código e, antecedendo-o, verdadeiro ensaio intitulado **Os antecedentes históricos do Código Civil**, que é uma obra de rara beleza estilística e de profunda meditação sobre as condições sociais que sucessivamente foram gerando as normas afinal consubstanciadas no Código Civil.

Ouso afirmar que ninguém escreveu tão belamente como Vampré sobre os áridos textos legais em que se enraíza nosso Código Civil e os ásperos tempos em que eles surgiram em Portugal. Para absolver as condições que marcaram a legislação lusitana nas alturas do século XVI, o professor Vampré comparou-as com os horrores da grande guerra que varriam o mundo nas vésperas do nosso Código Civil: “Quando compararmos as doutrinas e os sentimentos de nossa idade com os sentimentos e as doutrinas, com as idéias e as práticas do século décimo sexto, ao primeiro relance parece-nos aquele passado, desprezível e anti-humano. Mas, se bem considerarmos, o que mais nos entristece nele é o triste espetáculo da espoliação e da força, sob os arremedos de legalidade e de justiça”. E continuava: “E poderá campar o século em que vivemos de mais humano e de mais culto? Os canhões que rugem na Europa não ensangüentam, do mesmo passo, os lares e as páginas imorredouras da história?”⁹

(7) cf. Revista da Faculdade de Direito, 1942, vol. XXXVII, ext., p. 178.

(8) **Do Nome Civil**. Rio, F. Briguiet, 1935.

(9) **Os antecedentes históricos do Código Civil**, p. V. in “Código Civil Brasileiro”, Livraria e Oficinas Magalhães, S. Paulo, 1917.

Remontando às origens do novo diploma, escrevia o jovem historiador e divulgador de nosso Código: "Pensou D. João I em organizar um Código Civil, onde se viessem retratar os princípios do direito romano, na ordem política e na ordem privada, unindo assim as tradições da Lusitânia à imorredoura tradição de Roma". E, pouco depois: "Nesse momento da eternidade, Portugal entreteceu a trama formidável de sua grandeza: organizou a ordem política, disciplinou a ordem privada, reformou os estudos jurídicos, alimentou no seio pujante a seiva que, nos séculos seguintes, fertilizou o pensamento jurídico nacional e concebeu essa epopéia da navegação, que se interpõe, como um arco de aliança entre o mundo moderno e o mundo antigo, fato capital da história da civilização, que alargou os limites da inteligência e estendeu os limites do mundo, e foi o campo propício onde a América viu germinar os princípios do mais puro liberalismo".

Transcrevo esse tópico, menos para registrar a evolução histórica do direito civil português, que para salientar a elegância da forma e a límpida clareza que já caracterizavam os escritos do jovem professor e que marcariam durante a vida inteira todas as suas obras.

E note-se que os livros, pareceres e alegações do professor Vampré tratavam sempre de complexos problemas doutrinários. Entre suas obras jurídicas, destacam-se a tradução das *Institutas do Imperador Justiniano*, *Manual de Direito Civil*, em três volumes, *Repertório Geral da Jurisprudência*, em mais de 20 volumes, *Tratado de Direito Comercial*, em três volumes, *Da Lesão Enorme*, *Do Nome Civil*, *Guia Fiscal das Sociedades Anônimas*, *Interpretação do Código Civil*, e *Código Civil Brasileiro*, estas últimas publicadas no primeiro ano de vigência do código e que constituem verdadeiro catecismo de divulgação desse diploma; *O Latim em dez lições*, *O Caso Fortuito nos Acidentes Pessoais de Transporte*, monografia pioneira sobre a matéria em nosso país, e com a qual ele se habilitou, em 1914, com 26 anos de idade, ao concurso da seção de Direito Romano e Direito Civil da Faculdade de Direito.

Grande advogado, foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados e seu primeiro secretário, em 1916. Apaixonado por sua faculdade, deu seguimento à obra histórica de Almeida Nogueira publicando, em dois volumes, as *Memórias para a história da Academia de São Paulo*.*

Seu desejo de participar e colaborar com a coletividade foi compreendido pelos paulistanos, que o elegeram vereador à Câmara Municipal e deputado à Assembléia Legislativa. Ocupou também o cargo de subprefeito do bairro da Lapa, quando, aproveitando a circunstância de ser advogado da Cia. City, deu a um dos melhores loteamentos dessa empresa

(*) Publicada em 1924, a obra de Spencer Vampré sobre a Faculdade de Direito de São Paulo foi reeditada em 1977, numa edição comemorativa do sesquicentenário da Faculdade. (N. da R.).

a denominação “Vila Romana” e às ruas nomes históricos, tais como Coriolano, Cláudio, Tito, Vespasiano, Spartaco, Roma, Catão, etc.¹⁰

Como professor de Direito Romano, era natural que tivesse uma especial inclinação pela Itália. Foi um incentivador das relações culturais com aquele país, cujo governo o agraciou com sua maior comenda. Mas a universalidade de seu espírito, aproximou-o de outros povos levando-o a aprender o japonês e o árabe, ele que no verbor dos anos já era um dos maiores políglotas de São Paulo, pois lhe eram habituais o alemão, o inglês, o francês, o italiano e o espanhol, idiomas de que era tradutor oficial. Numa época em que já começavam a surgir injustificadas resistências à imigração de japoneses, levemente apodada de “perigo amarelo”, Spencer Vampré colocou-se decididamente na defesa da operosa colônia nipônica no Brasil, motivo pelo qual recebeu do governo do Japão, como agradecimento, um título honorífico de alta significação. Além dessas honrarias, foi igualmente distinguido pela Universidade de Coimbra com a láurea de professor honorário e pelo governo português com sua maior comenda.

Esse rol, que está longe de ser completo, das homenagens que lhe foram prestadas pelas mais expressivas entidades culturais de diversos países, permite estimar a imensurável grandeza de sua personalidade. Numa amostragem da erudição de Spencer Vampré, Mota Filho conta que nas suas visitas ao **Correio Paulistano**, a redação parava para ouvi-lo. E quando alguma dúvida surgia, o secretário do jornal recomendava: “Mota, se você nada encontrar sobre o assunto no arquivo, procure o Spencer”...¹¹

Na sua inesgotável vontade de atualizar-se e de participar dos eventos e conquistas de seu tempo, o professor Vampré era considerado um inovador. Interessando-se pela mecanização do processo judicial, aproveitou-se ele de encontro com Júlio Prestes, então presidente do Estado de São Paulo, para sugerir providências nesse sentido. E, como era de seu hábito, já cuidou de redigir projeto de lei e sua justificativa, instituindo medidas práticas, tais como a entrega ao cartório de todas as petições, arrazoados e documentos datilografados em três vias, uma das quais destinada à formação de autos suplementares e de mandados de citação: a generalização da fotografia judiciária, da máquina de escrever nos cartórios, enfim, de todos os meios materiais que acelerassem e simplificassem a atividade processual. Em certo tópico da justificativa, diz o professor Vampré: “É força convir que tudo isso não é um sonho. Estamos numa época singular da história humana, em que passamos vertiginosamente das arrojadas utopias para as mais brilhantes realidades”. “O direito — dizia — tem de progredir em contacto elétrico destas idéias. O sentimento

(10) Estes dados foram colhidos na síntese biográfica do professor Vampré pelo advogado João Gualberto de Oliveira, já falecido.

(11) cf. separata referida acima, em nota 4, p. 73.

jurídico deve modificar-se rapidamente nesse fervilhar incessante de progressos materiais e morais”.¹²

Visando seduzir o amigo para implantar aquelas reformas, redigiu um “memorandum” nestes termos: “Meu caro Júlio Prestes. As linhas que aí vão reproduzem idéias há longo tempo trocadas, num fortuito encontro de viagem. Não sonhava eu então meter-me na política. Nem me passava pela mente que um dia você se encontrasse na situação de poder realizar o que aqui se propõe. Quanto mais reflito, mais me persuado de que está nas suas mãos melhorar eficazmente o processo civil brasileiro. O Estado de São Paulo poderá ser o pioneiro dessa realização de efeitos incalculáveis”.¹³

Exemplos como estes confirmam que Spencer Vampré viveu permanentemente identificado com as idéias de seu tempo. A questão social, então chamada questão operária, foi examinada por ele numa conferência memorável em 1932. Nessa conferência, ele enfocou o problema numa extensão extraordinária, porque sua cosmovisão lhe permitia abordar qualquer tema de forma global. Daí sugerir a participação responsável dos trabalhadores na indústria, ao invés de fustigá-los a patas de cavalos: “Eis a chave do grande problema — dizia — interessar os trabalhadores na indústria, fazê-los proprietários conservadores e burgueses, reconhecendo-lhes as vantagens e os direitos, mas também as responsabilidades e os deveres de sócios e de cidadãos iguais aos outros. Não consiste a solução em abolir a propriedade individual, como apregoam certos extremistas; mas, ao contrário, em associá-los aos interesses patronais, reconhecendo ao trabalho direitos derivados em correspondência aos de capital”.¹⁴

Chamando às falas os pregoeiros dos direitos do criminoso e reclamando direitos também para as vítimas, escrevia o mestre: “Por outro lado, que dirão os pósteros da legislação penal contemporânea, que, desde o momento do crime, toma o delinqüente sob sua proteção, higienizando-o, educando-o, alimentando-o, vestindo-o, e larga ao enxurro das sargetas os pobres órfãos do pai assassinado e lança à voragem dos prostíbulo as viúvas e as filhas da vítima? Como julgarão o Estado que não relaciona o trabalho penitenciário com o ressarcimento à vítima ou à sua família, e não estabelece uns poucos de monopólios industriais, para permitir aos delinqüentes pagar, ao menos economicamente, os malefícios de seus crimes?”¹⁵

Calculadamente preferi destacar algumas passagens na vultosa bibliografia de Spencer Vampré. Por elas é possível estimar a imensa

(12) cf. *Uma nova orientação do processo civil*, p. 19. Empresa Gráfica Industrial, 1927.

(13) *idem*, introito.

(14) *O papel do jurista na hora atual*, p. 23. Editora Revista dos Tribunais, 1932.

(15) *idem*, p. 22.

contribuição que ele deu à sua terra nas diversas áreas em que operou incessantemente até o último de seus dias. Sua prodigiosa inteligência e sua não menos prodigiosa capacidade de trabalho colocaram-no sempre em primeiro plano, de onde vislumbrava, com a antevisão dos sábios, os horizontes do futuro. Foi um infatigável operário a serviço das idéias construtivas. Jursita, para ele o Direito foi ministério exercido através da cátedra, da banca de advocacia, dos livros, dos arrazoados. Foi um douto, no mais amplo sentido da expressão. Mas sobretudo um homem bom e generoso, que atravessou a vida pregando a favor da inteligência e da tolerância, que são os melhores caminhos para se alcançar a felicidade humana.

(De "O Estado de S. Paulo", 3-5-1988).

A DELICIOSA SÁTIRA AOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO

Fernando da Cruz Gouvêa

“Sabendo eu que havia festa em Boa Viagem, com muito aparato, preparei-me para ir até lá. Mandei chamar o cabeleireiro Jaime, hoje orador da União Artística, para preparar-me o cabelo à última moda, o Numa (Numa Pompílio, cirurgião-dentista de renome no Recife e destacado membro do movimento abolicionista pernambucano) para limpar-me os dentes, e aprontar o carro com a mais linda parelha, isto é, as mais caras, e para lá dirigi-me”, assim iniciava **A Marqueza do Linguarudo** uma das suas devastadoras sátiras a elementos de proa na política pernambucana no remoto ano de 1876. Começando a circular em outubro de 1875, este “periódico crítico, satírico e joco-sério” substituiria **A Mãe do Linguarudo**, outro da série dos “Lingarudos” que apareceram no Recife com o propósito de, seguindo uma velha máxima, corrigir os costumes através do riso. Logo na sua 1ª edição, acentua Luiz do Nascimento, **A Marqueza** constataria fácil que “um título de nobreza tem imediata influência na vida pública e particular das pessoas”, e daí, empolgada com a boa acolhida dispensada pelos comprovincianos, afirmaria perentoriamente: “Não hei de morrer enquanto não endireitar esta sociedade onde o mérito é demérito, este o mérito. Creia em mim o povo, que **A Marqueza do Linguarudo** reformará o Brasil”.

Pobre **Marqueza!** morreu, sem dúvida, numa frustração muito grande, e mesmo que em lugar da breve existência de 14 meses, quando foi continuada pela **A Duqueza do Linguarudo**, tivesse alcançado uma idade bíblica, ainda assim ela não poderia entoar aqui a cançoneta francesa de grande sucesso em Paris nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial: “Tout va très bien, Madame la Marquise...”

A “**Exma. Marqueza**” defendia “democraticamente” os interesses das classes oprimidas, observa Luiz do Nascimento, que tão bem estudou a imprensa pernambucana, mas os seus redatores em meio às ironias cortantes, mostravam-se céticos em relação à natureza humana. No seu “**Credo**” ela rezava: “Creio neste mundo no poder do deus dinheiro todo poderoso, criador dos reis, ministros e exércitos; em tudo um só poder, salvo o da soberania do povo instruído de que nasceu das mãos de

Deus verdadeiro padecendo sob o poder dos tiranos, crucificado e morto pelos tributos, sepultado no abismo da tirania, há de ressurgir quando menos esperar o rei; subirá ao trono da liberdade, ficando sentado à mão direita para governar-se a si mesmo (...)

O estilo adotado pela inquieta folha não atrairia para a sua redação intelectuais de renome, nem mesmo dela se aproximariam os costumeiros medalhões provincianos, antes ela seria elaborada por homens modestos, tipógrafos que tinham letras, como João Balbino Ramos da Silveira, um panfletário que conhecera os tempos da "Praieira", ligara-se ao Partido Liberal e já nos anos 80 sentiu-se atraído pela propaganda republicana. Balbino foi pai do também tipógrafo e articulista Calinício Ramos da Silveira, que militou na imprensa ricifense e terminou sua atividade profissional no "Diário de Pernambuco".

A **Marqueza do Linguarudo** era vendida a preços populares, ao alcance da sua presumível clientela: "Saio todos os domingos / Nesta terra a passear, / Visitando os meus leitores / Para os cobres embolsar", dizia ela em versinhos muito ao gosto da época, anunciando adiante que embora custasse 500 réis por dois meses, "logo à vista e não fiados", "também retalho-me avulsa, por quatro vinténs somente".

Em cada edição a folha arremessava dardos incandescentes contra os conservadores, acusando-os de descobrirem coisas "para conservarem sua conservação", sobretudo "o desfrute do Tesouro Nacional", preocupação que, naquela década de absoluto predomínio conservador, inspirava verdadeiros libelos escritos por liberais autênticos, inconformados com as manobras de bastidores que em 1868 arredaram do poder o gabinete progressista chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, como queria o homem de S. Cristóvão. Em 1872, uma "pacotille" de liberais afrontava na Câmara dos Deputados a maciça carneirada de representantes conservadores:

"Aqui somos seis, mas aqui é que se acham os verdadeiros representantes da Nação... Vós representais a Nação? ! Não passais de illustres desconhecidos; consultai a vossa consciência", desafiava Silveira Martins movido "como um regimento de Frederico". Aquele gaúcho que deixaria uma marca luminosa na história do Império e do início do regime implantado pelo golpe de 15 de novembro de 1889, o político "diferente de todos os mais", como diria Joaquim Nabuco no preciso perfil do tribuno de "sopro dantoniano", surpreenderia ainda naquela sessão de 27 de dezembro de 1872, com estas palavras ásperas a bancada governista e os escribas a serviço do Partido Conservador: "Aos mercenários do poder custa pouco a baixa e vil adulação, contanto que lhes aproveite. A gratidão que lhes enche o peito, é filha da venalidade e procede diretamente do tesouro público".

Conta José Mariano Porto nos seus **Apontamentos biográficos de Gaspar Silveira Martins** (Rio de Janeiro, 1891), que, no cumprimento da missão, em nome da maioria liberal, de debater o “voto de graças” e romper com a situação presidida pelo visconde do Rio Branco, “Gaspar houve-se com tal perícia e brilhantismo, talento e critério”, que à maioria não restou outro recurso senão o de abraçar o orador rio-grandense, que fizera a sua estréia parlamentar. Se no plenário os conservadores tiveram essa reação, salienta aquele historiador que “o governo sentiu-se ferido gravemente pelo discurso de Silveira Martins. Ele lançara no seio da Câmara a confusão e a dúvida”, e como não havia ali à altura de enfrentar de igual para igual o tribuno e reduzir a sensação provocada pelas suas palavras, o próprio visconde do Rio Branco, chefe do gabinete de 7 de março de 1871, orador notáveis para circunstâncias daquela ordem, viu-se obrigado a refutar o pronunciamento do deputado liberal gaúcho. Paranhos, diria Joaquim Nabuco, fazia, na época, uso da palavra, estava em constante movimento, na Câmara e no Senado, “como uma espada em combate, a dar e a aparar golpes”.

A atuação daqueles audazes deputados opositores presentes à 15ª Legislatura ganhava a opinião pública e seria uma inspiração a todos os segmentos do PL jogado no ostracismo desde que o êxito das formulações golpistas, pela primeira vez exercitadas no Império aproximando-o do estilo das repúblicas de banana, colocaram os conservadores sem voto, no governo. O Imperador, que um dia seria atingido por esse sistema, a partir daí uma constante na política brasileira, pretextaria em 1868 que para ganhar rápido a guerra contra o Paraguai, era necessário a volta dos conservadores. Observaria o autor de **Um Estadista do Império** que o monarca teve então, no governo, o partido de Caxias, seu general de confiança, Paranhos, o diplomata em que acreditava, e no Tesouro e na pasta do Império, o Partido de Itaboraí e de São Vicente.

No que tange aos liberais pernambucanos, somente em 1878 chegaria José Mariano ao plano nacional, logo conquistando suas esporas de grande cavaleiro da tribuna parlamentar, embora o povo recifense já conhecesse de sobra, nas praças públicas, a força das suas palavras. Na província, a barricada liberal para resistência ao rolo compressor governista residiria essencialmente na imprensa, cada folha opositorista faria uso nas permanentes polêmicas com os conservadores, de uma linguagem em que a maior ou menor virulência refletia os numerosos matizes nem sempre ideológicos dos grupos políticos que integravam o “grande” Partido Liberal, derivados da luta pelo poder.

A **Marqueza do Linguarudo**, embora procurasse transmitir antes de tudo a imagem de uma folha independente face ao jogo partidário, não pouparia por vezes os próprios republicanos nas suas galhofas, sem esconder com isso uma evidente simpatia pelo barrete frígio. É claro

que os conservadores, tranqüilos desfrutadores do poder, receberiam as críticas mais severas, enquanto os liberais sentiam de quando em vez as cutiladas venenosas da irreverente **Marqueza**. O alvo predileto quase sempre eram os antigos conservadores que, depois do estágio nos arraiais progressistas, passaram para as fileiras do Partido Liberal de Pernambuco, e não tardaram a empolgar a sua direção. Para os desafetos do barão de Vila Bela, a confiança por ele ganha dos novos correligionários resultara daquela "gravidade natural" atribuída ao "Leão de Caraúna" em chistosos versinhos espalhados com a intenção de esvaziar o político que discordara, não por oportunismo, como se veria, do conservadorismo imobilista de quantos haviam permanecido na facção oligárquica, e aceitara, sem restrições, o programa liberal de reformas para a vida brasileira. Na verdade, a maioria liberal elegeu Vila Bela presidente do diretório provincial ao se convencer de que ele reunia boas condições para o trabalho de consolidação da unidade do partido, afinal obtida com competência e sobretudo com uma dedicação que chegaria a prejudicar os seus interesses de agricultor. A sua moderação foi igualmente levada em conta como fator decisivo para a condução da seção provincial de um partido que se não caracterizava pelo homogeneidade. Aos poucos Vila Bela atrairia partidários desanimados face à dureza do ostracismo, com muita habilidade ele lançou pontes na direção dos radicais e "históricos" inconformados com o fato de estar o partido dirigido por um antigo "guabiru" que atirara contra liberais no ataque dos guerrilheiros da "Praia" ao seu engenho Caraúna, em janeiro de 1849.

O gradual afastamento de Vila Bela dos conservadores no começo dos anos 50, o ingresso, juntamente com outros companheiros, seguindo o marquês de Olinda, seu amigo e chefe político de todas as horas, na Liga Progressista, o exercício por duas vezes da presidência da Província quando o novo Partido Progressista esteve à frente do governo imperial, e posteriormente a profícua atuação dirigindo o Partido Liberal reunificado, quando Souza Leão demonstrou em seguidos pronunciamentos uma consciência profundamente liberal, segundo os valores da época, tudo isso jamais seria suficiente para redimí-lo aos olhos dos radicais, José Mariano à frente, do pecado original das suas ligações com os conservadores, iniciadas em 1841 como integrante da oligarquia Rego Barros — Cavalcanti, que dominava Pernambuco, de tradição libertária, mas sempre uma presa fácil, no Império e na República, de oligarquias.

Em janeiro de 1876, passava Vila Bela o verão na então distante e tranqüila Boa Viagem, quando a festa da padroeira do povoado inspirou uma ferina sátira d'**A Marqueza do Linguarudo**, edição de domingo, 20 de fevereiro daquele ano, em que a figura central seria o chefe liberal, citado como "Barão de Vila Feia". Começaria a **Marqueza** dizendo que apenas chegara à Boa Viagem, pusera-se a procurar um lugar para descansar, quando, de repente, ouviu uma voz a chamá-la: "Marqueza! V. Excia.

por aqui? Entre, esta casa é nossa”. Virando-se, notou que era o “chefe dos liberais, outrora adido dos conservadores e inimigo acérrimo do povo, barão de Vila Feia”. Após a convencional troca de amabilidades, ela entrou, sentara e tocara a conversar com o dono da casa. Logo, porém, “o diabo do barão” saíu com “a maldita política”, assunto que lhe não apetecia no momento. Segundo ela, claramente explicou ao anfitrião: “o que eu quero é festa, comer, beber e... (lá vinha escrito com todas as letras do termo cambroneano) para todos os políticos venais”.

O barão de pronto concordou, e incontinenti convidou a nobre hóspede para o almoço, prometendo ainda que logo iriam todos à festa. À mesa, porém, a **Marqueza** teve a surpresa de encontrar diversos conservadores, liberais e republicanos, “que estavam a encherem as panças”. Não conseguiria, diante disso, evitar uma indagação indiscreta dirigida ao presidente do diretório liberal, que em breve seria apontado pelos radicais do seu partido, como o chefe de uma nova oligarquia: “Barão, V. Excia. não é liberal? Como tem na sua mesa republicanos?” “A Marqueza já principia com suas histórias”, replicaria um tanto ressabiado o anfitrião, que adiantaria à “ingênua” visitante: “Não sabe que com os grandes e nobres não há essa reserva, mas sim com os pequenos e plebeus que servem de nossos degraus; estes é que se intrigam, esbofeteam-se, matam-se, para sermos grandes e depois em recompensa o chicote e o azourrage?”

Essa explicação que hoje dir-se-ia “pragmática”, deixou no primeiro momento a **Marqueza** um tanto pasma; todavia logo ela comentaria sem cerimônia, posto que com evidente ceticismo: “Ah! é bom que V. Excia. mesmo confesse isto, e este povo ainda se ilude com liberdade e melhoramentos do Partido Liberal e Conservador”.

Parecia a nobre visitante ainda resguardar uma pequena esperança nos republicanos, aliás presentes ao regabofe do barão, como de resto estariam a todos os festins daquele e de outros tipos pós 1889. Cismava sobre estas coisas a **Marqueza** quando espocou intenso foguetório. “Entrou a festa, barão, vamos, que quero apreciar o sermão santo do Espírito amante dos meninos. Vamos, **Marqueza** que tenho uma tribuna, porque os fidalgos e nobres não se misturam com a canalha”. E lá foram todos participar da festa, e uma vez acabada a celebração, voltaram eles para a casa do barão, “cuidar da barriga, que é só no que se deve cuidar”, preocupação, aliás, que ela constataria ser comum a todos os presentes naquele dia na Boa Viagem ainda uma praia limpa, de coqueiros, mangueiras, cajueiros, fruta-pão e peixes trazidos pelas jangadas.

Como decorreu a nova refeição, nos conta a **Marqueza** com a sua pena terrivelmente ferina: “Quando estávamos a comer, um barão conservador pegou no copo e disse: “Vou beber à saúde do meu amigo e correligionário de 1848 e hoje chefe do Partido Liberal, e mais tarde espero que esteja conosco. Todos bebemos! Hip, hip, hip-ou-ou!” Naquele

momento, um grande liberal de óculos fez um importante discurso, que para ela parecia antes uma conversa, e ao concluir, diria: “Viva o nosso prestimoso chefe”. Todos e tudo responderam com um estrondoso viva ao “senhor barão de Vila Feia”, proposto por um republicano liberal. “Eu não queria passar por pêca, também dei o meu viva a todos os políticos barrigudos”, mas diante desse adjetivo muito usado na época para qualificar aqueles tipos oportunistas, macios, interesseiros e gananciosos — “políticos da barriga é uma grande realidade, e a mais sábia, profícua e segura de todas as políticas... A alma de todos os ganhadores políticos está na barriga”, dizia **O Campeão**, em 1861, citado por Pereira da Costa no seu **Vocabulário Pernambucano** — revelaria a “Marqueza” que um silêncio profundo envolveu o seu brinde: “ninguém respondeu!”.

Decidida a desmascarar o jogo hipócrita dos políticos, as palavras de enganos e imposturas que eles costumam pronunciar, contaria a “Marqueza” que o jantar chegou ao fim “com muitos vômitos, dores de cabeça e de barriga e muita... (aqui, novamente ela escreveria, sem atentar para a etiqueta, o termo cambroneano). “À noite fui para o Te-Deum e só vi e ouvi as baronesas repreendendo o pegador do turbulo: retire-se com este turbulo, que está defumando a gente e não podemos cantar”, contava a irreverente cronista que parecia não acreditar muito na religiosidade das respeitáveis damas representativas daquela sociedade de senhores que veraneava em Boa Viagem. Uma vez concluído o Te-Deum, restaria assistir ao fogo que tinham anunciado: “Tendo eu de retirar-me fui instada pelos fidalgos e o barão de Vila Feia para ver o fogo, ao que acedi. Ah! leitores, que carapetão me pegaram! Fechou-se a igreja, deu nove horas, dez, ficou o pátio solitário, e nada de fogo. Eu, velha de 120 anos ainda cair nestas esparrelas”, desabafaria a “Marqueza” contra mais uma falsa promessa daqueles “barrigudos”.

No final da sua maliciosa sátira sobre os políticos, destruidores das ilusões de um povo ingênuo levado a acreditar nas bravatas e argumentos por eles manifestados, comentaria **A Marqueza do Linguarudo**, cuja coleção é guardada no Arquivo Público Estadual: “Para falar a verdade, a festa da Boa Viagem esteve insípida, a única graça que teve foi ser concorrida por muitos titulares, fazendo eu também parte”.

(Diário de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1985)

LIVROS E LEITORES NO BRASIL MONÁRQUICO

Nanci Leonzo

“Entre quase todos os povos civilizados a biblioteca, ou mais castiçamente a estante de livros cheia deles, é em uma casa de família um móvel tão indispensável como o guarda-roupa; entre nós, contam-se as casas, a não ser a de algum médico que tem os seus livros de medicina e a de algum advogado que tem os seus livros de direito, que possuem meia dúzia de volumes”.

Este perspicaz texto de José Veríssimo, onde é acentuado o menosprezo que os brasileiros davam, no final do século XIX, aos livros, delineou nossa abordagem. Não desejávamos escrever somente sobre livros e autores de renome como procederam, até hoje, a maior parte dos estudiosos. Foi e continua sendo também o nosso objeto de pesquisa o leitor e suas escolhas literárias, as bibliotecas públicas e privadas e os catálogos editados pelas principais editoras do país. Procuramos pois conhecer e vincular, na medida do possível, isto é, tendo em vista o estágio atual das investigações sobre a temática, livros e leitores. Entendemos, em síntese, que os primeiros só se justificam pela existência e conseqüente aceite ou repúdio dos segundos.

Em um encontro internacional promovido em 1980 pela Universidade de Brasília discutiu-se, com rigorosos critérios e, principalmente, sem fervores ideológicos, a atualidade da obra de Gilberto Freyre. Foi este incansável estudioso da realidade brasileira quem nos forneceu parte do material documentário necessário para a redação deste texto. Referimo-nos, em particular, aos depoimentos de brasileiros nascidos entre 1850 e 1900, todos da “alta e média burguesia”, contidos nos dois volumes de *Ordem e Progresso* (1957), o terceiro de uma “série de estudos” centralizada na interpretação da sociedade patriarcal do Brasil, “série” esta iniciada com a publicação de *Casa-Grande & Senzala* (1933) e continuada com a de *Sobrados e Mucambos* (1936). Buscamos nestes depoimentos detectar as leituras feitas “fora da escola” e que, apesar desta característica, profunda impressão causaram aos seus leitores. Sem o inquérito

“antropológico e sociológico” realizado por Gilberto Freyre possivelmente quase nada saberíamos sobre as preferências dos poucos leitores brasileiros da segunda metade do século XIX. Esta constatação permite, por si só, referendar a já consagrada atualidade do renomado cientista social.

Quase todos os jovens nascidos após a década de 1870 deliciaram-se com os romances de Júlio Verne. José Antônio da Silveira (Pernambuco, 1884) foi categórico: “Li todos os livros de Júlio Verne e depois os de Samuel Smiles”. A ambos atribui muita influência na formação do seu caráter. Alguns mestres incentivavam estas leituras segundo revelações de Amílcar Botelho de Magalhães (Rio de Janeiro, 1880), aluno do Ateneu Brasileiro. Neste estabelecimento escolar eram lidos, durante as “lições de Humanidades” trechos dos livros de Smiles, tais como de **O Carater e Poder da Vontade**. Na fase adulta, paralelamente aos compêndios acadêmicos, manusearam revistas internacionais e habituaram-se a ter em mãos os principais jornais da época. Nestes, homens e mulheres acompanharam as suscintas descrições dos acontecimentos internacionais, o desenrolar da atribulada política nacional, bem como as tramas que caracterizavam os folhetins.

Os portugueses Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão foram, ao lado do poeta brasileiro Olavo Bilac, os ídolos do fim do século. O depoente Otávio Tarquínio de Sousa (Rio de Janeiro, 1893) fez ainda menção a Ernest Renan e a Anatole France, lembrando que a maior parte dos jovens de sua geração “encarava com certo desdém os autores brasileiros”. Waldemar Martins Ferreira (São Paulo, 1885), no entanto, confessou ter lido diversos escritores nacionais rotulados como românticos e naturalistas, como por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro.

Grande admiradora da cultura francesa foi Dona Virgínia Cavalcante (Pernambuco, 1879). Além de revistas e figurinos ela conheceu as obras de M^{me} de Stael, Bossuet e M^{me} de Sevigné. Não gozou dos mesmos privilégios Dona Isabel Henriqueta de Sousa e Oliveira (Bahia, 1853) que declarou ter lido Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves e Olavo Bilac e ainda alguns romancistas como Macedo e Alencar. Após o casamento, para não contrariar o marido, abandonou a leitura. Retomou este hábito com a viuvez. A poesia sempre encantou os jovens. José Alves de Figueiredo (Ceará, 1879) ao conhecer a literatura desejou ser poeta e aprendeu a declamar de cor as “Primaveras” de Casimiro de Abreu e as “Espumas Flutuantes” de Castro Alves. Durante a infância Dona Ângela Correia de Melo (Rio Grande do Sul, 1875) decorou os “Lusíadas” na mocidade leu, além dos poetas brasileiros, Victor Hugo e D’Annunzio; no restante de sua vida fez inúmeras leituras, todas escolhidas sem nenhum critério.

Nem todos os depoentes possuíam condições econômicas que permitissem a aquisição de livros. Manuel Pereira Dinis (Paraíba, 1887)

consultou, em bibliotecas públicas, várias obras que influenciaram a sua formação. Outro procedimento comum era recorrer ao empréstimo pessoal. De acordo com Dona Antonia Lins Vieira de Melo (São Paulo, 1879) os romances “viviam em permanente viagem entre os engenhos...”, principalmente os de José de Alencar.

Levando-se em conta o conjunto dos depoimentos recolhidos por Gilberto Freyre, observamos que o interesse pelos poetas e romancistas vinculados ao romantismo abrangeu leitores de ambos os sexos e permaneceu até fins do século XIX. José Veríssimo, em suas reflexões sobre a vida literária no Brasil, escritas na década de 80, reconheceu e justificou esta situação admitindo o fato de que os românticos foram “mais brasileiros e mais originais” do que os escritores que ao seu lado militavam na literatura. Na verdade, certos autores românticos jamais foram esquecidos. Álvares de Azevedo, falecido em 1852, é um deles. Sempre teve leitores. Nem todos, porém, o admiraram. É o caso de João Rodrigues Coriolano de Medeiros (Paraíba, 1875) para quem *Uma Noite na Taverna* “estragou uma geração de estudantes paraibanos”. Qual o fundamento desta afirmação? Fica aqui uma pergunta sem resposta. Resta-nos enveredar pelo campo das hipóteses e, particularmente, revelar a obra do incompreendido literato com o seguinte texto extraído de uma carta endereçada a um amigo e que se constitui num verdadeiro auto-retrato: “Luís, é uma sina minha que eu amasse muito e que ninguém me amasse. — Eis uma ironia que aí me vem no meu acabrunhar sombrio, nesse meu não ‘crer’ do que os outros ‘creiam’. Chamam-me frio, julgam que o egoísmo e o orgulho m’o gelara inteiro... o nectar, que se chama a alma, daquela amfora maldita que se chama vida”.

Ao tempo de Álvares de Azevedo o comércio de livros não era, para os brasileiros, um empreendimento lucrativo. A família do jovem autor romântico, como revelam suas cartas, encomendava os seus livros acadêmicos, bem como as demais obras de seu interesse, na Europa. O pastor norte-americano Daniel P. Kidder em suas *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)* registrou como, ao fim da década de 1830, a elite cultural contornava o problema da compra e venda de livros: “Quase todos os navios procedentes do Havre trazem grandes quantidades de livros vendidos em leilão, sendo bastante frequentes tais vendas. Os europeus que regressam às suas pátrias ou os brasileiros que vão para o estrangeiro, em geral dispõem de suas bibliotecas ao correr do martelo”.

Os franceses dominaram, durante quase todo o século XIX, o comércio livreiro nas principais províncias brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo, concentraram-se na rua do Ouvidor. Frequentar as mais sortidas livrarias do país foi um hábito peculiar aos nossos chamados “homens de letras”. Nelas se observavam, sobretudo, as “novidades”. Joaquim

Nabuco em **Minha Formação** referiu-se às visitas feitas à livraria Lailhaoar, no Recife, e à feliz compra, em 1869, da obra **A Constituição Inglesa** de Bagehot, obra esta que marcou profundamente o seu pensamento político. O destacado abolicionista “lia de tudo igualmente”. Ernest Renan, que conheceu pessoalmente em Paris, no ano de 1873, fascinou-o durante muito tempo. Somente no fim da vida Nabuco seguiu o conselho que lhe deu este controvertido intelectual francês: entregar-se aos “estudos históricos”. Veio, então, o arrependimento e o lamento: “Não me aproveitei do conselho de Renan senão tarde demais na vida, quando comecei a preparar a biografia de meu pai, que é uma perspectiva da época toda de Dom Pedro II. O aviso, porém, aí fica para os que quiserem desenvolver e aperfeiçoar o talento literário que possuem, em vez de dispersá-lo e nada apurar dele”.

O maior incentivador dos “estudos históricos”, durante o século XIX, foi, sem dúvida, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado, em 1838, no Rio de Janeiro, sob a inspiração do Instituto Histórico de França. O literato Joaquim Manoel de Macedo que exercia, no ano de 1854, a função de Primeiro Secretário, qualificou esta instituição como uma “associação” voltada para o “cultivo da história pátria”, ou melhor, “um foco literário, para onde convergissem, e onde se concentrassem, e se coordenassem todos os trabalhos e todas as pesquisas e averiguações históricas”. As atividades do Instituto encontram-se registradas nas atas das sessões realizadas regularmente e que se acham publicadas nos diversos volumes da **Revista Trimensal**. Curioso lembrar o fato de que somente não se promoviam sessões quando ocorriam acontecimentos tidos como nefastos, tais como uma “doença” do Imperador D. Pedro II, o grande protetor da “associação”. Entendia-se que o Instituto “não podia prosseguir em seus trabalhos, enquanto durassem os sofrimentos daquele que lhe dá calor e vida, animação e honras, inspiração e glória”.

A **Revista Trimensal**, como demonstra o índice das matérias contidas em cada tomo anual, encerrava, além do que Macedo denominou “memórias preciosas e documentos raros ou curiosos”, a vida administrativa e cultural do Instituto, isto é, as já mencionadas atas, os pareceres das diversas Comissões e, ainda, as relações de compras e doações que incluíam manuscritos, mapas, relatórios dos presidentes de províncias e das Secretarias de Estado e “obras diversas”. Os doadores eram, em sua maioria, sócios. Uma das contribuições do Imperador foi significativa: “a rica e escolhida livraria” que pertenceu ao célebre Karl Friedrich von Martius, o botânico alemão interessado nos assuntos brasileiros e que, em 1843, ofereceu ao Instituto a importante dissertação **Como se deve escrever a história do Brasil**.

Para o jornalista francês Emile Adet, que viveu muito tempo no Brasil e chegou a se associar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era possível vislumbrar, em meados do século XIX, principalmente

na cidade do Rio de Janeiro, uma espécie de “renascimento cultural”. Em artigo publicado na *Revue de Deux Mondes* sob o título *L'Empire du Brésil et la société brésilienne en 1850* afirmou que a história literária do país já contava “quelques pages qui mériteraient d'être recueillies” apesar do tributo que pagavam à França e à Inglaterra. Adet lamentou que a literatura não fosse aqui considerada uma carreira, uma profissão: “la littérature n'est guère dans ce pays qu'une pépinière de diplomates, d'hommes d'état et de fonctionnaires publics.” Alguns anos depois era mesma a opinião de José Veríssimo: ... “em a nossa sociedade o homem de letras ainda não tem um lugar marcado”.

Adet acreditava no Brasil. Para reforçar sua crença no “renascimento cultural” escreveu sobre os estabelecimentos científicos e literários sediados no Rio de Janeiro. Além do Jardim Botânico e do Museu de “curiosidades naturais” podia se contar com três bibliotecas: a do convento dos beneditinos, rica em “textos antigos” e em obras de teologia, a do Imperador constituída por “edições modernas” e a Biblioteca Nacional ao tempo contendo mais de 70.000 volumes. O Museu e esta última biblioteca maravilhavam os estrangeiros. O alemão Carl von Koseritz, que não apreciava a capital do Império, admitiu que os dois estabelecimentos quase o obrigaram “a fazer as pazes com o Rio” e que dentro deles passaria “bem” o resto de sua vida. Neste depoimento, datado de agosto de 1883, são inúmeros os elogios ao acervo da Biblioteca: 150.000 volumes, alguns deles de extrema raridade. Como leitor e jornalista ele bem observou que os livros ocupavam quase todas as dependências do prédio e que a sala de leitura era “longa, estreita e um pouco escura”. Enfim, a “casa” era, apesar dos quatro andares, muito pequena.

Dois anos antes a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro havia aberto suas portas ao público por ocasião da Exposição de História do Brasil (dezembro de 1881). José Honório Rodrigues, no prefácio que assinou, em julho de 1981, na reedição do *Catálogo* da referida Exposição, resumiu, com perfeição, como se desenvolveu o evento, para o qual contribuíram, através de empréstimos de documentos e livros, o próprio Imperador, instituições públicas e privadas e colecionadores particulares.

Para conhecimento do que podia ser integrado, ao tempo, numa Exposição de História do Brasil basta examinar a “chave da classificação” adotada no *Catálogo* e abaixo sintetizada:

SEÇÃO LITERÁRIA

I

PRELIMINARES

- | | |
|--------|-------------------------------|
| CLASSE | I – Geografia do Brasil. |
| CLASSE | II – Estatística. |
| CLASSE | III – Publicações periódicas. |

II

HISTÓRIA DO BRASIL

- CLASSE IV – História Civil.
- CLASSE V – História Administrativa.
- CLASSE VI – História Eclesiástica.
- CLASSE VII – História Constitucional.
- CLASSE VIII – História Diplomática.
- CLASSE IX – História Militar.
- CLASSE X – História Natural.
- CLASSE XI – História Literária e das Artes.
- CLASSE XII – História Econômica.
- CLASSE XIII – Biografia.
- CLASSE XIV – Numismática.

SEÇÃO ARTÍSTICA

- CLASSE XV – Viagens. Paisagens. Marinhas.
- CLASSE XVI – História.
- CLASSE XVII – Tipos. Usos. Trajes.
- CLASSE XVIII – Genealogia. Heráldica.
- CLASSE XIX – Retratos, Estátuas. Bustos.
- CLASSE XX – História Natural.

A maior parte destas “classes” apresentam sub-divisões assinaladas com parágrafos numerados e letras em ordem alfabética. Um exemplo típico é a CLASSE XI – História Literária e das Artes:

§ 1º – Instrução Pública

- A – Instrução pública em geral.
- B – Ensino Superior.
- C – Ensino Secundário e Primário.
- D – Ensino profissional.

§ 2º – Associações Científicas

§ 3º – Associações Literárias

§ 4º – Bibliografia

- A – Bibliografia Brasileira
- B – Bibliotecas e imprensa

§ 5º – Crítica

§ 6º – História das Artes

Imprescindível seria problematizar a “chave da classificação” e a partir daí desnudar este **Catálogo** que, na opinião de José Honório Rodrigues é “a mais vasta, a mais completa, a mais exaustiva bibliografia da história e da geografia do Brasil até 1881”. Tal projeto, reconhecemos,

reveste-se de uma certa audácia, na medida em que exige propícias condições de pesquisa. Dois preciosos auxiliares para os eventuais consulentes são o “Índice Onomástico de Autores” e as observações feitas pelos organizadores abaixo das transcrições de alguns documentos e obras. **A História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I em 1831**, escrita por John Armitage e editada no ano de 1836, em Londres, mereceu, por exemplo, o seguinte parecer: “Excelente obra para a história do primeiro reinado” (CLASSE IV – História Civil, § 1 – História Gerais, nº 5369).

A abundante historiografia política brasileira, com suas diferentes tendências doutrinárias que tanto a enriquecem, está diluída na complexa “chave da classificação” do **Catálogo da Exposição de História do Brasil**. Mesmo assim é possível encontrar, por vezes enfrentando dificuldades, livros que marcaram o pensamento e a conduta de proeminentes homens públicos da época. Dentre os rotulados como “ideólogos conservadores” salientamos José Antonio Pimenta Bueno e Braz Florentino Henriques de Sousa, autores, respectivamente, de **Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império** (Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1857) e **O Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do tit. V. cap. I da Constituição política do Brasil** (Recife, Tip. Universal, 1864). Vários estudos do Visconde de Uruguai constam do **Catálogo**, com exceção, ao que tudo indica, de seu **Ensaio sobre o Direito Administrativo** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1862). Tavares Bastos encarregou-se de contestar uma de suas mais conhecidas obras, qual seja, **Estudos Práticos sobre a administração das Províncias no Brasil** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1865. 2 vols).

Os princípios federalistas e “liberais” do Tavares Bastos, autor de **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro. Julho 1861** (Rio de Janeiro, Tip. de Quirino & Irmão, 1865) e **Cartas do Solitário. Estudos sobre a reforma administrativa, ensino religioso, africanos livres, tráfico de escravos, liberdade da cabotagem, abertura do Amazonas, comunicações com os Estados Unidos, etc.** (2ª ed., Tip. da Atualidade, 1863) ganham unidade e coerência em **A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil** (Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1870), livro este vedado aos “indulgentes”, “moderados” e “conciliadores”. A insatisfação dos “liberais”, já se manifestara, ao fim da década de 1840, com o jornalista partidário, formado em medicina e direito, Francisco de Sales Torres Homem e o panfleto de características anti-monárquicas **O Libelo do Povo** (Rio de Janeiro, Tip. do Correio Mercantil, 1849). Nos anos 50, como resultado de seu intenso trabalho na imprensa da época, editou um novo folheto com o título **Pensamentos acerca da Conciliação dos Partidos. Coleção de artigos publicados no Correio Mercantil de fevereiro de 1853 em diante** (Rio de Janeiro, Tip. do Correio Mercantil de Rodrigues & Cia, 1853). Aqui se

revela um Torres Homem ponderado e conciliador, o homem cujo antigo comportamento tanto desagradou o literato e artista Manuel de Araújo Porto-Alegre, que desejava vê-lo “melhor empregado”. Ambos haviam organizado em Paris, no ano de 1836, juntamente com Domingos José Gonçalves de Magalhães e J. M. Pereira da Silva, a **Niterói — Revista Brasiliense**. Nesta, Timandro, pseudônimo utilizado pelo jornalista por ocasião da publicação de **O Libelo do Povo**, colaborou com três artigos e uma resenha. Um destes artigos não pode deixar de ser mencionado. Referimo-nos às “Considerações Econômicas sobre a escravatura”, onde Torres Homem discorre sobre as malélicas conseqüências desta instituição tendo em vista a “riqueza” e a “prosperidade” do Brasil.

O elemento servil e o indígena estão inseridos na CLASSE XII do Catálogo. Ocupam, respectivamente os parágrafos 9º e parte do 6º Enquanto o primeiro conta com 97 documentos, artigos e obras, o segundo surpreende o leitor em razão dos seus 21 títulos. Uma explicação se torna necessária: é a partir de 1880, precisamente no momento em que se realiza a Exposição de História do Brasil, que toma maior vulto a campanha abolicionista. No que diz respeito à temática “elemento servil” o **Catálogo** se mostra sucinto, porém, atualizado, passando de Perdígão Malheiros a Joaquim Nabuco e despertando no consulente o desejo de entrar em contacto com autores praticamente desconhecidos. A significativa atuação do primeiro é comprovada através de duas citações: a do discurso “Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. Natureza da mesma Abolição da escravidão; em que termos” proferido no dia 7 de setembro de 1863, quando exercia a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, e a de sua clássica obra **A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-jurídico-social** (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1866-67. 2 vols.). Por outro lado, os títulos que fazem menção a Nabuco salientam suas atividades, no ano de 1880, à frente da Sociedade Brasileira Contra A Escravidão. A atualização fica evidente quando se toma conhecimento de que já pertencia ao acervo da Biblioteca Nacional o estudo de Louis Couty **L’Esclavage au Brésil** (Paris, Guillaumin & Cia., 1881), texto de leitura obrigatória aos que se dedicam a investigações sobre o escravismo. Após 1881, o mérito da luta pela abolição da escravatura, divide-se entre autores quase desconhecidos e publicistas de renome como, por exemplo, o próprio Joaquim Nabuco e André Rebouças. Ao enfeixar 21 títulos num ítem de um parágrafo e ao dar-lhes a denominação “Civilização dos Índios” os organizadores do **Catálogo** permitiram ao consulente detectar o fato de que não se interessavam, realmente, naquele instante, pelos silvícolas. Ainda mais. Mostram-se favoráveis à aculturação na medida em que acolhem, utilizando a expressão “civilização”, as propostas defendidas, por mais de um século, pela elite cultural brasileira. Na verde, o índio está presente na maior parte das “CLASSES” que integram o **Catálogo**. Infelizmente foi privado do destaque. Esta é a realidade. No nosso ponto de

vista não é suficiente verificá-la. Devemos questioná-la tendo como referencial o contexto político e cultural do final do século XIX. Não nos satisfaz o parágrafo 2º da CLASSE X denominado “Etnografia e Linguística”. Deploramos, mais uma vez, a dita “chave da classificação”.

A Exposição de História do Brasil, apesar de contar com o apoio do Imperador, foi um instrumento da propaganda republicana ainda acanhada no Rio de Janeiro. Nela foram expostos livros escritos por líderes políticos de expressão regional, e mesmo nacional, como Américo Brasiliense de Almeida Melo autor de **Os Programas dos Partidos e o Segundo Império** (São Paulo, Tip. de Jorge Seckler, 1878). Não houve censura. Os organizadores Alfredo do Vale Cabral, João Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Menezes Brum, que trabalharam sob a coordenação de Ramiz Galvão, independentemente de suas convicções políticas particulares, agiram no sentido de fornecer aos visitantes uma visão ampla e, na medida do possível, total de tudo o que compreendiam estar inserido na história pátria. Para eles a Exposição tinha um duplo sentido: a “ressureição do passado” e a “previsão do futuro”.

Ao lado do Américo Brasiliense batalharam pelo advento da República, nas diversas províncias do Império, homens partidários de idéias moderadas e exaltadas. Dentre estes últimos lembramos Silva Jardim que era pela revolução e não pela evolução, o que contrariava grande número de adeptos do Manifesto de 1870. Não podemos, pois, omitir a reunião dos opúsculos, manifestos e artigos de jornal deste notável propagandista republicano radical promovida, em junho de 1978, pela Fundação Casa Rui Barbosa. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, que prefaciou magistralmente este volume, “a história das idéias desta fase não estaria completa, sem o conhecimento de todos os pronunciamentos de Silva Jardim, que foi, sem dúvida, a voz mais intrépida e o pensamento mais arrojado, com uma tendência radical, que o situa entre os que quiseram fazer da República, menos um golpe para a conquista do poder, do que uma Revolução, empenhada na solução de problemas, que viesse alterar nossas estruturas políticas, sociais e econômicas”. A leitura desta coletânea não exclue o contacto com o livro de Silva Jardim **Memórias e Viagens — Campanha de um Propagandista — 1887-1890** (Lisboa, Tip. da Cia. Nacional Ed., 1891). Semelhante atenção merecem as obras de Alberto Sales e de Pereira Barreto.

Estes dois intelectuais são comumente qualificados como legítimos representantes do denominado “positivismo ilustrado”, a vertente positivista que, como bem sintetizou Antonio Paim na introdução de **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado** (Brasília, Edit. da Universidade de Brasília, 1981), “acabaria atribuindo à política uma posição subalterna e privilegiando a mudança dos costumes e da mentalidade, como condição prévia à reforma social”. Alberto Sales, um “republicano extremado”,

adepto de Comte e Spencer, iniciou suas atividades de militância ideológica na imprensa e publicou o seu primeiro livro **Política Republicana** (Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1882) sob o patrocínio do Partido Republicano Paulista. Foi, também, o responsável pelo texto do famoso **Catecismo Republicano** (São Paulo, Leroy King Boodwalter, 1885). Escrevia por “civismo”: “O homem que sabe servir-se da pena, que pode publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o que entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, comete o crime de covardia, é mau cidadão”. Colaborou em jornais praticamente até o fim de sua vida. Clamou contra o “mandarinato político” instalado com a República (1901), mostrando-se, porém, sempre crente na “regeneração moral e política” do país através de uma reforma constitucional. Pereira Barreto era igualmente membro do Partido Republicano e seguidor da filosofia de Comte que, em certos aspectos, contestou à luz de conhecimentos oriundos de novas doutrinas. Na imprensa sustentou diversas polêmicas, ainda durante o século XIX, com José Bonifácio (1878) e o pastor Nash Morton (1880). Esta última deu origem ao livro **Positivismo e Teologia** lançado, em São Paulo, no mesmo ano em que apareceu **Soluções Positivas da Política Brasileira** (São Paulo, Livraria Popular de Abílio Marques, 1880). Foi curta e apagada sua carreira política, apesar de ter sido eleito, em 1891, presidente da Assembléia Constituinte e, mais tarde, presidente do Senado Estadual. O opúsculo **O Século XX sob o ponto de vista brasileiro** (São Paulo, Tip. do Estado de São Paulo, 1901) espalha, acima de tudo, sua credibilidade na educação: “Precisamos educar, precisamos revolucionar a nossa massa popular”. Por mais duas décadas o jornal **O Estado de São Paulo** acolheu seus artigos e polêmicas. Morreu com 83 anos de idade lastimando a ignorância da “massa da população”.

Até mesmo os privilegiados depoentes que auxiliaram Gilberto Freyre na confecção do estudo **Ordem e Progresso** não apresentaram conceitos muito favoráveis sobre a instrução recebida em escolas públicas e particulares no período que se estende do ensino de primeiras letras ao acadêmico. Otávio Tarquínio de Sousa (Rio de Janeiro, 1893) confessou que apesar de ter sido um “bom estudante” durante sua passagem pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que funcionava no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, não recebeu “estímulos” e por esta razão estudou o essencial para passar nos exames. Começou a “ler muito” graças aos conselhos dados pelo mestre Silvio Romero. O recebimento de um volume-prêmio pelo bom aproveitamento escolar foi enfatizado, em depoimento oral, por Alfredo Alves da Silva Freyre (Junior), que muito se impressionou com **O Paraíso Perdido**, de Milton, em tradução portuguesa. Eram poucos os jovens familiarizados com outro idioma além do francês. Luís Pinto de Carvalho (Bahia, 1877), por exemplo, dominava, também, o inglês e o alemão; seu pai era quem escolhia suas leituras “fora da escola”. Com uma “biblioteca paterna rica e escolhida” contou, igualmente,

Eduardo Jacobina (Rio de Janeiro, 1879) que, por sua vez, conhecia duas línguas estrangeiras.

Higino (Cícero) da Cunha (Maranhão, 1858) parece não ter nascido, tais como os dois últimos depoentes acima citados, em berço rico, pois antes de estudar “preparatórios” no Liceu de São Luís do Maranhão foi “caixeiro de balcão” no interior da Província. Completou os seus estudos na Academia de Direito do Recife onde integrou o que denominou a “falange dos adeptos de Tobias Barreto”. Nesta mesma oportunidade travou “relações com alguns filósofos como Augusto Comte, E. Littré e outros”. Fez leituras que repudiavam o ecletismo espiritualista de Cousin e aderiam, com variadas restrições, ao positivismo. É indiscutível o papel exercido por Tobias Barreto e Silvio Romero na propagação da filosofia e da literatura germânicas. Não pretendemos compará-los no que tange às suas idéias filosóficas. Limitamo-nos aqui a ressaltar a ação renovadora e duradoura do mestre Romero, autor de destacados estudos centrados na crítica literária. Abandonando o campo das abstrações ele penetrou, consciente, na “vida prática”, nos grandes problemas que assolavam o país.

Vários depoentes participaram de reuniões de sociedades literárias. João Barreto de Meneses (Pernambuco, 1872) não apreciava romances nem crônicas, mas amava a poesia. Esmerou-se na arte da declamação e do seu repertório constavam versos de Claudio Manoel da Costa, Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo e Francisco Moniz Barreto. Frequentou, no Recife, a “União e Letras” e a chamada “Gonçalves Dias”. Nestas sociedades, por vezes, os estudantes podiam contar com a presença de escritores, como nos revela Joaquim Amaral Jansen de Faria (Rio de Janeiro, 1882) que participou de reuniões realizadas no “Clube Acadêmico”, onde se congregavam estudantes de Direito, Medicina e Engenharia. Neste Clube era ativa a participação dos jovens através do desenvolvimento de temas que os obrigavam a estudar e a ensaiar a “arte da palavra”. Estas atividades não eram totalmente vedadas às mulheres. Jurandir Freire Costa em seu magnífico livro **Ordem Médica e Norma Familiar** (Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979) detectou o momento em que a mulher do século XIX começou a lutar pela sua autonomia social: “A urbanização”, diz ele, “insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. Concedeu-lhe, por exemplo, a maioridade enquanto consumidora de artigos industrializados. Habitou-a ao gosto mais refinado do comércio e da moda européia. Em seguida, levou-a do requinte do corpo ao requinte do espírito. A mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobretudo novelas e romances, onde encontrava freqüentemente opiniões favoráveis à emancipação feminina”. O depoimento de Dona Henriqueta Galeno (Ceará, 1890), recolhido por Gilberto Freyre, bem ilustra esta tese. O pai, o poeta Juvenal Galeno, não a impediu de cursar a Faculdade de Direito do Ceará. Leu muito, principalmente a literatura francesa, sem deixar de lado João

Ribeiro, Silvio Romero, Afrânio Peixoto, Taunay e Euclides da Cunha. Suas "recreações" prediletas eram, além dos concertos musicais e do teatro, as sessões literárias.

Um dos salões mais famosos do fim do século XIX foi o de Dona Veridiana Prado que, após a separação do marido (1877), optou por um estilo de vida muito diferente da maioria das mulheres que pertenciam à elite dominante. Em sua residência paulista ela introduziu, conforme bem colocou Wanderley Pinho em **Salões e Damas do Segundo Reinado** (3ª ed., São Paulo, Martins, 1959), o costume francês de receber para "soirées" amigos e intelectuais. O escritor português Ramalho Ortigão, companheiro quase inseparável de seu filho Eduardo Prado, conheceu a casa e sua proprietária por ocasião de sua visita ao Brasil na década de 80. Não lhes poupou elogios. A mesma atitude teve Eça de Queiroz que a encontrou visitando o filho, em Paris, no ano de 1897: "A D. Veridiana é ainda mais esperta, e agradável e pitoresca, e fina do que nós imaginávamos e foi pena não a cultivar na intimidade".

Eduardo Prado viveu, sempre, cercado de amigos e de livros. Em Paris, no seu apartamento da Rua Rivoli, ponto de encontro de importantes intelectuais luso-brasileiros da época, ou na Fazenda do Brejão, no interior do Estado de São Paulo, sua preciosa coleção de manuscritos e de obras chamou a atenção de todos os seus visitantes. Ao que tudo indica, a maior parte desta coleção foi constituída no decorrer de suas viagens ao redor do mundo, acondicionada na França e daí transportada, gradualmente, para o Brasil. A imensa biblioteca particular de Eduardo Prado foi posta à venda, na cidade de São Paulo, em 1916, quinze anos após a sua precoce morte provocada pela febre amarela. O seu destino é ignorado. Sabemos, apenas, que alguns volumes seguiram para a Argentina, onde foram destruídos num incêndio, e que outros ficaram em mãos de diversos compradores, entre eles o governo paulista. Outra importante biblioteca enriquecida, na Europa, a partir das últimas décadas do século XIX, foi a do diplomata-historiador Manuel de Oliveira Lima, que escolheu para morar, no fim de sua vida, os Estados Unidos da América do Norte. Lá reuniu sua volumosa livraria (40.000 volumes) doada, em testamento, à Universidade Católica de Washington. O já mencionado depoente Jansen de Faria conheceu dois preciosos acervos que, na passagem do século, permaneciam no Brasil: a "luxuosa biblioteca" de Rui Barbosa e a "esplêndia biblioteca" do Conselheiro Cândido de Oliveira, as quais o deixaram extasiado.

"O leitor quer aprender, mesmo em um romance, em uma obra de teatro ou em um livro de versos, ou pelo menos busca neles impressões ou sensações, em um livro brasileiro e a não encontrou, por ele condena todos, e como na maioria não as encontrará, eis aí aplicado o seu desapego aos livros da literatura pátria. Estamos diante de mais um dos significantivos desabafos assinados por José Veríssimo. Este desabafo correspondia a

uma situação de fato, a uma anomalia explorada pelas principais editoras do país, como a Garnier Frères que, de acordo com as pesquisas realizadas por Laurence Hallowell publicadas em **O Livro no Brasil** (São Paulo, T. A. Queiroz, Editor / Editora da Universidade de São Paulo, 1985), aqui funcionou de 1844 a 1934. O exame cuidadoso do **Catálogo** que a **Livraria de H. Garnier** distribuiu no início do século XX, precisamente, antes do ano de 1904, efetuado após a leitura e utilização dos preciosos depoimentos encerrados em **Ordem e Progresso**, leva-nos a refutar uma das teses defendidas pelo pesquisador inglês, qual seja, a do “conservadorismo” da política editorial da Livraria. A Garnier, na época em estudo, editava o que era realmente consumido pelo público leitor brasileiro. Ela resguardava os seus interesses agindo nos moldes de uma empresa comercial capitalista sediada em Paris mas perfeitamente consciente da realidade brasileira. Dispunha de um bom número de obras de “utilidade prática” como **O Conselheiro da Família Brasileira – enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática** escrita pelo Dr. Felipe Nery Collaço e o **Manual do Capitalista** de autoria de Bonnet. Aprendendo a manipular este livro, explicava o **Catálogo**, o negociante, o banqueiro, o guarda-livros e o “empregado de fazenda” ficava habilitado a praticar diversas tarefas contábeis “enquanto o diabo esfrega um olho”. Oferecia, ainda, entre outros, livros de culinária, de jardinagem e de orientação agrícola. O Dr. P. Garnier escrevia livros sobre o que denominava “higiene da geração” e que abordava temas como o matrimônio, a impotência “física e moral” e o celibato. Vendia-os a preços não muito baratos. A Livraria mantinha, ainda, a “Biblioteca Popular” repleta de volumes curiosos e acessíveis. Atingia, portanto, setores da sociedade necessariamente não “ilustrados”. Não eram os autores românticos e nem mesmo escritores como Machado de Assis que carregavam a Garnier e sim estes livros aparentemente marginalizados pela elite cultural. Quem depois de ler **Esaú e Jacó** de Machado de Assis não folhearia os livros sobre ocultismo que ganhavam destaque no **Catálogo** sob o título de “Obras Diversas de Instrução e Espiritismo”?

Em livros históricos ela pouco investiu. Era de conhecimento de todos que a **História Geral do Brasil** de Varnhagen, publicada pela Laemmert em edições de 1854-57 e 1887, levou vinte anos para se esgotar. Mesmo assim, na década de 60, promoveu a tradução da **História do Brasil** de Robert Southey e a publicação da **História da Fundação do Império Brasileiro** escrita por J. M. Pereira da Silva. Exemplificar com Joaquim Nabuco a dita postura “conservadora” da Livraria de H. Garnier é um procedimento inaceitável. Significa, em síntese, desconhecer a história e a historiografia brasileiras. Hallowell caiu neste e em outros erros também porque em sua ampla abordagem não deu a devida importância ao leitor. Nabuco era um homem público conhecido e a biografia do seu pai, bem como a sua autobiografia, despertavam curiosidade até naqueles que se

limitavam a ler jornais. Pouco importava a Garnier que o líder abolicionista, por volta de 1900, era considerado um “conservador”. Os seus livros tinham consumidores. Não descansavam, por anos, em poeirentas prateleiras atestando um empate de capital inadequado.

Recorremos a alguns livros para escrever este texto que, acompanhado de outros, constituirá um livro. No intuito de permanecermos fiéis aos princípios explícitos em nossa introdução, fomos buscar o leitor do século XIX. De posse de ambos — livros e leitores — atravessamos, conscientes, todas as etapas que configuram um trabalho histórico. Quando criticamos fomos, deliberadamente, tímidos. As polémicas não atraem o leitor. Elas o enfastiam. Já era assim no século XIX. Queremos hoje, quando quase toda casa tem uma estante de livros, leitores leigos e eruditos. Desejamos, também, que estes leitores se manifestem após cada leitura. Há inúmeras maneiras de revelar o nosso contentamento ou descontentamento: uma delas é escrevendo um livro.

OS BEGUINOS, OS BEGARDOS E OS APÓSTOLOS DE CRISTO

João Ribeiro Júnior

Em meados do século XIII, logo depois da morte do "poverello" Francisco de Assis, alguns dos seus seguidores denunciaram os compromissos a que a maioria dos frades pareciam resignar-se. Aos conventuais, menos exigentes, que não desdenhavam as grandes e luxuosas residências, erigidas no centro das cidades, se opunham os amantes da solidão e da pobreza, e que consideravam a atitude daqueles uma traição ao ideal franciscano.

As tensões aumentaram quando as autoridades supremas da Ordem resolveram colocar termo nesta divergência. Alguns franciscanos, partidários da pobreza radical, se voltaram para uma nova doutrina, baseada no **Evangelho Eterno**, composto pelo monge calabrês Joaquim de Fiore (1145-1202), declarando-se os apóstolos da terceira idade da história joaquimita.

Joaquim de Fiore, cristalizando todas as correntes milenaristas e messiânicas da Idade Média, e colocando a Trindade, e não o Cristo, como até então se fizera, como centro de sua teologia da história, — interpretou a história como uma ascensão através de três estados, sendo cada um deles colocado sob a égide de uma das três pessoas da Trindade. A primeira idade, a do Pai, é a idade da servidão e do medo; a segunda, a do Filho, é a da fé e da submissão familiar; a terceira, a do Espírito Santo, é a idade do amor, da alegria, da liberdade, do repouso da humanidade (**sabbath**). Esta idade marca o apogeu da história humana; o mundo será então um vasto mosteiro povoado de monges, que, em contemplação mística, celebrarão a glória do Senhor até o dia do Juízo Final. (As idéias de Joaquim de Fiore irão aparecer nos séculos XVIII e XIX, nas obras de Lessing, Saint-Simon, Augusto Comte; e influenciarão Fichte, Hegel e Schelling).

Em fins do século XIII, esses franciscanos receberam o apoio dos frades Pedro João Olivi (1259-1298), Angelo Clareno (1247-1337) e Ubertino de Casale (1259-1328), que conseguiram reunir vários seguidores, que cumpriam o voto de pobreza evangélica, de acordo com a **Regra** de S. Francisco. Nasceu, assim, a seita dos **Beguinos** ou **Irmãos Pobres da**

Penitência da Ordem de S. Francisco de Assis. Estes dissidentes franciscanos afirmavam que Jesus e seus apóstolos eram pobres perfeitos, pois não haviam possuído nada, quer em particular quer em comum; assim, não existiria Cristianismo digno de tal nome sem uma total renúncia dos bens materiais.

Em 1315, os **Beguinos** já eram considerados suspeitos de heresia, sendo presos e queimados pela Inquisição.

O frei Pedro João Olivi escreveu um comentário sobre o **Apocalipse**, e tratados sobre a pobreza, a mendicidade e as dispensas religiosas, que foram considerados heréticos pelo papa João XXII, em 1322.

No fim do século XII, na Bélgica, Países Baixos, França e Alemanha, apareceram corporações de mulheres religiosas, as **Beguinas**, que levavam uma vida apostólica em comum, sem votos, mas dentro de um sistema rigorosamente hierárquico, composto de mestras, companheiras e aprendizes, que se dedicavam à assistência aos enfermos, à educação das crianças e ao trabalho manual. De acordo com uma lenda do século XV, a corporação fora fundada por Santa Bega, filha de Pepino, o Velho; outra versão já diz que o fundador foi o pregador Laberto, o Gago (**Le Bégue**).

Tornaram-se logo suspeitas aos olhos da Inquisição, e o Concílio de Viena, de 1311, ordenou a sua supressão. Mais tarde, algumas corporações de **Beguinas** uniram-se à Ordem Terceira de S. Francisco, e a de S. Domingos.

Os **Begardos** eram uma corporação de artes e ofícios masculina, de alta religiosidade, paralela a das **Beguinas**, que surgiram nos Países Baixos, por volta de 1220. Suspeitos de heresia desapareceram no século XVI.

Outros grupos, abertamente revolucionários, se manifestaram na Itália do Norte, levando em seu programa a marcha do **joaquimismo**, como os **Apóstolos de Cristo** ou **Pseudo-Apóstolos**, que surgiram em 1260, conduzidos por Gherardo Segalelli, de Parma, queimado em 1300; e os seguidores do frei Dolcino de Novara e sua companheira Margherita, como Longino de Bergamo, Frederico de Novara, Alberto Carentino, Valderico de Brescia e outros.

Os **Apóstolos de Cristo** queriam purificar a Igreja pela força, com o fim de apressar o advento dos novos tempos. Faziam ataque aberto e direto ao papado, exigindo a limitação de seu poder. Em suas pregações, o frei Dolcino, na linguagem profética de Joaquim de Fiore, distinguia quatro etapas na história da Igreja: a primeira foi a época de Cristo e dos apóstolos (bondade, humildade, pobreza e perseguição); a segunda foi o tempo do papa Silvestre (bondade, castidade, honra e riqueza); a terceira, era a época em que ele vivia (riqueza, avareza, fornicação e soberba) e, finalmente, a quarta etapa, que era parecida com a primeira, deveria

inaugurar uma vida de perfeição evangélica, a partir dos ensinamentos de Gherardo de Segalelli.

Em 1305, o papa Clemente V (1305-1324) organizou contra os **Pseudo-Apóstolos**, como eles passaram a ser chamados, uma Cruzada, durante a qual muitos foram capturados e supliciados, inclusive o frei Dolcino e sua companheira Margherita, que foram mutilados e depois queimados, em 1307.

Em 1402 havia ainda alguns **Apóstolos de Cristo** vagando pela Europa.

Paralelamente, aos **Beguinos** e aos **Apóstolos de Cristo**, apareceu uma nova Ordem monástica, nos Apeninos: os **Franciscanos Espirituais (Fratricelli)**, que apesar de seguirem o **joaquinismo**, e lutarem por uma Igreja pura e pobre, não queriam ser confundidos com aqueles franciscanos insurretos. Eles se mantiveram, apesar da Inquisição, até meados do século XV.

A crise na Ordem franciscana não se estendeu por muito tempo; a maioria dos franciscanos insurretos declararam submissão à Igreja, e a Cristandade, através da Inquisição e do Poder Público, continuou perseguindo e queimando os hereges, enquanto as Universidades condenavam seus escritos.

BREVE NOTA SOBRE A INFLUÊNCIA POSITIVISTA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Norma Felicidade L. da Silva

Ao nível educacional, a influência positivista limitou-se a uma faixa restrita ligada quase sempre aos militares ou pessoas vinculadas ao campo das ciências físicas, matemáticas, químicas e biológicas.

Assim, os pressupostos educacionais comteanos não vingaram no Brasil, a não ser que se aceite como tais, o tipo de educação científica, que foi levada a efeito na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde os jovens cadetes eram doutrinados por Benjamin Constant, através das ciências físicas e matemáticas. Esses discentes da Escola Militar passaram a interessar-se pela Filosofia de Augusto Comte, adotando-a, em parte, como plataforma política da República nascente; sem, contudo, seguirem as determinações dogmáticas dessa corrente, que previa para a classe militar a simplória posição de milícia cívica, e não de porta-voz da Nação, como os militares se arrogavam.

Nas Escolas Superiores, principalmente nas Academias de Direito, onde a mocidade se mostrava sensível aos ideais que oferecessem as respostas que almejavam na implantação de uma nova sociedade, o Positivismo contou sempre com grupos estudantis ligados aos ensinamentos de Augusto Comte; mas os componentes desses grupos limitaram-se a formação de pequenos núcleos regionais ou restritos aos muros das Escolas Superiores, onde nem sempre conseguiram sensibilizar um número significativo na massa estudantil, que se orientasse nos mesmos postulados.

Deste modo, os pressupostos da educação enciclopédica positivista não conseguiu romper com o espírito livresco literário, vindo desde o Brasil colonial-império, que estabelecia os parâmetros da educação da classe dirigente, e que perdurou até os primórdios do regime republicano.

No mais, a primeira reforma do ensino sob a égide do Positivismo, na República, inspirada por Benjamin Constant, também falhou. Em primeiro lugar, por dar ao Estado o papel preponderante na organização do ensino; enquanto que Comte transferira esse papel aos sacerdotes positivistas, que não são teólogos, mas sociólogos, intérpretes das doutrinas sócio-religiosas do Positivismo. Em segundo lugar, porque incluiu o estudo

das ciências já para os alunos de 7 anos de idade, sacrificando a **educação estética**, o que desvirtua as fases da educação integral preconizada por Comte, ou seja: **Educação física e moral**, ministrada até os 7 anos; **Educação estética**, que vai dos 7 aos 14, que sistematiza-se por uma série gradual de estudos regulares, até então interditos, isto é, a leitura, a escrita, o canto, o desenho, e o ensino das línguas modernas; e a **Educação intelectual**. Depois da elaboração dos **sentimentos**, na primeira infância e do desenvolvimento da educação estética, através do concurso das **imagens**; finalmente a adolescência completa esse preparo espontâneo, instituindo a lógica universal pelo uso sistemático do terceiro elemento: os **sinais**, nesta terceira fase, onde será desenvolvido o ensino abstrato, de vez que o cérebro já educado, durante a infância, estará apto para o estudo das leis científicas.

Especificamente em São Paulo, o ensino positivista também fracassou. A reforma de ensino de 1893, que saiu do esforço de Caetano de Campos em dar à Escola Normal os alicerces para a formação de professores positivistas, foi no mínimo desastrosa, porquanto o ensino das ciências não seguiu a **hierarquia das ciências**, que nos fornece Augusto Comte, divididas em três grupos correspondentes ao conjunto denominado **natureza**: o grupo matemático-físico, isto é, o grupo das propriedades ou forças físicas com suas condições numéricas, geográficas e mecânicas; o grupo químico, com suas ações a exercerem-se molecularmente; e o grupo orgânico, com suas propriedades vitais. Este último supõe dos dois primeiros; o grupo químico supõe o grupo físico, e só este não supõe nenhum outro. Neste agrupamento somente figuram forças ou propriedades.

Em virtude disso, o ensino acabou por ser emaranhado de informações desconexas, que, a título de informação enciclopédica, não instruiu o futuro professor em coisa alguma. Aliás, a aprovação dos alunos se dava, nesta época, em massa, e não mediante as aptidões reais que tivessem. Chamavam as formaturas de "Despejo do Dr. Campos".

Enfim, o esforço dos educadores positivistas paulistas esbarrou na apreensão deformada do processo educacional preconizado por Augusto Comte; e, noutro tempo, pela herança do clientelismo e dos interesses político-econômicos de toda espécie, que perpetuavam a incultura do povo, para assim perpetuar as regalias obtidas em virtude de suas vantajosas posições. Outra não foi a intenção quando se acabou com os esforços de abertura de escolas proletárias, ou quando se desorganizou o conjunto sistemático de conhecimento, que dariam nova visão de mundo aos normalistas.

**“AS QUEIXAS DO POVO”:
VOCÊ SABE DE QUANDO VÊM?**

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Informal e gratuitamente, sem exigir normas gramaticais, desde a primeira década do século XX, no Rio de Janeiro, leitores de todos os tipos tiveram espaço para reclamar, através de uma das colunas do “Jornal do Brasil”, periódico popular e de oposição, de seus infortúnios. Através de cartas muito singelas, porém, testemunhos vivos do cotidiano da cidade, tais reivindicações abrangeram desde as relações de trabalho, qualidade do salário, até as péssimas condições da segurança pública, saneamento e limpeza da cidade, falta de habitação, problemas de fornecimento de luz e abastecimento de água, para lembrar apenas os mais comuns apelos que foram analisados pelo historiador Eduardo Silva, no livro *As Queixas do Povo*, editado pela Paz e Terra.

Esse jovem e talentoso historiador que aliás muito bem já se revelou em outros trabalhos, dos quais lembramos *Barões e Escravidão e Idéias Políticas de Quintino Bocaiuva* — demonstra uma vez mais seu excelente critério de análise e sua capacidade como cientista social, oferecendo no presente estudo significativa contribuição para o avanço de nossa historiografia, ao revelar valioso subsídio para a compreensão de uma realidade brasileira, deixando evidente ao pesquisador a riqueza da imprensa como fonte imprescindível para a melhoria da produção científico-histórico-cultural.

Em texto bem elaborado, dividido em seis capítulos que abordam desde a problemática dos pobres à sua condição de cidadão, passando pelo que significava a oposição ao regime republicano, até o que era, na prática, viver no Rio de Janeiro naquela época, os historiadores brasileiros, comprometidos com o entendimento da realidade sócio-econômico-política, terão campo amplo e pouco estudado ainda para caminharem na área da história das mentalidades coletivas.

Uma das preocupações do A. neste trabalho foi resgatar como se processou a incorporação da massa popular ao sistema político, demonstrando que os “queixosos” representaram parcela significativa e majoritária da população carioca, apontando, à p. 19 que: “O mundo dos

queixosos potenciais, como consumidores ou como moradores, crescia assim a taxa superior ao simples crescimento demográfico da população e isto como consequência da própria ação do governo.”

Deixa ainda evidenciado que fundamentalmente as queixas populares no Rio de Janeiro no limiar do século foram de dois níveis: reclamações ao governo e do governo. No primeiro caso quando solicitaram medidas de segurança, e, no segundo, quando protestaram contra o arbítrio de seus agentes (notoriamente os fiscais e os policiais).

Diz-nos Eduardo, à p. 21, que “Surpreende novamente a ausência de qualquer reclamação contra os processos decisórios do governo”, ficando patente que o protesto fora contra os resultados da ação governamental e não contra a maneira decisória, já que acreditavam no Estado benfeitor, o que facilitou, sem dúvida alguma, a perpetuação do arbítrio, da corrupção e da desigualdade nas primeiras décadas do nosso século.

Cremos que com a publicação desta pesquisa temos mais um espaço aberto para que outras possam acontecer nessa proposta, sobretudo a níveis regionais, para que nessa trajetória possamos realmente dimensionar a ação popular frente às estruturas de poder, a fim de que a formação da cidadania no Brasil possa ser, em futuro breve, amplamente debatida a nível nacional, até porque, entender-se a cultura política do povo é absolutamente necessário para a compreensão do porque dele ter sido sempre um perdedor frente ao sistema.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Andrade, Manuel Correia de (org.) – Confederação do Equador. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988. 78p.

O presente volume reúne conferências proferidas no seminário sobre a Confederação do Equador, realizado em 23 de novembro de 1984. Além da introdução do organizador do volume, contém: Uma proposta de regime representativo-federativo para o Brasil (Luís Henrique Dias Tavares); História nacional e história dos vencidos: a propósito da Confederação do Equador (José Luís Foresti Werneck da Silva); A Confederação do Equador no processo de independência do Brasil: aspectos das relações internacionais (Glacyra Lazzari Leite); 1817-1824: definição e redefinições (Antônio Jorge de Siqueira); Padre Mororó, ideólogo da Confederação do Equador (João Alfredo de Souza Montenegro); A atualidade da Confederação do Equador: as vicissitudes do liberalismo de 1824 a 1984 (Aspásia Camargo); Como salvar a Confederação do Equador dos alquimistas do liberalismo radical (Jorge Zaverucha); Relação bibliográfica sobre a Confederação do Equador. Cedamos a palavra ao Professor Manuel Correia de Andrade, organizador da publicação: “A Confederação do Equador foi um dos eventos mais importantes da história brasileira e, neste livro, ela é analisada nos seus mais diversos aspectos, dentro de uma linha objetiva e crítica. Nestes ensaios se procura compreender a linha mestra do pensamento de figuras exponenciais da história brasileira, como Frei Caneca, que foi, inegavelmente, a figura principal, como ideólogo, do movimento. Também se procura analisar o verdadeiro caráter de um movimento revolucionário que eclodiu dois anos após a proclamação da Independência do país e que representou uma reação contra a política absolutista conduzida pelo primeiro Imperador. Os nordestinos, que haviam saído de uma rebelião republicana (1817) e de uma luta para expulsar os últimos representantes da metrópole, na província (Junta de Goiana e Convenção de Beberibe, 1821), temiam, em face da ameaça da restauração do absolutismo, que a Independência resultasse de uma simples substituição da velha metrópole (Lisboa) pela nova metrópole (Rio de Janeiro). Trata-se, assim, de um livro muito oportuno, em que a questão regional é analisada com frieza e

objetividade, sendo portanto de grande importância para a orientação de reflexões, no momento em que vivemos” (Cortesia do Professor Fernando da Cruz Gouvêa, Recife).

Barbosa, Fidélis Dalcin – Rita Amada de Jesus: fundadora da Congregação Jesus Maria José. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988. 164p.

Autor de diversos livros de interesse para a história do Rio Grande do Sul, dispôs-se agora a escrever a biografia de uma devota religiosa portuguesa, a Irmã Rita Amada de Jesus, fundadora, em fins do século passado, da Congregação posta sob a invocação de Jesus-Maria-José. Mas, ao contrário do que possa dar a entender o título, o livro não cuida somente da fundadora da Congregação, mas trata da própria história da sua organização nos muitos e muitos anos (mais se setenta) que nos separam do falecimento de Irmã Rita. Assim, por exemplo, metade do livro é dedicada ao trabalho da Congregação no Brasil, onde se estabeleceu pouco antes do falecimento da Fundadora, justamente por causa das perseguições religiosas movidas pelo regime republicano implantado em Portugal em 1910: “Diante da impossibilidade de prosseguir batalhando em terras de Portugal, a Fundadora pensa abrir campo de batalha em outra parte, em outro país. Pensa no Brasil, onde existe completa liberdade religiosa e onde vivem milhões de portugueses, sendo alguns irmãos de suas filhas espirituais. Um campo imenso, o Brasil, arena de dimensões continentais, onde sua obra poderá expandir-se e dilatar-se ao infinito”. Em fins de 1912, desembarcam as primeiras Irmãs em Santos, donde seguem para o Norte do Estado: Igarapava, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Franca, Patrocínio do Sapucaí (atualmente Patrocínio Paulista), São Simão e outras cidades. A própria sede da Congregação é transferida para o Brasil, com a casa-matriz em Franca, donde, posteriormente, veio para Santo Amaro, em São Paulo. Em toda a parte, fundaram escolas (quase todas chamadas Jesus Maria José), e de São Paulo foram para outros Estados: Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso... E também para a África. É esta crônica interessantíssima (e pouco conhecida) que o autor rio-grandense nos mostra neste livro bastante singelo, mas de muito interesse para a história religiosa do Brasil, ou de parte dele. ONM (Cortesia da Editora).

Bastos, Wilson de Lima – Os sírios em Juiz de Fora, Pref. Almir de Oliveira. Juiz de Fora, Paraibuna, 1988. 252p.

O estudo da composição étnica de Juiz de Fora e do desenvolvimento dos diferentes grupos culturais que formam a sociedade juiz-forense, é um dos propósitos do Instituto Histórico e Geográfico

de Juiz de Fora, que tem hoje como presidente o autor deste livro. E ninguém dentre os membros do Instituto, melhor que o professor Wilson de Lima Bastos para dar início aos estudos e às pesquisas destinadas a esse propósito. Juiz de Fora é um composto étnico variado no qual entram portugueses, negros, alemães, italianos, espanhóis, sírios e libaneses como elementos fundamentais. Os dois primeiros respondem pelo desbravamento e pela instalação dos primeiros estabelecimentos agropecuários na região. Os dois seguintes respondem pelo desenvolvimento dessas atividades, com os dois primeiros, e pelo início do processo industrial, ainda com aqueles. Os demais dão impulso à atividade comercial e, a seguir, também à industrial. De par com isso, como não podia deixar de acontecer, todos esses grupos trouxeram para a sociedade juiz-forense o contributo de suas culturas originais e aqui também se aculturaram, interligaram-se as famílias, rompendo, muitas vezes, dificuldades que os primeiros imigrantes traziam, sobretudo de ordem religiosa. Ascenderam na escala econômico-social imigrantes e seus descendentes, de sorte que as camadas dirigentes de Juiz de Fora contam hoje com numerosos destes, influenciando decisivamente nos destinos da cidade e do município. A pesquisa e o estudo disso, grupo por grupo, é que estão a reclamar dedicações como a do professor Wilson de Lima Bastos, semelhante à que nos mostrou, há algum tempo, Luiz José Stehling no tocante aos alemães. O que temos neste livro é um trabalho inicial de pesquisa, representado pelas entrevistas com os elementos sírios mais antigos e pelo levantamento das diferentes atividades desenvolvidas ontem e hoje pelos filhos do Oriente Médio, aqui estabelecidos. O autor promete um novo volume, em que tratará dos libaneses, cuja elaboração já vai adiantada. Por aqui se vê quais e quantos sírios vieram a ter em Juiz de Fora, onde se fixaram e formaram suas famílias, e desenvolveram suas atividades, e se tornaram pessoas estimadas e respeitadas, e contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade de adoção. Os dados pessoais e familiares, colhidos pelo autor, assim como os aspectos biográficos dos entrevistados, vistos em conjunto, dão-nos uma visão sociológica e histórica valiosa da imigração síria e do que representa o esforço desses imigrantes, que fizeram do trabalho dedicado o instrumento de seu progresso pessoal e da comunidade que escolheram para viver. (Prefácio de Almir de Oliveira ao volume aqui registrado, recebido por cortesia do autor).

Flores, Moacyr – História do Rio Grande do Sul. Segunda edição revista e ampliada. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988. 134 p.

Inegavelmente um dos historiadores de maior produtividade nas letras históricas sul-riograndenses dos nossos dias, o Professor Moacyr

Flores tem, a seu crédito, pelo menos meia dúzia de livros altamente significativos como trabalhos de pesquisa sobre a história de seu Estado, além de numerosa contribuição em revistas culturais, obras coletivas e anais de simpósios e congressos. Rara a publicação histórica do Rio Grande do Sul que não traga à sua contribuição, sempre valiosa. Suas preferências o têm conduzido para as Missões e para a Farroupilha, dois grandes temas da história gaúcha. Mas, no presente volume, apresenta-nos uma síntese da história sul-riograndense, destinada a estudantes e ao público em geral, “por sua linguagem simples e inteligível, sem os vícios da retórica acadêmica ou teoricismos”. E conseguiu. Os novos “donos da História”, que tanto se comprazem com teorizações quase sempre vazias e que não conduzem a nada, provavelmente não apreciarão um livro como este. Mas, os que se interessam realmente por História certamente o apreciarão. ONM (Cortesia do autor).

Leite, Luís-Philippe Pereira – Três sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios. S.c.p.; s.d. 526p.

O “três sorocabanos”, a que se refere o título, são os bandeirantes Pascoal Moreira Cabral Leme, Miguel Sutil de Oliveira e... a imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, “todos oriundos de Sorocaba”. O “arraial” é o agrupamento que deu origem a Cuiabá. Daí, o sentido do subtítulo: “Mato Grosso nos seus primórdios”. A obra – diz o autor – encerra a série de pesquisas que há muito encetara sobre o fascinante tema da mineração, formação dos arraiais e da Capitania de Mato Grosso. O assunto já havia sugerido ao autor outros trabalhos menores, mas todos significativos como resultado de demoradas pesquisas arquivais. Diz, ainda, o autor, que se sentirá pago se os seus trabalhos “servirem para perenizar a memória dos fatos e acontecimentos que enriquecem e ilustram a história de Mato Grosso, no momento em que assume papel de maior relevo na comunhão brasileira e em que, dentro e fora da Universidade, jovens estudiosos pesquisam os nossos problemas dando-lhes interpretação e solução adequadas”. Quanto a isto, pode ficar tranquilo o ilustre presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Mais ainda: traço expressivo de seus trabalhos (não apenas deste) e que nos parece pouco cuidado na bibliografia brasileira, é a história da transformação em núcleos urbanos dos antigos arraiais de mineração. Das três partes em que se divide o livro, a mais extensa (mais de trezentas páginas) é a que se refere ao “orago-mór”: nela se contém toda a crônica da Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, inclusive os fatos relativos à demolição do velho templo e à construção da

imponente catedral dos nossos dias. Constitui esta parte excelente subsídio à história religiosa de Mato Grosso, inclusive com incursões pela história social, e até pelo folclore. Entre os prefaciadores do livro, figura o saudoso Amidicis D. Tocantins, escritor cuiabano radicado em São Paulo e do qual já nos ocupamos a propósito de seu falecimento, há pouco ocorrido, na capital paulista. Frase auspiciosa, que não pode passar sem registro, à página 237: “A Universidade Federal de Mato Grosso, através de seu importante centro de documentação, está trazendo, faz algum tempo, dos principais arquivos portugueses o maior e melhor documentário que ali exista da fase colonial, relativamente a Mato Grosso”. Alvissaras! Quanto isto poderá beneficiar as pesquisas históricas sobre Mato Grosso! ONM (Cortesia do autor).

Leite, Luís-Philippe Pereira – Vida e glória de um cientista cuiabano. S.c.p.; s.d. 351 p.

Volume em memória de José Venâncio Pereira Leite, ilustre médico e cientista cuiabano que terminou seus dias, tão inesperada e prematuramente, como professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Preparado pela dedicação fraterna do autor, consta o livro de duas partes: a primeira, contendo diversos trabalhos científicos do dr. Pereira Leite, e a segunda, contendo traços de sua biografia e, na realidade, verdadeiro documentário sobre sua vida e obra. Nascido em Cuiabá, aos 11 de março de 1920, fez os estudos de humanidades em sua cidade natal, seguindo, depois, para o Rio de Janeiro, a fim de cursar a Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil, pela qual se diplomou em 1944. Vinculou-se à própria Faculdade em que estudara e da qual se tornou livre-docente, até 1955, quando, a convite de Zeferino Vaz, veio para a Faculdade de Ribeirão Preto, da qual se tornou professor catedrático de Fisiologia. “No auge de uma carreira brilhantíssima, teve a glória de tombar no alto da sua cátedra, quando, na Universidade de São Paulo, participava de uma banca examinadora e arguia o candidato a titular, prof. Domingos Valente. Expirou treze dias após, deixando atrás de si rastro luminoso do seu profundo saber científico”. Volume profusamente ilustrado, com documentos que ilustram a carreira do cientista cuiabano. ONM (Cortesia do autor).

Neves, Ilka – Domingos José de Almeida e sua descendência. Porto Alegre, Edigal, 1987. 160 p.

Já nos ocupamos em mais de uma ocasião do grande líder farroupilha, Domingos José de Almeida, inclusive divulgando na íntegra seu

admirável manifesto de 29 de agosto de 1838, assinado também por Bento Gonçalves. Fizemo-lo, conforme foi declarado, em homenagem ao sesquicentenário da “Farroupilha”, que então se comemorava (1985). Na ocasião, o manifesto, um dos mais belos documentos da história política de nosso País, era praticamente desconhecido, pelo menos fora do Rio Grande do Sul, pois além da publicação original no jornal “O Povo”, de Piratini, só era encontrado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 26, de 1883. Pouco depois, (nº 126, de 1987) registramos a publicação em volume desse mesmo manifesto, juntamente com outro do mesmo líder, datado de 29 de outubro de 1835, em elegante edição da Comissão Executiva do Sesquicentenário da Farroupilha, e que nos foi gentilmente enviado pelo professor Astrogildo Fernandes, de Porto Alegre. Nesta última ocasião ocupamo-nos demoradamente do notável mineiro de Diamantina que se tornou uma das maiores figuras farroupilhas. Eis-nos, agora, diante de um exaustivo trabalho de pesquisa histórica e genealógica, apresentando-nos a descendência de Domingos José de Almeida. “Trazendo a público o resultado de uma ampla, paciente e segura investigação genealógica, vem colaborar com o universo de admiradores da história gaúcha e as justas aspirações de estudiosos e pesquisadores. O planejamento e a execução do livro obedeceram a uma sistemática fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com descendentes, historiadores, genealogistas e pesquisadores, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia”. Com este precioso volume, quis a autora responder “presente” à chamada para as comemorações sesquicentenárias do grande episódio da história sul-riograndense. ONM (Cortesia da autora).

Pelegrina, Gabriel Ruiz/Serra, Nadyr N. — Ensaio da história da imprensa de Bauru. 28p. Bauru, 1987.

Em formato tablóide, distribuído como suplemento do “Jornal da Cidade” de 4 de outubro de 1987, eis-nos diante de uma excelente contribuição para a história da imprensa de Bauru. “Contar a história da imprensa de uma cidade, equivale a relatar um pouco da história da própria cidade...”, escreveram os autores, e por terem bem sentido isto, puderam produzir um trabalho sem par, que desconhecemos existir para outras cidades. Profusamente ilustrado, cuida de destacar a participação que os mais importantes jornais tiveram na vida da cidade. E foram muitos, a começar por “O Progresso de Bauru”, de 1905 (quando ainda se escrevia **Bahuru**...). Em 81 anos de imprensa, Bauru contou com mais de 120 jornais. Dos mais

importantes, os autores cuidam com ênfase; os demais são simplesmente arrolados. É uma pena que este importante trabalho não tenha sido tirado em livro. Sem menosprezar sua qualidade de “encarte” de um jornal, sua circulação obviamente ficou restrita aos leitores do jornal, uma vez que, segundo declaração expressa, não pôde “ser vendido separadamente”. Jamais o teríamos conhecido, não fora a cortesia de um dos autores, Gabriel Ruiz Pelegrina. E como “encarte” de jornal, por melhor que seja, não adquire o sentido de permanência que merece, pois nem todos o guardam. Mas, de qualquer forma, trata-se de um grande trabalho, dos melhores que, como homem de imprensa, temos visto neste país. ONM.

Rosa, Assis Pereira da – Diário de um peregrino. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1988. 166p.

Interessante reportagem de uma peregrinação à Terra Santa e a alguns centros religiosos da Europa, inclusive o de Medjugorge, na Iugoslávia, bastante em evidência nestes últimos anos. O autor é de Campo Grande, MS, e relata a viagem a partir de sua cidade. Observações válidas quanto aos costumes e particularmente aos aspectos religiosos das regiões percorridas. Vasta e variada interpolação de textos evangélicos de permeio à narrativa. ONM (Cortesia da Editora).

Soares, Iaponan – História do município de Biguaçu. Florianópolis, Associação dos Amigos do Arquivo Público, 1988. 110p.

Já nos ocupamos, há alguns anos (nº 114, de 1984) de uma interessante publicação, **Notícia histórica de Biguaçu**, dirigida pelos professores Iaponan Soares e Ana Lúcia Coutinho Loks, e da qual seis fascículos foram editados. Escrevemos, na ocasião: “A preservação da memória de Biguaçu é o ponto central da publicação. Que os prezados colegas possam levar avante sua tarefa no sentido não apenas de beneficiar os estudos históricos catarinenses, mas também de inscrever o nome da pequena cidade na bibliografia histórica brasileira”. É a um dos autores da referida publicação que devemos, agora, o volume que aqui se registra, com o qual “engrandece-se, no dizer do apresentador do livro, Prof. Walter F. Piazza, a historiografia catarinense, não só pela obra que se põe diante dos seus leitores, mas, principalmente pela lacuna que se preenche, tendo em vista a importância que a antiga Freguesia de São Miguel desempenhou nos quadros políticos, social econômico e cultural da terra

catarinense". Por outro lado, adverte ainda o professor Piazza, preenche outra lacuna, no que se refere ao estudo da orla litorânea catarinense. O livro é, pois, o estudo da evolução de um pequeno segmento desse espaço, em abordagem que vai das origens até 1983, data em que se comemorou o sesquicentenário da emancipação do município. ONM (Cortesia do autor).

*

PERIÓDICOS

Agora, ano IV, nº 7, junho de 1988. Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Conteúdo:** A obra de José Gonçalves dos Santos Silva (Walter F. Piazza); Importância da documentação privada (Valéria Gouvêa Ghanem); Paróquia Evangélica de Santa Isabel: os primeiros pastores e os livros eclesiásticos mais antigos (Beat Richard Meier); Correspondência dos engenheiros aos presidentes de Província em Santa Catarina: sua importância como fonte histórica (Eliane Veras da Veiga); A heráldica, ontem e hoje (Edison Mueller). Contatos: rua Felipe Schmidt, 119, Florianópolis SC 88000.

D.O. Leitura, nºs 75 e 76, ago./set. 1988. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado. **Conteúdo:** nº 75: Folclore: cultura viva (Niomar de Souza Pereira); O fumeiro na mira do folclorista (Marcel Jules Thiéblot); Mamulengo, na magia dos bonecos (Cleide Alves); O Brasil nos mapas do século XVII (Rosemarie E. Horch); De escravas a senhoras (Luiz Mott); Caio Prado no Ceará (Valdelice Carneiro Galvão); Ensino técnico e artístico no Brasil: os pioneiros (Augusto da Silva Telles); Língua culta x dialeto coloquial: um falso dilema (Marleine Paula); Castro Alves vítima de atentado? (Franklin Maxado); Noticiário. Nº 76: Um século de vitral no Brasil (Maria Thereza Cavalheiro); Do lundu à modinha (Léa Vinocur Freitag); Da modinha ao samba (Régis Duprat); A Internacional do Carnaval (Ionaldo Cavalcanti); "A realidade é boa, o realismo é que não presta para nada" (Fábio Lucas); Francisco Lobo da Costa, um centenário a recordar (Ir. Elvo Clemente); Estrangeirismos que incomodam (Roldão P. Simas Filho); Por outras histórias do Brasil (Paulo Miceli); Heróis de papel (Franco de Rosa); A servidão negra (Carlos Cruz). Contatos: rua da Mooca, 1921 São Paulo 03103.

Estudos Avançados, vol. 2, nº 2, maio/agosto de 1988. Publ. do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** Controle de armamento e poder militar (John Kenneth Galbraith); Notes toward fresh ideology (Richard M. Morse); Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna (Boaventura de Sousa Santos); Luzes e revolução na Colônia (Francisco J. C. Falcon); A percepção popular da Assembléia Nacional Constituinte (Florestan Fernandes). Contatos: Instituto de Estudos Avançados. Edifício da antiga Reitoria da Univ. de São Paulo, Cidade Universitária, São Paulo 05508.

NOTICIÁRIO

PRESERVE

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes foi implantado em 1980, em virtude das constantes denúncias de deterioração de documentos, prédios e peças, que guardam a história dos transportes no Brasil. Em 1º de fevereiro de 1983, a portaria nº 126 do Ministério instituiu, em caráter permanente o Programa de Preservação, conhecido pela sigla **Preserve** e com a finalidade de coordenar o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento das atividades nas entidades vinculadas ao Ministério.

Em seis anos de existência, o **Preserve** cumpriu grande parte de seus objetivos, criando Centros de Preservação da História Ferroviária e Núcleos da História Portuária, que somam hoje o total de 14, assim distribuídos: 1. Museu do Porto de Manaus; 2. Núcleo da História Portuária da Bahia (Salvador); 3. Núcleo da História Portuária do Rio de Janeiro (Rio); 4. Núcleo da História Portuária de Belém do Pará; 5. Núcleo da História Portuária de Pernambuco (Recife); 6. Museu Ferroviário de São João del Rei; 7. Museu do Trem (Recife); 8. Centro de Preservação da História Ferroviária do Ceará (Fortaleza); 9. Núcleo da História Ferroviária de Juiz de Fora; 10. Centro de Preservação da História Ferroviária do Paraná e Santa Catarina (Curitiba); 11. Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (São Leopoldo); 12. Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro (Rio); 13. Núcleo de Preservação da História Ferroviária de Paranapiacaba, SP; 14. Núcleo Histórico Ferroviário de Miguel Pereira, RJ.

*

ARQUIVO GUARDA A HISTÓRIA DE SÃO CARLOS

Preservar a memória histórica, com incorporação e organização de acervos culturais, e propor política de promoção e estímulo à pesquisa

científica, por meio do conhecimento, com garantia de acesso à documentação. Esses têm sido os principais objetivos do **Arquivo de História Contemporânea**, órgão ligado ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, SP. Instalado no prédio da estação da Fepasa (a antiga "Paulista"), conta com acervo documental e bibliográfico organizado e vários instrumentos de pesquisa à disposição dos interessados. Possui também documentação, pública e privada, que registra aspectos da evolução histórica de São Carlos, além de uma biblioteca de apoio na área de Ciências Humanas, que subsidia as inúmeras pesquisas que ali são realizadas. ("O Estado de S. Paulo", 20-9-1988).

*

JOÃO DE SOUSA FERRAZ

Com o falecimento de João de Sousa Ferraz, ocorrido em Limeira, SP, no dia 18 de setembro p. passado, perdeu São Paulo uma das suas grandes figuras nos domínios da educação, do jornalismo e das letras em geral. Natural de Jaú, SP (12-6-1903), diplomou-se pela Escola Normal de Campinas, exercendo o magistério em diversas cidades do Estado. Radicou-se em Limeira, de cujo Instituto de Educação foi professor de psicologia. Na importante cidade paulista desenvolveu inúmeras atividades culturais e editoriais. Entre elas, a publicação regular, desde 1948, de **Letras da Província**, um dos melhores jornais literários do País. Além de livros de sua especialidade, a Psicologia, deixou o romance **Aguapés flutuam na Ribeira**. Esta publicação, que sempre contou em João de Sousa Ferraz um dos seus mais dedicados leitores, lamenta a triste ocorrência de seu passamento.

*

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Efeméride das mais significativas do corrente ano foi o transcurso, a 21 de outubro, do sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O que representou para o incentivo aos estudos históricos a fundação dessa agremiação, em 1838, constitui uma das pági-

nas mais importantes da história da cultura de nosso País. Sua revista, com 349 volumes publicados e mais os numerosos tomos especiais editados ao ensejo dos diversos congressos de História promovidos pelo Instituto, o que, na realidade, totaliza mais de quatrocentos volumes, constitui, inegavelmente, o mais vasto repositório para a pesquisa e o estudo de nossa história. Impossível a quem quer que seja estudá-la sem recorrer a esse extraordinário manancial.

Quando do transcurso do centenário do Instituto, em 1938, realizou-se um dos mais importantes congressos, dos muitos promovidos pela benemerita instituição. Seus "Anais", em dez alentados volumes, totalizando quase seis mil páginas, aí estão a testemunhar a importância da grande reunião. Circunstâncias diversas, dificuldades várias, levaram o Instituto a não comemorar seu sesquicentenário com outro congresso, como vinha sendo esperado. Preferiu promover um curso constante de seis palestras, focalizando temas relativos à vida e à tarefa do Instituto. De qualquer forma, trata-se de efeméride que não pode passar sem registro, ainda que modesto como este.

*

CLUNY FAZ NOVECENTOS ANOS

A 30 de setembro completaram-se novecentos anos do lançamento da pedra fundamental da célebre abadia de Cluny, na Borgonha, França, centro de irradiação cultural da cristandade durante toda a Idade Média. Trata-se da terceira e definitiva abadia erguida naquele local há mais de mil anos, sob a égide da regra beneditina. A igreja abacial foi construída pelo abade Hugo de Sémur a partir do ano de 1088, graças à ajuda financeira dos reis da Inglaterra e da Espanha. Até a construção da basílica de S. Pedro a partir do século XVI, foi o maior templo do mundo católico, com capacidade para abrigar mil fiéis, além dos quatrocentos monges que ocupavam o coro.

Cluny foi um modelo de estabilidade e ordem numa Europa devastada por guerras civis e religiosas e submetida a férreo cerco dos árabes. Em duzentos anos teve apenas seis abades — todos longevos naturalmente, enquanto a Igreja, talada pelas crises e o nepotismo, conhecia nada menos de quarenta e oito papas. Promoveu assim a abadia nonocentenária o desenvolvimento da cultura européia através da agricultura, da transcrição de códices, da criação de bibliotecas, construção de templos,

catedrais escolas, onde se cultuavam as artes, o direito e as letras. (Nota de Hélio Damante, em "O Estado de S. Paulo", 24-9-1988).

* *

III JORNADA INTERNACIONAL SOBRE AS MISSÕES JESUÍTICAS

Promovida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizou-se em Porto Alegre, de 10 a 14 de outubro, este importante evento de caráter científico e cultural, reunindo pesquisadores e estudiosos de renome internacional vindos de países latinos e europeus. A temática, tão diretamente ligada à história do Rio Grande do Sul e que marca as comemorações dos trezentos anos das Missões, teve por objetivo promover o intercâmbio, a discussão e a divulgação de pesquisas em andamento. Participaram da "Jornada": Arno Alvarez Kern, Bartolomeu Meliá, Erneldo Schallenberger, José Proença Brochado, Luiz Antônio Custódio, Maria Dulce Gaspar, Moacyr Flores, Oswaldo Heredia, Pedro Mentz Ribeiro e Ruy Nedel (do Brasil); Ernesto Maeder, Rafael Carbonell, Ruth Poujade e Ana Maria Gorosito Kramer (da Argentina); Louis Necker (da Suíça); Luís Gonzáles Rissotto (do Uruguai); Maxime Haubert e Robert Lacombe (da França).

*

TRIUNFO PRESERVA A CASA DE BENTO GONÇALVES

Jornal de Porto Alegre informa-nos que a cidade gaúcha de Triunfo transformou em "Museu Municipal" a casa em que, a 23 de setembro de 1788, nasceu Bento Gonçalves, o grande líder farroupilha. Foi a melhor maneira que sua cidade natal encontrou para comemorar o bicentenário do nascimento de seu grande filho. "O reencontro com o passado resgata nossa memória".

*

PRESEÇA ITALIANA NO BRASIL

Realizou-se em Vitória, de 24 a 28 de outubro, o Segundo Simpósio Nacional sobre "A presença italiana no Brasil". Promoção da Universidade Federal do Espírito Santo, da "Fondazione Giovanni Agnelli" e do Clube Ítalo-Brasileiro, a reunião contou a participação de figuras de alta projeção na vida cultural brasileira e de várias universidades. Entre outros: Amado L. Cervo (de Brasília), Ricardo Seitenfus, Fr. Rovilio Costa, Helga Piccolo, F. Riopardense de Macedo (do Rio Grande do Sul), Riolando Azzi (do Rio de Janeiro), Walter F. Piazza (de Santa Catarina), Maria Thereza Petrone, Lucy Maffei Hutter, Pasquele Petrone, Diva B. Pinho, Miguel Reale (de São Paulo), Manuel Corrêa de Andrade (de Pernambuco), Thales de Azevedo (da Bahia), José Octávio (da Paraíba), Sílvia Bassanesi (de Campinas) e a "prata da casa" (Sônia Demonier, Luiz Bussato, Carlos Bussola...). A Sônia Demonier, nossos agradecimentos pelas informações relativas ao importante evento.

QUINTA SEMANA DE ESTUDOS DA HISTÓRIA
DE CAMPINAS

A exemplo do que já vem sendo realizado há vários anos, realizou-se de 17 a 21 de outubro do corrente, a **Quinta Semana de Estudos da História de Campinas**, oportuna promoção do museu Histórico e Pedagógico Campos Sales. A ocorrência, no ano em curso, do centenário da Abolição, levou a diretoria do Museu a centrar as atividades da "Semana", quase todas, no tema "Campinas e os negros: família, trabalho e cultura". Contou a "Semana com a participação de professores e pesquisadores de Campinas (ligados ou não às Universidades), da Universidade de São Paulo, dos dois Arquivos da Capital (o Estadual e o Municipal) e ainda de outras entidades. A "Semana" foi aberta com a palestra do Professor Odilon Nogueira de Matos sobre "Alguns problemas da pesquisa histórica no Brasil". A sessão dedicada à Família contou com a colaboração dos Professores Robert Slenes, Ida Lewkowcz e Lúcia de Oliveira Silva; a dedicada à Cultura teve a participação dos Professores Marinalva Moreira, Teófilo de Queiroz, Laima Mesgravis, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Edemir de Carvalho e da teatróloga Thereza Santos. Uma das sessões foi

dedicada ao “Ensino democrático da História”, dela participando os Professores Creusa L. Schenkel, José Galdino, Lorival Rodrigues de Souza, Peter Blasenheim, Luiz Koshiva e Rodolfo Telarolli. A última sessão, sobre “As fontes de pesquisa” teve a participação dos Professores Carlos de Almeida Prado Bacellar, Dayse de Oliveira e Elisete Zanlorenzi. Exposições, visitas a fazendas antigas de Campinas e atos de confraternização complementaram a “Semana”. Esta publicação, cujo responsável vem participando com frequência destas reuniões, congratula-se com o Professor Antônio Euler Lopes de Camargo, diretor do Museu Campos Sales, por mais esta realização cultural.

*

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

O falecimento, aos 94 anos, de Marcos Carneiro de Mendonça privou a historiografia brasileira de uma de suas figuras mais expressivas. Especialista no período pombalino, escreveu também sobre mineração nas Minas Gerais, divulgando sobre os dois temas preciosos documentos (de seu riquíssimo acervo) que vieram beneficiar — e muito! — os pesquisadores de nosso passado. Em próximo número dele nos ocuparemos com mais vagar. Agora, apenas o registro com as homenagens desta publicação, da qual ele sempre mostrou amigo.

*

CENTENÁRIO DE LUIZ CORRÊA DE MELLO

Transcorreu a 6 de dezembro o centenário do nascimento de Luiz Corrêa de Mello, jornalista com larga folha de serviços à imprensa de nosso País e que vinculou seu nome à cultura de nossa terra publicando em 1954 o precioso **Dicionário de Autores Paulistas**, editado oficialmente pela Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo. Obra infelizmente nunca reeditada, bem merecia sê-lo com a necessária atualização. Luiz Corrêa de Mello faleceu em São Paulo a 5 de fevereiro de 1969. Sobre o escritor paulista (natural de Tietê), escreveu pertinentemente em “O Estado de S. Paulo” o jornalista e escritor Hélio Damante.

UM POUCO DE MÚSICA

COMPOSITOR BARROCO NA AMÉRICA

Jornal de Porto Alegre noticiou, há algum tempo, a realização, na capital gaúcha, de um recital do cravista Jorge Preiss, em cujo programa foram incluídas duas obras do organista e cravista italiano Domenico Zipoli, cujo tricentenário de nascimento ocorre no presente ano. Adiantava a notícia que o recital teria mesmo o caráter comemorativo desta efeméride. E acrescentava, ainda, um traço significativo da biografia do compositor: sua vinda para a América do Sul, como missionário, no ano de 1717. Fixou-se em Córdoba, na Argentina, onde faleceu com apenas 37 anos.

Domenico Zipoli está hoje completamente esquecido, donde o inusitado da ocorrência de Porto Alegre, homenageando um compositor que provavelmente nem em pátria é lembrado. Quase nada existe de sua obra em gravação. Ao tempo dos discos de 78 rotações, cheguei a possuir duas peças de sua autoria, provavelmente trechos de obras maiores, numa excelente (para a época) gravação promovida pela **Sems** (“Société des Éditions de Musique Sacrée”), que trabalhava sob os auspícios do Vaticano. Tanto que o próprio rótulo do disco apresentava o brasão de armas da Santa Sé. E o conjunto que executava boa parte dessas gravações era conhecido pela sigla ICBS (“In Cymbalis Bene Sonantibus”). Mas, nada disto foi transposto para gravações modernas e tudo quanto conheço, de sua autoria, em disco de longa-duração, resume-se a uma “Tocata em ré menor”, para cravo, interpretada por Luciano Sgrizzi, pequenina peça que não chega a durar cinco minutos, integrante de um magnífico e hoje bastante raro álbum intitulado **Baroque Masters of Venice, Naples and Tuscany**, da etiqueta norte-americana “Nonesuch”.

Outra prova de seu esquecimento: nem sequer figura ele na imensa **Storia della Musica**, com seus 186 discos, editada por Fratelli Fabri, de Milão. Que Zipoli não figure em antologia alemãs, inglesas, francesas ou norte-americanas, ainda se compreende. Mas, ser omitido numa imensa antologia de sua própria terra e editada a poucos quilômetros da cidade em que nasceu... é incompreensível. No entanto, deixou Zipoli dois oratórios (“Santo Antônio de Pádua” e “Santa Catarina”) e uma obra bastante volumosa constituída de exercícios para o cravo e para o órgão.

Zipoli terá sido, certamente, o único caso de um compositor do barroco italiano a vir para a América e aqui morrer. Chegando à Argentina em 1718, tornou-se organista da Igreja dos Jesuítas, de Córdoba. Ali viveu apenas oito anos, vindo a falecer em 1726, com pouco mais de 37 anos, conforme se lembrou. A ocorrência comemorativa de Porto Alegre é capaz de ser a única no mundo a lembrar o esquecido toscano. ONM.

*

ROTEIRO DISCOGRÁFICO DE CARL PHILIPP EMANUEL BACH

Segundo filho do grande João Sebastião Bach, Carl Philipp Emanuel nasceu em 1714 e faleceu em 1788. Transcorre, portanto, no ano em curso, o bicentenário de sua morte. Carl Philipp Emanuel deixou obra imensa e variada, principalmente instrumental: sonatas, trios, quartetos, concertos, estes especialmente para flauta, instrumento pelo qual teve acentuada predileção. Mas, não deixou de perلustrar outras formas de composição, como, por exemplo, a música sacra: oratórios, cantatas, paixões, motetes, canções. Serviu por muito tempo na corte de Frederico II, talvez o maior exemplo de monarca-compositor, dos muitos que pontilham a história da música. Circunstâncias diversas fizeram com que Carl Philipp, bem como seu irmão mais moço, Johann Christian, tivessem suas obras divulgadas antes que as do próprio pai. Daí, a enorme influência que exerceram.

Carl Philipp Emanuel Bach tem sido razoavelmente beneficiado pela discografia. Atendendo à solicitação de leitor interessado em música, apresentamos, a seguir, um roteiro discográfico do que conhecemos do grande mestre. A relação, obviamente, não é completa, pois elaborámo-la com base apenas em nossa discoteca particular. Agradeceremos se algum leitor mais informado puder corrigir ou complementar nosso elenco. Lembremos que o catálogo temático de suas obras foi elaborado no início deste século (1905) por Alfred Wotquenne, razão pela qual muitas das gravações trazem a respectiva referência numérica precedida das iniciais **Wotq**, ou, às vezes, simplesmente **W**. Sempre que possível, indicamos estas referências.

1. **Concerto para cravo concertante em ré menor** (1748) Werner Smigelski (cr), Heinz Friedrich Hartig ("cembalo ripieno") e Orq. Filarm. de Berlim: Hans von Benda. Angel 387 (reimpr. nacional).
2. **Concerto para flauta, cordas e contínuo**, em sol maior, Wotq 169 Nikolaus Delius (fl), Gottfried Bach (cr), Atis Teichmanis (continuo); Orquestra de

- Câmara, dir. Wolfgang Marschner. Academia Santa Cecília, 161 (reimpr. nacional).
3. **Concerto em ré menor para flauta e cordas** Aurèle Nicolet (fl) e Orq. Sinf. de Göttingen, dir. Günther Weissenborn. Academia Santa Cecília, 65 (reimpr. nacional).
 4. **Concerto para orquestra em ré maior** (Arr. de W. Steinberg) Orq. da Opera Estatal de Viena, dir. Felix Prohaska. Bach Guild 517.
Jean-Pierre Rampal (fl) e Conj. orq. de l'Oiseau Lyre, dr. Louis Froment. Oiseau Lyre 50121.
 5. **Concerto para flauta e orquestra, em lá menor**, Wotq 166 Jean-Pierre Rampal (fl); Conj. orquestral de l'Oiseau Lyre; Louis Froment. Oiseau Lyre 50121.
 6. **Concerto para violoncello e orquestra, em lá menor** (1753?) Paul Tortelier (cello) e Orq. de Câmara de Londres. Imagem, 7024 (reimpr. nacional).
 7. **Concerto nº 27, em ré maior**, Wotq 27 (1750) Hans Goverts (cr) e Orq. de Câmara: Bernard Thomas. Odyssey 111080 (reimpr. nacional).
 8. **Concerto nº 29, em lá maior**, Wotq 29 Hans Goverts (cr); Orq. de Câmara: Bernard Thomas. Odyssey, 240012 (reimpr. nacional).
 9. **Fantasia em dó maior** Christopher Hogwood (piano). London 063 61732 (Reimpr. nacional).
 10. **Fantasia em dó menor** (1753) Dorothy Swainson (cr). RCA Victor 6137, "History of Music in Sound", v. 7.
 11. **Fantasia e Fuga em dó menor** Xavier Darasse (órgão). Odyssey, 240004 (reimpr. nacional).
 12. **Fuga em ré menor** Xavier Darasse (órgão). Odyssey, 240004 (reimpr. nacional).
 13. **Israelitas no deserto** (Os) oratório, Wotq 238 (1769) Sylvia Geszty, Catherine Gayer, Ernst Haefliger, Hermann Prey; Coro da "Berliner Singakademie" e Orq. Sinf. da Rádio de Berlim: Mathieu Lange. Archiv Produktion 2708021.
 14. **Magnificat em ré maior** (1749) Dorothea Siebert, Hilde Ross-Majdan, Waldemar Kmentt, Hans Braun; Academia Coral e Orq. da Ópera Estatal de Viena: Felix Prohaska. Bach Guild, 516/517.
 15. **Marcha para três trompetes e tímpanos** Roger Voisin; John Rhea; The Kapp Sinfonietta: Emanuel Vardi. Kapp 675 (Reimpr. nacional).
 16. **Peças para relógio musical** (10) Wotq 193 Franz Haselboeck (órgão) MHS (Musical Heritage Society) 1005 e 1010.
 17. **Prelúdio em ré maior** Xavier Darasse (órgão). Odyssey 240004 (reimpr. nacional).
 18. **Quarteto em lá menor** Wotq 93 Nicholas McGegan (fl), Catherine Mackintosh (viola), Anthony Pleet (cello) e Christopher Hogwood (piano). London 063 61732 (reimpr. nacional).
 19. **Quarteto em ré maior** Wotq 94 Mesmas indicações do título anterior
 20. **Quarteto em sol maior** Wotq 95 Mesmas indicações do título anterior
Klaus Pohlers (flauta), Georg Schmid (viola) Reinhold Buhl (cello), Martin Galling (cravo). Vox 500463-1.
 21. **Siciliana**, de uma Suite para cravo (transcr. Segovia) Andrés Segóvia, Violão. Decca 7509 (reimpr. nacional).

22. Sinfonia nº 1, em ré maior Wotq 183/1 Orq. Sinf. Viena: Felix Guenther. Bach Guild 504.
Mainzer Kammerorchester: Gunter Kehr. Vox 500463-1
23. **Sinfonia nº 3 em dó maior** Orq. Sinf. Viena: Felix Guenther. Bach Guild 504
24. Sinfonia nº 3, em fá maior Orq. Fil. Londres: Adrian Boult. RCA Victor 6137 ("History of Music in Sound", v. 7)
25. **Sinfonia em si menor** Wotq 182/1 Mainzer Kammerorchester: Gunter Kehr. Vox 500463-1
26. **Sinfonia em mi menor** Zimblet Sinfonietta: Richard Burgin. BUA (Boston University Anthology) 404.
27. **Sonata em lá menor para flauta** Wotq 132 Nikolau Delius (flauta). Academia Santa Cecilia 161 (reimpr. nacional).
28. **Sonatas para órgão** (6) Xavier Darasse (órgão). Odyssey 240003/4 (reimpr. nacional).
29. **Sonatas para órgão** (4) Albert de Klerk (órgão). Odyssey 111061 (reimpr. nacional)
30. **Sonata em sol menor** Rudolf Scheidegger (órgão). Calig 304416.
31. **Trennung (Die)** David Lloyd, tenor. BUA (Boston University Album) 404.
32. **Trio em mi maior para duas flautas e baixo continuo** Wotq 162 Nikolaus Delius e Hermann Pfister (flautas); Gottfried Bach (cravo). Academia Santa Cecilia, 161 (reimpr. nacional).
Stephen Preston e Nicholas MacGegan (flautas); Christopher Hogwood (cr). London 063 61727 (Reimpr. Nacional)
33. **Trio em ré menor** Gesa Maatz (flauta), Guenther Theis (oboé), Gottfried Bach (cravo); Mathias M. Scholz (fagote). Academia Santa Cecilia, 137 (Reimpr. nacional).
34. **Trio em si menor** Wotq 143 Klaus Pohlers (flauta), Georg Schmid (viola), Guenther Kehr (violino); Martin Gallinf (cr). Vox 500463-1
35. **Trio-Sonata em dó maior** Robert Brink (violino), Samuel Mayer (cello) e Daniel Pinkhan (cr). BUA (Boston University Album) 404.
36. **Trio-Sonata em si bemol maior** Wotq 161/2 Maxence Larrieu (flauta), Jacques Chambon (oboé); Anne-Marie Beckensteiner (continuo). MHS (Musical Heritage Society), 971.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (36)

SANTOS DUMONT EM CAMPINAS EM 1903

Em setembro de 1903, o jornalista Leopoldo Amaral assim registrou na imprensa local a vinda a Campinas de Alberto Santos Dumont:

Foi um dos acontecimentos mais notáveis nesta cidade a recepção feita ao eminente patricio Santos Dumont, por ocasião em que ele veio, expressamente, para proceder ao lançamento da primeira pedra do monumento que se ia erigir à memória do maestro Carlos Gomes. Deu-se isto no dia 18 de setembro de 1903.

A rua Barão de Jaguará e outras se achavam quase todas adornadas de arcos de flores e folhagens e os edifícios ostentavam bandeiras de diferentes nações numa interessante promiscuidade de cores. O Centro de Ciências, Letras e Artes, o Clube Campineiro e diversos edifícios apresentavam bela ornamentação. Em outros pontos notavam-se também: o palacete do sr. barão de Ataliba Nogueira, tendo na frente toda a sacada coberta de ricas colchas de seda, e escadaria ladeada de plantas em tinas, palmeiras, etc., oferecendo pitoresco aspecto; a estação das companhias Paulista e Mogiana, embandeiradas e lindamente ornamentadas.

Às 8 horas as bandas de música Ítalo-Brasileira e União Operária percorriam as ruas centrais, que aos poucos foram sendo ocupadas pelo povo, de modo que à hora da chegada do trem era difícil o trânsito. A praça Floriano Peixoto e rua Treze de Maio ficaram apinhadas de povo.

Às 10 horas chegou o trem especial com a locomotiva toda adornada, trazendo o intrépido aeronauta. Nesse momento todas as máquinas da Paulista, Mogiana, Ramal Férreo e locomóveis vizinhos, numa saudação formidável, apitaram simultaneamente, quatro bandas de música — a da brigada policial de São Paulo, a do Liceu e as duas já referidas, tocavam, o povo aclamava, delirantemente Santos Dumont, que logo safu do carro e foi carregado em triunfo.

Aguardavam-no na “gare” uma grande comissão de senhoras, autoridades, associações, todas com estandartes, e multidão compacta. Um delírio!

Saindo a custo da estação apresentou-se-lhe aos olhos um espetáculo encantador: desde a saída, descendo por toda a rua 13 de Maio, mais de mil crianças das escolas públicas e particulares, sociedades diversas formavam alas entre as quais desceu o grande brasileiro, em companhia de seu irmão o dr. Henrique Dumont, comissões etc., no meio de aclamações entusiásticas. Das sacadas da matriz nova, do Clube Campineiro e de outras caíram sobre ele chuvas de flores em sua passagem, atiradas por exmas. senhoras que, no auge do entusiasmo, o saudavam com estrepitosas salvas de palmas.

Nessa verdadeira apoteose, Santos Dumont veio até o sobrado do sr. Henrique Armbrust, donde descansando ali alguns momentos, saíu acompanhado de muitas gentis senhoritas, associações, bandas de música, multidão, sempre entre vivas calorosos, seguindo até o palacete do dr. barão Ataliba Nogueira. Ali foi servido lauto almoço. Ao "champagne" o sr. Coelho Neto, em nome da comissão dos festejos, saudou o ilustre aeronauta; mlle. Isabelita Barbosa de Oliveira recitou inteligentemente a poesia "Plein ciel", de V. Hugo, terminando no meio de uma salva de palmas. Pelo sr. barão Ataliba Nogueira, como presidente da comissão do monumento a Carlos Gomes, foi erguido o brinde de honra a Santos Dumont, que vinha glorificar a memória do inolvidável autor do **Guarani**. Santos Dumont teve a gentileza de traçar a sua assinatura em muitos "menus", deixando nesse autógrafo uma bela recordação. Findo o almoço dirigiram-se todos ao local do monumento. Nova reprodução das aclamações, de vivas, um entusiasmo sem par, pelo povo.

No Clube Campineiro foi Santos Dumont saudado pelo brilhante escritor Coelho Neto, a esse tempo residente nesta cidade. E no Centro de Ciências, Letras e Artes recebeu ele uma flâmula de seda verde e amarela com letras de ouro, oferecida pelos alunos do Ginásio do Estado e destinada ao balão nº 10 em que Santos Dumont pretendia fazer uma ascensão. Falou entre aplausos, nesse momento, o tribuno dr. César Birrenbach.

Os engenheiros aqui residentes dirigiram-lhe a seguinte mensagem:

"Ao triunfador do prêmio Deutsch. Os engenheiros de Campinas, infra-assinados, aproveitando-se da feliz oportunidade de vossa presença nesta cidade para lançar a pedra fundamental do monumento a Carlos Gomes, vêm pressurosos dar-vos as boas vindas e prestar-vos a homenagem da sua consideração. No momento em que o Brasil inteiro estremece de justo e legítimo orgulho por ver-vos restituído ao seu seio, coberto de glória, é-nos gratos saudar-vos ufanos como um dos mais fúlgidos ornamentos da nossa classe que no estrangeiro a honrou e dignificou honrando e dignificando o Brasil. Aceitai, pois, as nossas saudações e esta singela homenagem como um preito da nossa admiração pelos vossos

esforços coroados de êxito, em prol da solução do árduo problema da dirigibilidade dos aerostatos, que há séculos preocupava os espíritos superiores e que só no vosso engenho, na vossa tenacidade e na vossa admirável intrepidez encontrou solução. Sêde bemvindo à terra campineira, ó glorioso Santos Dumont. Campinas, 18 de setembro de 1903. (aa) José Pereira Rebouças, Alfredo B. da Silva Oliveira, Olympio da Silva Leão, Hermilo Alves, Garcia Redondo, Raul de Queiroz Telles, Verginaud Neger, João Pedro Cardoso, Gabriel Penteadó, Henrique Burnier, Antonio Raffin, Tito Martins Ferreira, René Renault, R. Heyse, C. Stevenson, Paulo Voighlander, F. I. Homem de Mello, José L. Gonçalves de Oliveira, Gustavo P. D'Utra, Julio A. Requião, Alexandre Krug, F. Maryssael, Costa Couto, Tobias Rabello, E. Daufresne de la Chevalerie, Maurice Dumargien, Henrique Santos Dumont, Cesar Rabello, Heitor Lyra da Silva”.

O trabalho era um primor, escrito em pergaminho, com iluminuras, estilo século XV, contendo dentro de cada letra inicial dos três períodos, 1º, o “fac-simile” do balão Dumont, 2º a passarola ou máquina de voar do padre Gusmão, e 3º o aerostato Montgolfier, tudo a cores. Executou esse bonito trabalho o sr. René Renault. A mensagem foi redigida pelo dr. Garcia Redondo. O dr. Cesar Bierrenbach falou, a pedido, sobre a entrega e saudando Santos Dumont.

Campinas, em cujo colégio — o “Culto à Ciência” —, Santos Dumont fez os seus primeiros estudos de preparatórios, deu, nesse dia, eloqüente testemunho de seu adiantamento e de compreensão de seus deveres cívicos, glorificando o insigne patriócio.

(De **Campinas: recordações**, pp. 333 a 338. São Paulo, Seção de Obras d’ “O Estado de S. Paulo”, 1927).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

A CATEQUESE DOS INDÍGENAS BRASILEIROS
(Joaquim Floriano de Godoy)

Dever-se-á hoje entregar aos jesuítas a catequese de nossos indígenas? Entendemos que não. Entregar-se hoje a catequese a **missionários jesuítas ou teólogos** seria ato da mais severa condenação. As cenas deploráveis que tiveram por teatro as províncias do norte do Império aí estão mostrando quanto podem inteligências pervertidas por falsa instrução sobre as massas ignorantes e supersticiosas.

Hoje a **missão catequista** deve ter outro molde. Instituem-se associações científicas e filantrópicas, que fundem nos sertões ou nos lugares apropriados, casas de educação para o ensino dos meninos índios, e estabelecimentos agrícolas onde os outros encontrem a instrução e o trabalho. Animem os públicos poderes estas instituições; abram os cofres das graças e do dinheiro para remunerar e amparar o futuro dos novos apóstolos da civilização, e verão os **milagres** que eles operarão em favor da causa nacional.

É só com as casas de educação, e com as escolas agrícolas que devemos catequizar nossos índios, mas para chegar a um resultado que corresponda à intenção é preciso escolher homens da ciência, dedicados até a morte. Então conseguiremos tudo; porque a inteligência dos nossos indígenas será levada para o bem social, sem os terrenos e perturbações intellectuais, com que os **missionários teólogos** convertem o pobre selvagem em homem máquina, asfixiando neles a liberdade de pensar e de obrar.

A catequese a que nos referimos não deve ser limitada só a nossos índios. Os habitantes dos sertões, com especialidade no norte do Império, também precisam ser educados e instruídos. Os fatos ali ocorridos ultimamente o dizem. Os **propagadores de sedições**, os **queimadores de arquivos** ergueram as massas populares por elas estarem embrutecidas. Os **missionários teólogos** há muito tempo que preparam estas perturbações, ensinando aos ignorantes **que o Estado não deve lutar contra a Igreja porque esta vem de Deus e aquele dos homens!**

Os governos que neste século têm ordenado e tolerado tais missões são os únicos responsáveis pelo sangue derramado; e assim a lição aproveita.

O banimento dos jesuítas **amotinadores** não é a única medida que resolva a questão do dia. Esta nulifica-se, porque apenas fere o indivíduo. O mal deve ser atacado de frente e energicamente, reformando-se a Constituição do Império, pelos trâmites legais, na parte referente à matéria religiosa, de modo a termos já: a separação da Igreja e do Estado; o casamento civil e registro dos nascimentos; a igualdade política, hoje nulificada pelas restrições constitucionais. E, como complemento indispensável, a reforma da instrução pública, fundada na ciência moderna.

Sem a realização destas medidas o Brasil não dará um só passo na senda do progresso.

(A Província de S. Paulo: trabalho estatístico histórico e noticioso destinado à Exposição Industrial de Filadélfia, p. 54/55. Rio de Janeiro, Tip. do Diário do Rio de Janeiro, 1875. Há reedição fac-similar, com intr. de Brasil Bandecchi, São Paulo, Governo do Estado, 1978. Coleção "Paulística", v. 12).

*

TEMIÍSTOCLES E A MARINHA ATENIENSE (Robert Flacelière)

Mas era no mar, sobretudo, que Atenas mostrava o seu poderio, pois exerceu, no século V, uma verdadeira **talassocracia**.

E, contudo, ainda no ano de 490 – o ano de Maratona – ela não possuía frota digna de tal nome, como não dispunha igualmente de cavalaria. O homem que se encontra na base da potência naval de Atenas é Temístocles. Compreendeu, sem esperar pelo oráculo da Pítia, o qual revelara que “só uma muralha de madeira seria inexpugnável” que a cidade, para se defender contra a frota de Egina e sobretudo da expedição ameaçadora de Xerxes, tinha necessidade de numerosos navios de guerra. Foi ele quem transformou muitos dos hoplitas atenienses em soldados da marinha e em marinheiros, e tão bem que, mais tarde, o acusaram de ter transformado nobres guerreiros em vis “forçados”. Aproveitando-se da descoberta de um novo filão mais rico nas minas do Láurio, “essa fonte de

prata que a terra encobria”, conseguiu que os atenienses, em vez de dividirem entre si os lucros da exploração — que andavam por cem ou mesmo duzentos talentos — emprestassem aos cem cidadãos mais ricos de entre eles com que construir *trieres*.

Por outro lado, fez com que empreendessem grandes trabalhos no Pireu, que veio, como porto, substituir a má enseada de Falero; as bacias de Zéa e de Muniquia, que deviam servir de arsenais, foram arranjadas e fortificadas. As construções e os preparativos de toda a espécie foram efetuados com tamanha rapidez que, em 480, em Salamina, Atenas pôde alinhar 147 navios de guerra, prontos a fazerem-se ao mar, outros 53, que ficaram provavelmente de reserva, ou seja, uma frota total de 200 *trieres*. Durante todo o século V, graças aos recursos provenientes do tributo pago pelas vilas dependentes do império ateniense, essa frota aumentaria ainda; nos séculos V e IV, teria entre 300 e 400 *trieres*, número amplamente capaz de assegurar o domínio de Atenas sobre o mar Egeu e sobre os estreitos.

(A vida quotidiana dos gregos no século de Péricles, pp. 291/292. Trad. de Virgínia Motta. Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s.d. Col. “A vida quotidiana”, v. 10).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FELIX GUISARD FILHO (1890-1964)

Nascido em Estrela, Estado do Rio de Janeiro, a 31 de março de 1890, filho de Félix Guisard, o grande industrial de Taubaté, e de Dona Jane Guisard, “desde cedo afeiçoou-se à terra onde passou toda a sua vida e à qual deu o melhor de sua inteligência, trabalho e cultura”, no dizer da Professora Maria Morgado de Abreu.¹ Diplomando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornou logo a Taubaté, integrando o corpo médico do Hospital Santa Isabel. Ocupou destacados cargos na Federação das Indústrias de São Paulo. Na carreira pública, foi vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Taubaté, de 1952 a 1955.

Coligiu importantíssimos documentos – fontes primárias da história de Taubaté – e a suas expensas publicou-os em numerosos volumes que integram as coleções “Taubaté” e “Biblioteca Taubateana de Cultura” editadas entre 1938 e 1944.

Ao ser empossado, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 5 de março de 1934, o então presidente do sodalício, José Torres de Oliveira, encarregou os trabalhos que vinha realizando sobre a história de Taubaté, “os quais haviam imposto o seu nome como o de um pesquisador incansável, probo e culto”. Em seu discurso de posse, declarou que havia muito vinha se preocupando em elucidar muitos e muitos fatos da vida de Taubaté. “Felizmente quisera o destino que lhe fossem parar às mãos milhares de documentos, alguns de incalculável valia, pela leitura dos quais podia corrigir muitos senões existentes na nossa história. Alguma coisa, nessa obra de reconstituição do passado, lhe fora possível realizar, através de artigos divulgados pela imprensa e por meio de pequenas publicações. E detendo-se a examinar alguma documentação inédita em seu poder, mostrou quanto era precioso o seu arquivo particular e quanto as informações que iria entregar ao público, dentro de algum tempo, contribuiriam para esclarecer episódios da história das bandeiras, da Guerra dos Emboabas, etc.”²

(1) Abreu, Maria Morgado – **Taubaté**, p. 80. 1985.

(2) Rev. do Instituto Hist. e Geogr. de São Paulo, v. 38, p. 223. 1940.

Todavia, já muito antes de pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, colaborara Félix Guisard Filho em sua preciosa revista, com um trabalho de mais de sessenta páginas, ao qual intitulou **Capítulos da História de Taubaté** (vol. 28, pp. 101-160, 1930), constituído de quatro monografias: "Itacurussá", "Trappa de Maristella", "Taubaté e o 13 de maio de 1888" e "A imprensa taubateana". Nesse mesmo volume, insere-se também outro trabalho de sua lavra, sobre o Convento de Santa Clara (pp. 269-329), o qual, refundido e ampliado, veio a ser publicado mais tarde em livro.

Além dos numerosos volumes que integram as duas coleções que criou para a divulgação da história de sua cidade — e que adiante serão arrolados — deixou numerosos artigos em jornais e revistas de cultura. Foi um dos conferencistas do "Curso de Bandeirologia", promovido pelo Governo do Estado de São Paulo em 1946, no qual discorreu sobre "Os bandeirantes no Vale do Paraíba". Sua conferência, entretanto — e infelizmente —, não chegou a ser incluída no belo volume publicado oficialmente naquele mesmo ano de 1946, e do qual já nos ocupamos nesta publicação (nº 126, p. 180, abril/junho de 1987). Félix Guisard Filho faleceu em Taubaté aos 6 de outubro de 1964.

PUBLICAÇÕES DE FÉLIX GUIARD FILHO

Capítulos da História de Taubaté. Rev. Inst. Hist. Geog. de São Paulo, v. 28, pp. 101-160. 1930.*

Volumes da "Biblioteca Taubateana de Cultura":

1. **Jacques Felix: chegadas à história de Taubaté.** São Paulo, Atena, 1938.
2. **Convento de Santa Clara: chegadas à história de Taubaté.** São Paulo, Atena, 1938.
3. **Nome, limites e brasões de Itacurussá: chegadas para a história de Taubaté.** São Paulo, Atena, 1939.
4. **Índice dos inventários e testamentos: chegadas à história de Taubaté.** São Paulo, Atena, 1939.
5. **D. Rodovalho e D. José: chegadas à história de Taubaté.** São Paulo, Atena, 1939.

Volumes da coleção "Taubaté":

Taubaté: atas da Câmara, 1780-1798. 7 volumes. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1943/44.

Taubaté: papéis avulsos, 1822-1854. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1944.

Taubaté: papéis expedidos pela Câmara, 1853-1869. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1944.

(*) Deste trabalho foi selecionado o excerto que figura na "Seleção" do presente número.

Taubaté: papéis recebidos pela Câmara, 1854-1872. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1944.

Volumes avulsos:

Ubatuba. São Paulo, Gráfica Paulista, 1940.

D. José Pereira da Silva Barros: sua vida e sua obra. São Paulo, Empresa Editora Universal, 1945.

*

O livro **Ubatuba**, aqui mencionado, apareceu como volume inicial de uma série denominada “Achegas à história do litoral paulista” e trazia ilustrações do saudoso Paulo Camilher Florençano. A série, ao que estamos informados, não teve prosseguimento, tendo ficado nesse primeiro volume, que, entre outras coisas, reproduz na íntegra (pp. 43 a 142) o trabalho **Ubatuba médica: apontamentos de geografia, climatologia, história natural, história e patologia local do município de Ubatuba, Estado de São Paulo**, de autoria do dr. João Diogo Esteves da Silva, na época delegado de Higiene em Ubatuba, publicado originalmente em 1891, na casa de G. Leuzinger, do Rio de Janeiro; e ainda (pp. 193-209), a carta do padre jesuíta José Giominni, escrita de Itu, a 25 de janeiro de 1884, narrando uma missão religiosa ao vale do Paraíba.

SELETA

A TRAPPA DE MARISTELA

Felix Guisard Filho

O revmo. padre d. João Baptista Chauttard, então abade da Trappa de Sept-Fons e procurador geral da Ordem Cisterciense, por medida de prudência, resolvera preparar para a sua comunidade um abrigo, no caso de serem os religiosos trappistas obrigados a abandonar a França. Coincidência extraordinária, o encontro de todo casual de d. Chauttard com o reverendo abade Moreau, sacerdote de origem belga, que, possuindo uma pequena propriedade no Brasil, no Estado de São Paulo, em Cananéia, espontaneamente ofereceu-a a d. Chauttard, para que este aí instalasse a comunidade. O abade Moreau reservava para ele apenas um pequeno canto do mosteiro, onde pudesse acabar os seus dias. D. Chauttard, de começo, hesitou, por causa da grande distância que separava o Brasil da França; da dificuldade de fazer as visitas da Ordem; da diferença do clima e das grandes despesas do transporte para toda uma comunidade. Todavia, o abade Moreau não cessava de demonstrar as vantagens enormes que ele havia de encontrar nesta nova terra e como que guiado pela divina Providência, resolveu vir ele mesmo estudar "in loco" a situação para, se possível fosse, instalar aí o núcleo da comunidade. Partindo de França em 1903, d. Chauttard, o abade Moreau e o padre Alexis Ducrey, este tendo sido oficial militar antes de sua entrada na "trappa", talhado estava para os preparativos da instalação dos que deveriam chegar. Depois da inspeção da propriedade prometida, d. Chauttard e o padre Alexis concluíram que o lugar não era conveniente para uma fundação de tal modo afastada da Casa Matriz, de França.

Reconhecendo, entretanto, que apresentavam numerosas vantagens e muito apreciáveis as terras do Brasil, resolveu d. Chauttard que o padre Alexis procurasse e estudasse, afim de achar um lugar apropriado para a instalação de um mosteiro. Durante um ano inteiro, 1903/1904, o padre Alexis percorreu o Estado de São Paulo em todos os sentidos, buscando comprar uma propriedade. Deu preferências ao Estado de São Paulo, porque é o Estado onde a policultura é feita em larga escala, onde a

religião cristã é mais desenvolvida, onde o clima é mais salubre e mais temperado e onde os costumes da vida são mais adaptáveis.

Neste interim viajava d. Chauttard para o Oriente, em visita às casas de sua Ordem, travando em viagem conhecimento com um membro da família "da Silva". O dr. Ismael Dias da Silva informou que em Tremembé havia uma propriedade esplêndida e que estava para vender a preço convidativo. Parecia-lhe terreno muito apropriado para a instalação de um mosteiro Cisterciense, situada em lugar calmo, afastada da vila de Tremembé, tendo de superfície 2.500 hectares aproximados, terras servindo para a cultura do café e do arroz e criação de gado, irrigadas pelo ribeirão do Chaveco, que desemboca no Paraíba, sendo o Paraíba uma das suas divisas. Padre Alexis, depois de minuciosas visitas às terras referidas, hesitou antes de entrar em negociações. Requisitou, entretanto, da comunidade de Sept-Fons lhe mandassem o irmão leigo F. Theodule, entendido em terras, visto como fora diretor do trabalho agrícola em diferentes mosteiros. Chegado que foi ao Tremembé, poucos dias depois foram as terras compradas em 1904. D. Chauttard, recebida que foi a notícia da aquisição, enviou imediatamente o primeiro grupo, composto de treze religiosos: os rr. pp. Nivard, como superior, Antoine de Padoue, como vice-prior; Leopold, Dominique, Geraud e Ambroise, religiosos coristas e ff. Pierre, Etienne, Sébastien, Bernard, Michel, Marcel e Augustin, conversos.

Depois de alguns dias de repouso, os habitantes da fazenda Palmeiras, tal era o nome da velha fazenda, substituíram-no pelo de Maristela, a estrela do mar, nome simbólico, designando a Santíssima Virgem Maria, a estrela que serve de guia para todos os cristãos, no meio do mar das paixões, em caminho da salvação.

A fazenda da Maristela, outrora propriedade do Barão de Lessa, fora muito próspera, mas em conseqüência da lei de 88, trazendo a falta de braços para a exploração, a propriedade ficou como que abandonada até o momento da chegada dos trappistas. Em tudo reinava o abandono, desordem, as construções necessitando reparações, 4.000 pés de café apenas, pastos desaparecidos, enfim, tanto na parte alta como na parte baixa, tudo por fazer. Surgia, logo de primeira vista, a dificuldade do braço trabalhador, constituído por uma população ribeirinha, totalmente destituída de cultura intelectual e indolente. Iniciados logo os trabalhos, foram imediatamente reparados os edifícios da velha fazenda, permitindo boas acomodações para 30 ou 40 religiosos; onde bem abrigados pudessem desempenhar também todos os deveres da vida religiosa, observando a risca a regra monástica de São Bento. Iniciaram também o trabalho de evangelização da população vizinha, pela palavra e pelo exemplo, dentro dos limites da propriedade, de acordo com as instruções da Ordem, ao mesmo tempo que reuniam um certo número de famílias para o trabalho da fazenda, permitindo-lhes também ganhar algum dinheiro e viverem em

melhores condições. Atacando e reparando as diferentes habitações, limpavam pastos e demais terrenos vizinhos do mosteiro, conservando o gado indene dos insetos e demais parasitas, abundantes na região no momento da chegada dos padres.

Lentamente andaram os trappistas antes de iniciarem cultura em alta escala, ensaiando o café, o arroz e a cana. Todas as culturas diferentes, aqui ensaiadas, traziam profundas diferenças das culturas européias, devido a ser muito mais ativa a vegetação aqui do que na Europa. Conselhos prudentes levaram os trappistas a se familiarizarem com as culturas do país. A parte montanhosa da propriedade foi destinada à cultura do café, os pastos para o gado necessário aos trabalhos e ao mesmo tempo para vacas leiteiras, que produziam o leite necessário para o consumo da comunidade e para a fabricação do queijo Port du Salut, tão apreciado pelos entendidos.

Persistindo sempre, e aumentando ano a ano, conta a propriedade de hoje mais de 250.000 pés de café, podendo produzir até 10.000 arrobas anualmente. A fazenda tem 180 cabeças de gado, bois para o trabalho, vacas, cavalos, mulas, etc.. O ribeirão do Chaveco, que atravessa toda a fazenda, foi captado a 1.200 metros acima do mosteiro, entre duas colinas, onde foi construída uma barragem e instalada uma usina elétrica, produzindo de 20 a 40 cavalos de força. Esta força é aproveitada para a iluminação elétrica de todo o mosteiro, movendo ao mesmo tempo a máquina de beneficiar café e diferentes outras máquinas das oficinas.

A propriedade situada na parte baixa, além de muito grande, distava do convento 12 km. Por essa razão construíram naquela parte um grupo de casas, capela, escolas, numerosas casas para colonos, a que deram o nome de Berisal. Nessa região, depois de muito trabalho, visto como os 400 hectares de terrenos, na sua quase totalidade eram pantanosos, tiveram os frades de desenvolver enorme trabalho, a fim de adaptá-los a serem cultivados com o plantio de arroz.

É conhecida de todos a indolência dos povos ribeirinhos acariciada pela abundância da pesca, de que vivem, junto às margens dos rios piscosos, indolência que os reduz à última miséria. No entretanto, os piraquaras sentiram-se abalar do torpor em que se lhes embalava a existência. A princípio fizeram-se surdos ao convite com que os padres os incitavam a trabalhar; eles, porém, não desanimaram, donde se colhe a superioridade da ação das corporações religiosas, assídua e perseverante em confronto com a das suas similares profanas. Não há resistência que não ceda à força do exemplo. Apóstolos do trabalho, conseguiram os trappistas convencer esses camaradas de que o trabalho não é um castigo, mas uma imposição salutar e garantia de remuneração.

Os agrícolas da Trappa deixaram de morar em palhoças e dormir sobre a terra extreme, em detrimento da saúde; têm todos casas de

habitação higiênicas, em cujos compartimentos penetra a luz do sol, dormem todos em seus girais de madeira, levantados do chão uns 0,70, ao menos. Reduzindo esta matéria a poucas palavras, a austera disciplina da vida dos trappistas representa uma verdadeira escola agrícola, aplicam-se a lavrar a terra, e, com o fruto desse trabalho, educam, doutrinam, ensinam e recolhem copiosa pesca de almas.

Todos estes terrenos foram trabalhados com os modernos instrumentos de agricultura tendo os frades o duplo encargo de trabalharem e de ensinarem as populações regionais a deles se utilizarem. Como o arroz necessita de uma grande quantidade de água, para ativar a sua vegetação, além água produzida pelo Chaveco, instalaram os trappistas uma bomba na margem esquerda do Paraíba com 500 litros por segundo, de capacidade. Graças à perseverança do padre Aleixo, as culturas produziram bons resultados, causando admiração aos homens do Governo do Estado de São Paulo, que antes tinham em 1905, tratado da cultura do arroz, pelo sistema de irrigação, em Moreira César, com resultados pouco satisfatórios.

Em 1908, o sr. Albuquerque Lins, presidente do Estado, acompanhado do sr. dr. Carlos Botelho, secretário da Agricultura e de outras altas personalidades políticas, visitaram o Berisal e a Trappa de Maristela, ficando maravilhados em vista dos bons resultados colhidos no plantio do arroz cujo exemplo devia ser aproveitado por muitos. Alguns anos mais tarde o dr. Altino Arantes, ministro da Justiça, acompanhado de outras distintas personagens, visitou o trabalho dos trappistas felicitando-os pelo muito que tinham conseguido.

O serviço de tração dos instrumentos aratórios era feito por mulas, cujo número atinja 120/130 habitualmente, enquanto os bois com os carros transportavam o material dos caminhos úmidos do Berisal. Graças ao trabalho e estímulo que os trappistas deram à cultura do arroz em grande escala, toda a planície, bordejando as duas margens do Paraíba, desde Jacareí até Guaratinguetá, passou a ser trabalhada, cultivada a exemplo dos padres, trazendo formidável produção de arroz, de tal sorte que durante a grande guerra européia, o Brasil pôde exportar este cereal enquanto de 1908 àquela data, grande quantidade entrava no país para consumo de seus habitantes.

A cidade de Tremembé ganhou enormemente com as culturas de arroz iniciadas pelos padres trappistas, visto que estes empregavam habitualmente no amanho das terras duzentos a trezentos camaradas residentes na cidade. D. Chauttard muito contribuiu junto ao dr. Frontin, então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, para que fosse desviada a linha que de Taubaté vai a Pindamonhangaba, o que foi feito, passando a variante por Tremembé.

(...) Em 1910 formaram os trappistas uma escola junto ao mosteiro para meninos de 12 a 15 anos, visando deste modo obter

vocações e formando mais facilmente o moço ao gênero de vida religiosa. Todavia, a vida sedentária e silenciosa do frade trappista não encorajava a muitos, que, uma vez chegados aos 18 ou 20 anos, abandonavam a "Trappa". Foram mandados dois moços brasileiros para a Abadia de Sept-Fons, para fazerem curso de aperfeiçoamento; estes mesmos, porém, não perseveraram na Ordem.

O Capítulo Geral da Ordem decidiu, em 1920, que, em princípio, toda a casa que não pudesse recrutar seus membros na região onde estivesse estabelecida, seria suprimida. Decidiu também que, se a fundação fosse além dos mares, seriam necessárias várias casas, não afastadas umas das outras, com o fim especial de facilitar a visita dos seus superiores. Infelizmente a Trappa de Maristela, de Tremembé, não reunia estas duas condições, e foi tomada a decisão de que ela deveria ser suprimida. Foi vendida a Granja do Berisal em 1925. Partiu o primeiro grupo de religiosos, de Maristela para Sept-Fons, em 1º de setembro de 1927. Pouco numeroso é o grupo que atualmente rege o mosteiro, trabalhando para a venda da fazenda da Trappa liquidando o restante do que possuía a Ordem no Brasil. (...) D. Chautard, em 1903, no Palácio da Presidência da República, ouviu do então Presidente Rodrigues Alves, estas palavras: "Não só uma, mas antes vinte Trappas quisera eu ver estabelecidas no Brasil".

(**Capítulos da História de Taubaté**, em "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 28, pp. 129-139. São Paulo, 1930. **Nota da Redação:** este trabalho de Félix Guisard, bem mais extenso do que foi transcrito, encontra-se reproduzido quase integralmente no livro **Maristela, o Convento da Trappa**, de Arthur Audrá, pp. 35-51. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular** de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

187. PRECIOSO RELATO HOLANDÊS SOBRE O BRASIL

A maior parte dos relatos holandeses da época em que ocuparam boa parte do Brasil no século XVII refere-se ao que se costuma denominar de “segunda invasão”, ou seja a que se realizou em Pernambuco, a partir de 1630. Da “primeira invasão”, ocorrida na Bahia, em 1624, poucos textos existem e um destes poucos é o de João Gregório Aldenburgk, que se intitula **Relação da conquista e perda da cidade do Salvador** e foi publicado em Coburgo, em 1627. Coburgo era, aliás, sua terra natal.

Nascido em data impossível de ser precisada, iniciou Aldenburgk estudos na Universidade de Iena, não chegando a concluí-los, pois, dando asas ao seu espírito aventureiro, preferiu alistar-se numa expedição organizada na Holanda em 1623 para atacar o Brasil, o que efetivamente ocorreu em maio do ano seguinte. Ocupada a cidade do Salvador, então capital do Brasil, nela permaneceu Aldenburgk todo o tempo da ocupação, participando de diversas expedições militares e predatórias levadas a efeito no Recôncavo, que ele descreve minuciosamente em seu livro. Inteligente e observador, não se limitou aos aspectos militares da expedição, mas apresenta-nos quadros descritivos, naturais e humanos da vida da região que percorreu. Retornando à Europa com a expulsão dos holandeses da capital brasileira, Aldenburgk incorporou-se às fileiras de Cristiano IV, da Dinamarca, na Guerra dos Trinta Anos; mas, nelas só permaneceu por quatro meses, preferindo voltar à cidade natal, onde fez imprimir sua narrativa da expedição bélica ao Brasil.

Seu relato obteve grande repercussão, a ponto de merecer inclusão em diversas coleções de viagens organizadas e publicadas na Alemanha no século XVII, o que contribuiu bastante para a sua divulgação. Dele se fez uma tradução latina, publicada em 1634. Em nosso século,

mereceu nova edição, publicada em Haia, em 1930. Para o nosso idioma, o relato de Aldenburgk foi traduzido e publicado parcialmente em 1938 por Dom Clemente da Silva Nigra OSB, no volume 26 dos "Anais do Arquivo Público da Bahia". Todavia, desde 1913 existia uma tradução integral do famoso texto, feita por Alfredo de Carvalho, mas que permanecera inédita. Esta tradução, revista por Agripino Martins, só veio a público em 1961, editada por Edgard de Cerqueira Falcão, na preciosa coleção "Brasiliensia Documenta". Esta edição do ilustre e saudosos historiador baiano (radicado em Santos), contém a reprodução facsimilar da edição original de 1627, além do magnífico estudo introdutório sobre o autor e a obra. Enfim, uma edição feita com o excepcional cuidado que já nos habituamos a ver nas realizações de Cerqueira Falcão. 24-8-1988.

*

188. RASTREANDO O PASSADO DE OURO FINO

A cortesia do prezado amigo e confrade Maurício de Moraes propiciou-me a oportunidade de rastrear, por alguns instantes, o passado de sua Ouro Fino. Fê-lo através de um livro singelo, despretençioso, mas de leitura agradável, no qual a erudição histórica devidamente fundamentada campeia com a leveza do estilo e não raro do pitoresco sem o qual ficaria falho o estudo do cotidiano de qualquer cidade. Refiro-me à **História de Ouro Fino**, de Pompeu Rossi. O livro não só não é novo (data já de 1981), como, ainda, constitui publicação póstuma, visto seu autor ter falecido dez anos antes. Da edição cuidou zelosamente um filho do autor, João Batista Prado Rossi. Apressou-se o autor em informar que o fato de não ser natural de Ouro Fino (era paulista de Serra Negra) não o impediu de "sentir" a cidade mineira, pois nela viveu praticamente a vida toda. E para mim, a maior identificação que alguém possa demonstrar com uma cidade é interessar-se pela sua história. E foi o que fez bem o ouro-finense de Serra Negra.

Parte realmente significativa do livro é a que trata de Francisco Martins Lustosa, o fundador de Ouro Fino. Curiosa personalidade, "ponteadas de incidentes maiores e menores", de altos e baixos e de contradições as mais diversas! Vida, por assim dizer, cinematográfica! Após as aventuras no Sapucaí, internou-se no atual Estado do Paraná, foi presidente da Câmara de Curitiba (o "ponto mais alto que alcançou", segundo o autor) e depois arriscou-se a expedições de reconhecimento no vale do Tibagi, antecipando de mais de cinquenta anos as andanças de Lopes e Elliot, que os paranaenses tanto prezam. E em Curitiba, faleceu aos no-

venta anos. No entanto, não sei de nenhum autor paranaense (a não ser levemente Francisco Negrão) que tenha tratado dessa fase paranaense do fundador de Ouro Fino. Mesmo a parte mineira de sua vida é pouco lembrada. E só o fator de o autor da **História de Ouro Fino** haver “resgatado” a figura curiosa do fundador de sua cidade, já constitui motivo de regozijo para quem ler seu livro. Pelo menos, há nele algo de original, que não seja mera repetição do que outros escreveram. Com razão, Pompeu Rossi julgou que Lustosa “pode figurar, sem deslustre, na lista dos mais destacados sertanistas”.

Dois outros temas chamam a atenção em seu livro: as divisas São Paulo/ Minas e o desmembramento religioso da antiga Ouro Fino; este, para a história do povoamento mineiro constitui capítulo fundamental.

Leitor menos avisado poderá estranhar a ausência de Aureliano Leite entre os grandes filhos de Ouro Fino. A explicação vem no adendo. Quando o livro foi escrito Aureliano ainda vivia e o autor quis referir-se apenas aos já falecidos, começando por Bueno Brandão, que chegou à presidência do Estado de Minas. Aliás, a capa do livro, bastante sugestiva, mostra-nos a igreja matriz de São Francisco de Paula e, na praça fronteira, a estátua de seu mais ilustre filho. “Registro”, “gente”, “lendas”, as três opções que o autor quis salientar (no próprio título) alternam-se de maneira agradável, sem cansar o leitor. 21-9-1988.

*

189. GENERAL OSÓRIO, 1864

Há pouco mais de um mês, faleceu em São Paulo uma das maiores figuras do protestantismo brasileiro: o reverendo José Borges dos Santos Júnior. É nome muito ligado a Campinas, pois aqui viveu muitos anos. Coursou o Seminário Presbiteriano, foi pastor, por longo tempo, da Igreja Presbiteriana, então localizada à rua Bernardino de Campos esquina da antiga rua 24 de Fevereiro (denominada posteriormente Dr. Ernesto Kuhlmann) e lecionou em diversos estabelecimentos de ensino da cidade. Retirando-se para a Capital, aí pastoreou, também por longos anos, a mais importante igreja de sua denominação, a chamada “Igreja Presbiteriana Unida”, situada à rua Helvécia. Grande teólogo e principalmente grande orador – certamente dos maiores da bela tradição oratória do protestantismo – o nome de José Borges dos Santos Júnior extrapolou de muito o ambiente de sua comunidade eclesíastica. Tornou-se reconhecidamente grande autoridade nos domínios da educação, o que o levou a integrar, por

muito tempo, o Conselho Nacional de Educação, transformado atualmente em Conselho Federal de Educação.

Conheci-o há precisamente 55 anos. Residia em Juiz de Fora, mas encontrava-me na cidade de Bauru, em gozo de férias, e na mesma cidade Borges também se encontrava a convite da Igreja Presbiteriana local para uma série de conferências religiosas. Como, ao regressar para Juiz de Fora, pretendesse passar uns dias em Campinas, pús-me à disposição do ilustre pastor para o caso de desejar algum recado para sua família, então, aqui residente. Deu-me seu endereço e pediu-me que simplesmente desse notícias suas à sua esposa. E eu o fiz. Lembro-me de sua residência: uma pequena casa, ainda existente (embora modificada) à rua General Osório, bem rente ao atual supermercado Pão de Açúcar. Ao dar-me o endereço, fez questão de esclarecer: número 1864, precisamente o ano em que começou a guerra do General Osório... Fiquei com este detalhe na mente e nunca o esqueci.

Muitos anos depois, em São Paulo, tive o privilégio de com ele privar mais ameadadamente, ao tempo do Instituto de Cultura Religiosa, fundado por Miguel Rizzo Júnior, outra grande figura do protestantismo brasileiro e, tal como Borges, também muito vinculado a Campinas. Ao tempo em que integrei a Comissão de Nomenclatura de Vias Públicas da cidade, tive oportunidade de propor o nome de Miguel Rizzo Júnior para uma das ruas de Campinas. Aprovada a proposta, lá se encontra o nome do ilustre pastor numa via pública do chamado "Jardim Pacaembu". Estivesse ainda na Comissão (aliás, nem sei se ela ainda existe...) faria idêntica proposta com relação a José Borges dos Santos Júnior, a grande figura que vem de falecer, deixando belíssima folha de serviços à causa da religião e da educação. E bastante vinculado à nossa cidade, como foi dito. Mas, aqui fica a sugestão para quem tiver condições de encaminhá-la. 28-9-1988.

190. PEDRO SANCHES E POÇOS DE CALDAS

Quando, menino ainda, fui pela primeira vez a Poços de Caldas, chamou-me a atenção a freqüência com que Pedro Sanches era homenageado na cidade. Para começar, o modesto hotel em que nos hospedamos ficava na rua desse nome. Saindo da estação, era a primeira travessa da rua Junqueiras. Alguns anos depois seu nome foi trocado pelo de Francisco Faria Lobato, pela simples razão de já existir na cidade outro logradouro com o nome de Pedro Sanches. E este outro não era senão o grande parque que alcancei ainda em construção e que veio a se tornar um dos mais belos jardins do Brasil. Nele, estavam em obras os grandes palácios do Palace Hotel, do Cassino e das novas Termas. Bem em frente ao velho balneário, demoli-

do com o novo estabelecimento termal, havia o busto de Pedro Sanches, com as palavras "Ciência e Bondade". Até em estabelecimentos comerciais seu nome aparecia. Lembro-me de uma farmácia e de um instituto de beleza certamente assim denominados para facilidade de indicação, pois ambos ficavam na Praça Pedro Sanches. O instituto ainda existe, com o mesmo nome, embora noutra local.

Não foi difícil à minha curiosidade de garoto saber quem havia sido Pedro Sanches, médico ilustre que viveu muitos anos em Poços, analisando e descrevendo suas águas termais. Mais ainda: segundo me contou outro médico ilustre, amigo de minha família, foi Pedro Sanches a maior figura da história de Poços de Caldas. Daí, as grandes homenagens que lhe foram tributadas, com seu nome em dois logradouros e ainda seu busto como que olhando para as termas pelas quais ele tanto fez.

Entretanto, pouco se sabe de sua vida anterior a Poços de Caldas, discordando as informações quanto a fatos importantes de sua biografia. Sacramento Blake e Lycurgo de Castro Santos Filho dão-no como nascido em São Gonçalo e formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872. Já outro autor que escreveu sobre médicos mineiros dá-o como nascido em Caldas e diplomado em 1886, ou seja com quatorze anos de diferença das outras fontes, o que não faz sentido, pois em 1873 (ano seguinte ao de sua formatura) já se encontrava clinicando em Poços, onde viveu até o seu falecimento. Esta indicação (da data de sua fixação em Poços) encontra-se no próprio livro que publicou em 1884 sobre as águas termais da localidade. Deste importante livro, de alto interesse histórico e científico (sobretudo crenológico), fez-se uma reedição, ampliada, em 1904, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. É a edição que me foi dado conhecer, graças a gentileza do dr. Leibnitz Tavares Hovelacque, ilustre advogado e jornalista e meu querido amigo de Poços de Caldas. O livro sugere muita coisa e vai me proporcionar novos "rabiscos" sobre Poços e seu grande médico. (12-10-1988)

*

191. RECENTE LIVRO DE HONÓRIO DE SYLOS

O jornalista sempre me pareceu uma das pessoas mais indicadas para escrever memórias. A própria natureza de seu trabalho, lidando diuturnamente com o cotidiano, o predispõe a essa tarefa. Nem todos, contudo, assim o entendem. Tanto que é rara a presença de jornalistas em nossa memorialística. Honório de Sylos, meu querido amigo e confrade da Academia Paulista de Letras, tem tudo para nos dar uma obra marcante no gêne-

ro. É provável que ainda o faça. Por ora, preferiu dar-nos um livro apenas de “relembrações jornalísticas” (*Gente & Fatos*, São Paulo, Ibrasa, 1988).

O “apenas”, aqui, não é depreciativo e nem visa a diminuir o mérito de seu trabalho. Diria, ao contrário, que o livro tem muito mais do que o título promete. Por exemplo: quem, vendo-o com o subtítulo “Relembrações jornalísticas”, imaginaria nele encontrar um dos mais bem elaborados estudos sobre o domínio espanhol em São Paulo? Ou sobre o Conde de Parnaíba? Significa isto que, ao lado de evocações de sua “memória” (as páginas sobre Júlio Prestes, Rodrigues de Abreu, a revolução constitucionalista ou os vinte tópicos que constituem a última seção do livro), fez Honório de Sylos história e muito boa história, inclusive com um sentido revisionista em muitos dos temas abordados (Euclides e Washington Luís, entre outros). É preciso não esquecer, aliás, que o autor já tem um lugar assegurado na historiografia paulista, desde que publicou, há mais de dez anos, *São Paulo e seus caminhos*. Diria até desde antes, pois data de 1933 seu livro sobre a revolução constitucionalista (*Itararé! Itararé!*), considerado com justiça um dos melhores dentre as centenas que apareceram sobre o movimento de 1932.

Ao longo de tudo quanto escreve (e não teria oportunidade, nesta pequena nota, de salientar os “hits” de seu recente livro), um traço significativo ressalta logo à primeira vista: o seu paulistanismo. Não estreito e mesquinho, como às vezes sói ocorrer, mas sensato e bem fundamentado. Diria mesmo ser Honório de Sylos um dos baluartes deste paulistanismo, numa época em que ele anda tão diluído, aviltado e corrompido, quase inexistente.

Escrevendo de certa feita sobre o orgulho que os paranaenses têm de seu Estado — o “paranismo”, que nossos vizinhos tanto proclamam — disse que seria muito bom se os paulistas fossem tão “paulísticos” (perdoem-me o neologismo) como os paranaenses são “paranistas”... Pois bem: vejo em Honório de Sylos um legítimo “paulístico” (e não apenas “paulista”, pois este é todo o que nasce em nosso Estado e nem todos o são de coração), que põe o interesse e a defesa de São Paulo acima de tudo. Sem obnubilação e sem miopia. Livro que merece ser lido e divulgado. 7-12-1988.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 129 A 132
(Ano XX, 1988)

- 129 – janeiro/março – págs. 1 a 84
 130 – abril/junho – págs. 85 a 180
 131 – julho/setembro – págs. 181 a 264
 132 – outubro/dezembro – págs. 265 a 360

ÍNDICE DE AUTORES

- ALVES, Henrique L. – Ibrahim Nobre, cem anos – 127
 AMARAL, Leopoldo – Rua Lusitana – 64
 AMARAL, Leopoldo – Santos Dumont em Campinas em 1903 – 331
 AMARAL, Pedro Ferraz do – José Bonifácio e a Independência – 223
 ARANHA, Graça – A formação brasileira – 67

 CABRAL, Oswaldo R. – A colonização no vale do Tubarão – 73
 CALDEIRA, José de Ribamar – O coronelismo: uma nova abordagem – 129
 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda – Corte amorosa e sedução no passado colonial – 28
 CAMPOS, Sebastião Gomes de – Notas biográficas sobre Derly de A. Chaves – 124
 CÂNDIDO, Antônio – Balanço positivo de uma vida – 99
 CHAUDON, Gilberto Emílio – Perenidade de Tiradentes – 110
 CUNHA, Fernando W. da – Hogarth, pintor shakespeariano – 191

 DAMANTE, Hélio – Cluny faz 900 anos – 323
 DAMANTE, Hélio – Mártires das reduções jesuíticas nos altares – 146

 EVANGELISTA, José Geraldo – A criação de gado na região de Franca – 36

 FERNANDES, Astrogildo – Memória patrulhense – 17
 FERREIRA, Jurandir – O espírito encantado das roupas – 132
 FLACELIÈRE, Robert – Temístocles e a marinha ateniense – 335
 FRANCO, J. Nascimento – O centenário do Professor Spencer Vampré – 278

 GODOY, Joaquim Floriano de – A catequese dos indígenas brasileiros – 334
 GONZALES, Carlos – Jalousie – 62
 GOUVÊA, Fernando da Cruz – A deliciosa sátira aos políticos do Império – 286
 GUIARD FILHO, Félix – A Trapa de Maristela – 340

 LACTÂNCIO – A vitória de Constantino sobre Maxêncio – 250
 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo – A primeira Constituição republicana e a reforma constitucional de 1926 – 207

- LEDO, Joaquim Gonçalves – O voto direto – 249
 LEONZO, Nanci – Livros e leitores do Brasil monárquico – 292
 LIMA, Oliveira – O Rio de Janeiro em 1821 – 255
- MARCILIO, Maria Luiza – Concubinato e Igreja – 106
 MATOS, Odilon Nogueira de – A Abolição nas ruas de Campinas – 158
 MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito da “Campiniana” – 176
 MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito de Historiografia – 84
 MATOS, Odilon Nogueira de – As memórias de Dante de Laytano – 175
 MATOS, Odilon Nogueira de – Campineiro de Niterói – 77
 MATOS, Odilon Nogueira de – Colportores – 261
 MATOS, Odilon Nogueira de – Compositor barroco na América – 327
 MATOS, Odilon Nogueira de – Do jornal ao livro – 174
 MATOS, Odilon Nogueira de – Do sonho à realidade – 183
 MATOS, Odilon Nogueira de – Erros de tradução que deformam – 156
 MATOS, Odilon Nogueira de – Estrangeiros no Brasil no século passado – 80
 MATOS, Odilon Nogueira de – Expressiva figura das letras mineiras – 79
 MATOS, Odilon Nogueira de – Félix Guisard Filho – 337
 MATOS, Odilon Nogueira de – Ferrovias frustradas – 177
 MATOS, Odilon Nogueira de – General Osório, 1864 – 347
 MATOS, Odilon Nogueira de – Homens de São Paulo – 262
 MATOS, Odilon Nogueira de – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 322
 MATOS, Odilon Nogueira de – “Jalousie” – 62
 MATOS, Odilon Nogueira de – João de Souza Ferraz – 322
 MATOS, Odilon Nogueira de – Jorge Bertolaso Stella – 238
 MATOS, Odilon Nogueira de – Júlio Mariano – 238
 MATOS, Odilon Nogueira de – Luiz Ellmerich e Alberto Prado Guimarães – 321
 MATOS, Odilon Nogueira de – Mário Melo – 165
 MATOS, Odilon Nogueira de – Nomes parecidos que geram confusão – 155
 MATOS, Odilon Nogueira de – O Diário da Armada da Independência – 3
 MATOS, Odilon Nogueira de – O livro de Américo Brasiliense – 260
 MATOS, Odilon Nogueira de – “Olhando para o passado” – 179
 MATOS, Odilon Nogueira de – Oswaldo Rodrigues Cabral – 70
 MATOS, Odilon Nogueira de – Perde a “Campinense” o seu fundador – 150
 MATOS, Odilon Nogueira de – Precioso relato holandês sobre o Brasil – 345
 MATOS, Odilon Nogueira de – Rastreado o passado de Ouro Fino – 346
 MATOS, Odilon Nogueira de – Relatos estrangeiros em publicações periódicas – 267
 MATOS, Odilon Nogueira de – Réquiem para Manzoni – 243
 MATOS, Odilon Nogueira de – Romancista francês na Capital do Império – 81
 MATOS, Odilon Nogueira de – Roteiro discográfico de Carl Philip Emanuel Bach – 328
 MATOS, Odilon Nogueira de – Rua Lusitana – 64
 MATOS, Odilon Nogueira de – Seminário Presbiteriano – 239
 MATOS, Odilon Nogueira de – Sob o signo de Guilherme de Almeida – 78
 MATOS, Odilon Nogueira de – “Tecendo a nova história de Minas” – 240
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um mestre inesquecível – 178
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um Saint-Hilaire completo – 259
 MATOS, Odilon Nogueira de – Valiosa contribuição à história ferroviária do Rio Grande do Sul – 87
 MATOS, Odilon Nogueira de – Vinte e quatro de fevereiro – 83
 MELO, Mário – Origens do nativismo pernambucano – 167
 MIRANDA, Reginaldo M. – A fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande – 59
 NOVAK, Henrique – Percorrendo com Emil Farhat a saga dos imigrantes – 108

- OLIVEIRA, Almir de – Juiz de Fora entre dois séculos – 87
 OLIVEIRA, Almir de – Prefácio ao livro “Os sírios em Juiz de Fora”, de Wilson de Lima Bastos – 314
 OVÍDIO, Francisco – A historiografia de Ortega y Gasset – 215
 PIPER, Otto A. – Lei do esquecimento – 163
 REIS, Paulo Pereira dos – Apontamentos para o estudo da Vila Militar “Estrela do Norte” – 13
 RIBEIRO, JÚNIOR, João – O Paraíso Terrestre – 43
 RIBEIRO, JÚNIOR, João – Os beguinos, os begardos e os apóstolos de Cristo – 306
 RICCI, Maria Lucia S. Rangel – Oliveira Lima em evocação acadêmica – 196
 RICCI, Maria Lucia S. Rangel – Os motins militares dos anos 1831/32 – 23
 RICCI, Maria Lucia S. Rangel – Uma nova ótica para a Coluna Prestes – 117
 RICCI, Maria Lucia S. Rangel – “As Queixas do Povo”: você sabe de quando vêm? – 311
 ROCHA, Levy – “Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce” – 213
 ROOSEVELT, Theodore – Corolário para a Doutrina Monroe – 68
 SANTOS, Joaquim Felício dos – Influência dos municípios – 162
 SEVÁ, José – Imigrantes italianos em Campinas – 246
 SILVA, Norma Felicidade L. da – Breve nota sobre a influência positivista na educação brasileira – 309
 TAVARES, Regina Márcia Moura – Museus: espaço privilegiado para a divulgação científica – 25
 THEODOR, Erwin – J. J. Tschudi, a conexão brasileira de Büchner – 19
 TIBIRIÇA, Everardo – Réquiem para a Vila Kyrial – 119

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ÂGORA, ano 2, nº 6 – 143; ano 4, nº 7 – 320
 ALBUQUERQUE, Mário Marcondes – Contestado: distorções e controvérsias – 46
 ALVES, Frei Gregório de Protásio – O Aleijadinho e o Alferes Tiradentes – 134
 ANDRADE, Manoel Corrêa de (org.) – Confederação do Equador – 313
 ARQUIVO, Boletim Histórico e Informativo, v. 7, nºs 1/4 – 233
 BARBOSA, Fidelis D. – Rita Amada de Jesus – 314
 BASTOS, Wilson de Lima – Os sírios em Juiz de Fora – 314
 BOLETIM de Geografia Teorética, v. 16/17, nºs 31/34 – 143
 BOLETIM do Arquivo de História Contemporânea, v. 2, nºs 3/4 e vol. 3, nºs 1/4 – 233
 BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. 45 – 233
 BOSCHI, Caio C. – O barroco mineiro – 134
 CADERNOS Ceru, série 2, nº 2 – 234
 CADERNOS do Arquivo de História Contemporânea, nº 2 – 234
 CAPÍTULOS de História da Paraíba – 47
 CARDOSO, Alberto Mendes – Os treze momentos – 135
 CARNEIRO, Glauco – O Poder da Misericórdia – 136
 CASAROTTO, Márcio – Antônio Prado: 50 anos de presença marista – 137
 CORRÊA, FILHO, Virgílio – Leverger, o bretão cuiabanizado – 47
 CUADERNOS Hispanoamericanos, nºs 451/452 – 143

D.O. Leitura – 143, 320

DEMONER, Sônia M. – Carlos Xavier Pais Barreto – 48, 234

ESTUDOS avançados – 320

ESTUDOS Ibero-Americanos, vol. XII, 2; vol. XIII, 1 e 2 – 234

FLORES, Moacyr – História do Rio Grande do Sul – 315

FONSECA, Walter – Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora – 137

FRANCO, J. Nascimento – Ainda a sombra de Júlio Frank – 226

FREITAS, Benedito – Santa Cruz, fazenda jesuítica – 226

GEOGRAFIA, v. 12, nº 23 – 144

GUIMARÃES, Silvana G. – Inventário do Arquivo de Júlio Prestes – 227

HARTER, Eugene C. – A colônia perdida da Confederação – 48

HISTÓRIA econômica de Juiz de Fora – 138

HISTÓRIA: questões e debates, ano 7, nº 12 – 235

INTERIORIZAÇÃO e Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo – 227

JANOTTI, M. de Lourdes – A Balaiada – 49

JARDIM, Márcio – Síntese factual da Inconfidência Mineira – 228

JOSÉ, Oiliam – Tiradentes – 49

LAMONNIER – Da escravidão ao trabalho livre – 139

LEITE L. P. Pereira – Tres sorocabanos no arraial – 316

LEITE, L. P. Pereira – Vida e glória de um cientista cuiabano – 317

LETRAS, Fluminenses, 71/74 – 235

LIBERALESSO, Ettore – Salto – 50

MACIEL, Cleber – Discriminações raciais – 139

MATOS, Potiguar – Gente pernambucana – 50.

MONTE MARCIANO, Frei – Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos – 52

MIRANDA, Alcebiades – Contestado – 51

NUNES, Raymundo – Pedro Nava – 229

PELEGRINA, Gabriel Ruiz – Ensaio de história da Imprensa em Bauru – 318

REFLEXÃO, nº 36 a 39 – 235

REIS, Paulo Pereira dos – Lorena nos séculos 17 e 18 – 230

REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 65 – 145

REVISTA Brasileira de Sociologia, vol. 9, nºs 1/2 – 236

REVISTA da Academia Rio-grandense de Letras, v. 6 – 55

REVISTA de Ciências Sociais, v. 1, nº 2 – 145

REVISTA da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, v. 3 – 145

REVISTA de História, nº 1 – 236

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vs. 347, 348 e 349 – 236

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. 20 – 56

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, v. 24 – 56

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v. 124 – 56

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, v. 11 – 237

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v. 7 – 237

- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, v. 129/130 – 237
- RIBEIRO, José Antônio P. – O universo romântico de Joaquim Manuel de Macedo – 52
- ROSA, Assis Pereira da – Diário de um peregrino – 319
- SERRA, Nadyr N. – Ensaio da história da Imprensa em Bauru – 318
- SOARES, Japonan – História do município de Biguaçu – 319
- SOUZA, Fredericindo M. de – O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado – 53
- SOUZA, Sara Regina Silveira de – A. D. Pedro I Railway – 231
- SPADACCIA, José – Monografia histórica de Valinhos – 140
- STROBEL, Gustav H. – Relatos de um pioneiro da imigração alemã – 53
- TAVARES, L. H. Dias – Comércio proibido de escravos – 231
- TEIXEIRA, Messias, G. – Paulo Setúbal – 141
- TELES, Regina – Inventário do Arquivo de Júlio Prestes – 227
- TIBIRIÇA, Everardo – Vôo sem asas – 232
- VENÂNCIO, Renato Pinto – Ilegitimidade e concubinato no Brasil colonial – 142
- WESTPHALEN, Cecília M. – História documental do Paraná – 54
- WITTER, J. S. – Partido Republicano Federal – 54
- ZAMA, César – Os três grandes capitães da Antiguidade – 142

TEXTOS E SELEÇÕES

- ARANHA, Graça – A formação brasileira – 67.
- CABRAL, Oswaldo R. – A colonização do vale do Tubarão – 73.
- FLACELIÈRE, Robert – Temístocles e a marinha ateniense – 335
- GODOY, Joaquim Floriano de – A catequese dos indígenas brasileiros – 334
- GUISARD FILHO, Félix – A Trapa de Maristela – 340
- LACTÂNCIO – A vitória de Constantino sobre Maxêncio – 250
- LEDO, Joaquim Gonçalves – O voto direto – 249
- LIMA, Oliveira – O Rio de Janeiro em 1821 – 255
- MELO, Mário – Origens do nativismo pernambucano – 167.
- PIPER, Otto A. – Lei do esquecimento – 163
- ROOSEVELT, Theodore – Corolário para a Doutrina Monroe – 68.
- SANTOS, Joaquim Felício dos – Influência dos municípios – 162

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Félix Guisard Filho – 337
- Mário Melo – 167
- Oliveira Lima – 252
- Oswaldo Rodrigues Cabral – 70

NOTICIÁRIO

- Academia Marial de Aparecida – 57
 Alberto Prado Guimarães – 240
 Arquivo guarda a história de São Carlos – 321
 Bauru pesquisa sua história – 149
 Centenário de Armando de Sales Oliveira – 58
 Centenário de Luiz Corrêa de Mello – 326
 Cluny faz novecentos anos – 323
 Cultura caipira – 239
 Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (A) – 59
 Geraldo Sesso Júnior – 60
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 322
 João de Souza Ferraz – 322
 Jorge Bertolaso Stella – 238
 Júlio Mariano – 238
 Luiz Ellmerich – 240
 Marcos Carneiro de Mendonça – 326
 Mártires das reduções jesuíticas nos altares – 146
 Paulo C. Florençano – 153
 Perde a “Campinense” o seu fundador – 150
 Peter L. Eisenberg – 148
 Presença italiana no Brasil – 325
 Preservando a memória de Santa Cruz – 151
 Preserve – 321
 Quinta Semana de História de Campinas – 325
 Radamés Gnattali – 59
 Seminário Presbiteriano – 239
 Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – 241
 “Tecendo a nova História de Minas” – 240
 Terceira Jornada Internacional sobre as missões jesuíticas – 324
 Triunfo preserva a casa de Bento Gonçalves – 324
 Viana Moog – 58

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- A Abolição nas ruas de Campinas – 158
 Imigrantes italianos em Campinas – 246
 Rua Lusitana – 64
 Santos Dumont em Campinas em 1903 – 331

UM POUCO DE MÚSICA

- Compositor barroco na América – 327
 Erros de tradução que deformam – 156

- Jalousie – 62
 Nomes parecidos que geram confusão – 155
 Réquiem para Manzoni – 243
 Roteiro Discográfico de Carl Philipp Emanuel Bach – 328

RABISCOS DE UM ESCRÉVINHADOR

- A propósito da “Campiniana” – 176
 A propósito de Historiografia – 84
 As memórias de Danta de Laytano – 175
 Campineiro de Niterói – 77
 Colportores – 261
 Do jornal do livro – 174
 Estrangeiros no Brasil no século passado – 80
 Expressiva figura das letras mineiras – 79
 Ferrovias frustradas – 177
 General Osório, 1864 – 347
 Homens de São Paulo – 262
 O livro de Américo Brasiliense – 260
 “Olhando para o passado” – 179
 Pedro Sanches e Poços de Caldas – 348
 Precioso relato holandês sobre o Brasil – 345
 Rastreado o passado de Ouro Fino – 346
 Recente livro de Honório de Sylos – 349
 Romancista francês na capital do Império – 81
 Sob o signo de Guilherme de Almeida – 79
 Um mestre inesquecível – 178
 Um Saint-Hilaire completo – 259
 Vinte e quatro de Fevereiro – 83

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abolição – 158
 Alberto Prado Guimarães – 321
 Aldenburck – 345
 Aleijadinho – 134
 Americana – 48
 Américo Brasiliense – 260
 Antônio Prado – 137
 Aristides de Melo e Souza – 99
 Atenas – 278
 Bach, Carl Ph. Emanuel – 328
 Balaiada – 49
 Barroco mineiro – 134
 Bauru – 318
 Biguaçu – 319
 Büchner – 19
 Campinas – 64, 83, 158, 176
 Campiniana – 176
 Canudos – 52
 Carlos Cavalcanti – 53
 Carlos Xavier Pais Barreto – 48

- Catanduva – 78
 Cluny – 323
 Colportores – 261
 Coluna Prestes –
 Confederação do Equador – 313
 Constantino, o grande – 250
 Constituição de 1891 – 83
 Contestado – 46, 51, 53
 Coronelismo – 129
 Cuiabá – 317
 Cultura no Brasil – 292

 Dante de Laytano – 175
 Derly A. Chaves – 124, 178
 Diário da Armada da Independência – 3
 Doutrina Monroe – 68

 Educação – 137
 Emil Farhat – 108
 Enéas Cesar Ferreira – 179
 Escravidão – 139

 Félix Guisard Filho – 337
 Ferrovias – 87, 177
 Franca – 36
 Francisco Ribeiro Sampaio – 150

 Geografia – 143
 Guerra (Arte da) – 135
 Gustave Aimard – 81

 História Antiga – 142
 História da Arte – 191
 História da Grécia – 278
 História de São Paulo – 127, 349
 História da Igreja – 314
 História da Música – 62, 155, 156
 História política do Brasil – 54, 207
 História romana – 250
 História social do Brasil – 28, 67, 106, 129, 132, 142
 Historiografia – 84, 163
 Hogarth – 191

 Ibrahim Nobre – 127
 Imigração alemã – 53
 Imigração italiana – 246
 Imprensa – 174
 Inconfidência Mineira – 110
 Independência – 3
 Indígenas – 334
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 322
 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,–
 Italianos no Brasil – 246

- Jalousie – 62
 João de Souza Ferraz – 322
 Jorge Bertolaso Stella – 238
 José Bonifácio – 223
 José Borges dos Santos Júnior – 347
 José Venâncio Pereira Leite – 317
 Juiz de Fora – 87, 137, 138
 Júlio Mariano – 238
 Júlio Prestes –
- Leverger – 47
 Lorena –
 Luiz Corrêa de Mello – 323
 Luiz Ellmerich – 240
- Manzoni – 243
 Marcos Carneiro de Mendonça –
 Mario Melo – 165
 Maristas – 137
 Maristela – 340
 Missões jesuíticas – 146
 Motins militares – 23
 Municípios – 162
 Museus – 25
- Nelson Omega – 77
- Oíliam José – 79, 84
 Oliveira Lima – 252
 Ortega y Gasset – 215
 Oswaldo Rodrigues Cabral – 70
 Ouro Fino – 346
- Paraíba – 47
 Paraíso terrestre – 43
 Paraná – 46, 51, 53, 54
 Paulo Setúbal – 141
 Pecuária – 36
- Pedro Nava – 229
 Pernambuco – 50, 167, 286
 Piquete – 13
 Positivismo – 309
 Puccamp – 183
- Relatos estrangeiros – 267
 Rio de Janeiro –
 Rio Grande do Sul – 315
 Rita Amada de Jesus – 314
- Saint-Hilaire – 213, 259
 Salto – 50
 Santo Antônio da Patrulha – 17
 Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – 136
 Santa Catarina – 73
 Santos – 59
 Santos Dumont – 331
 Seminário Presbiteriano de Campinas – 239
 Spencer Vampré – 278
 Sulistas americanos no Brasil – 48
- Temístocles – 278
 Tiradentes – 49, 110, 134
 Trabalho livre – 139
 Trapistas – 340
 Tschudi – 19
 Tubarão (vale do) – 73
- Valinhos – 140
 Verdi – 243
 Vestuário – 132
 Viana Moog – 58
 Vila Kyrial – 119
- Zipoli – 327

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିଏ PUKCAMP